



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Helena Ramalho Crispiniano

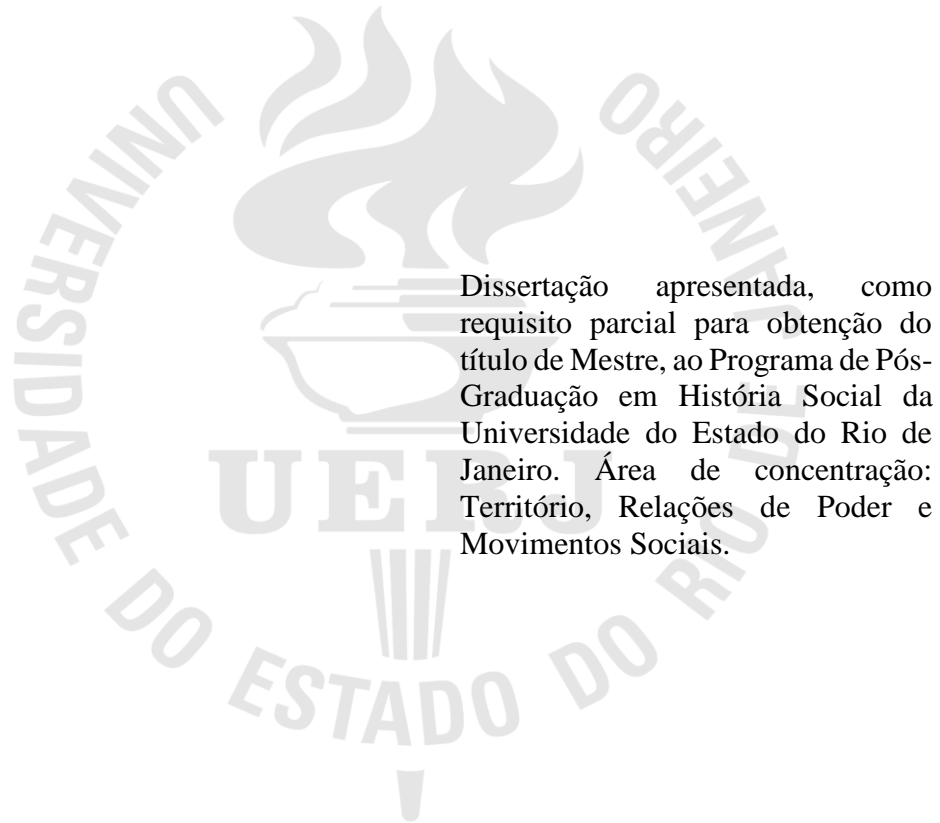
**Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa
monarquista (1847-1927)**

São Gonçalo

2020

Helena Ramalho Crispiniano

Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. D^a. Maria Letícia Corrêa

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Helena Ramalho Crispiniano

Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada em de de .

Banca Examinadora:

Prof^a. D^a. Maria Leticia Corrêa (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. D^a. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^a. D^a. Marieta Pinheiro de Carvalho
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO

São Gonçalo

2020

DEDICATÓRIA

Para meus pais e irmã.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que me cercam e compõem a minha rede de apoio, em especial às minhas avós Elienai e Antônia. Foi através da força dessas mulheres que a família a que eu pertencço se estruturou. Quando penso na grandeza e nas batalhas das minhas avós, o meu esforço para realizar essa pesquisa se apequena. Lamento por elas não terem tido as mesmas oportunidades que eu de ocupar uma universidade, mas sou grata pelos caminhos que me abriram para que hoje pudesse estar aqui.

Também dedico um agradecimento para os filhos dessas mulheres, mais especificamente minha mãe e meu pai. Vocês são as minhas inspirações e eu agradeço imensamente por vocês terem dedicado uma parte tão grande de suas vidas tornando a minha melhor. Obrigada por todo apoio em orações, todo apoio emocional e financeiro! Sem vocês nada disso seria possível. Agradeço à minha mãe Silvia Valéria, por ter adiado seus sonhos profissionais e pessoais em prol de mim e da minha irmã. Eu tenho muito orgulho de você.

Agradeço ao meu pai Geovany Crispiniano, que é um alicerce na minha família. Pai, obrigada por toda a sua sabedoria e conselhos, você é um exemplo para mim de disciplina e determinação. Obrigada por todo apoio e por se interessar tanto pela minha vida e felicidade. Sou grata também à minha amiga e irmã que foi minha companheira de turma nesse mestrado, com certeza a jornada foi mais suave porque ela esteve do meu lado. Se não fosse pelo seu estímulo eu não teria iniciado esse projeto, então muito obrigada por me mostrar que eu tenho mais capacidade do que eu imagino.

Dedico o meu mais sincero agradecimento à minha orientadora, professora Maria Letícia Corrêa, que tem acompanhado meu trabalho desde a graduação. Obrigada pelas leituras cuidadosas do meu texto, pelos conselhos e pela paciência. Eu espero poder ser fator multiplicador do conhecimento que a senhora me passou e poder contribuir com o crescimento educacional da sociedade, da mesma maneira que a universidade pública tem feito comigo. Agradeço também às professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marieta Pinheiro de Carvalho e Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva por aceitarem fazer parte da banca e pela leitura atenta e conselhos dados.

Dedico um agradecimento especial ao Pedro Cormann que tem sido um amigo e companheiro durante todo essa jornada. Obrigada por ser um bom ouvinte dos meus desabafos, por me apoiar emocionalmente quando a insegurança se aproxima, por ser zeloso com os meus sentimentos e paciente com meus erros e teimosia. A sua alegria cativante possibilitou que essa etapa da minha vida fosse bem mais feliz.

Dedico um agradecimento também as minhas amigas Arlanza, Eliza e Viviane, obrigada por se dedicarem tanto a mim, vocês são mulheres incríveis que têm me apoiado imensamente; cada uma, com seu jeito único, preenche a minha vida com mais amor.

Agradeço também aos meus amigos de graduação Hiasmin, Patrizi e Alid, mas em especial ao meu amigo Gustavo Dias. Obrigada pelas conversas, por me ajudar desde o início da graduação com sua genialidade sempre tão professoral. Tenho a sua amizade com muito carinho e agora, que esse trabalho se encerrou, espero que nossos encontros sejam mais frequentes.

Agradeço também ao Rutônio, funcionário excepcional da Biblioteca Nacional que se tornou um amigo. Obrigada por defender a nossa Biblioteca, que é pública, e por fazer dela um ambiente mais acolhedor aos pesquisadores e à população como um todo. Agradeço pelos cafezinhos, pelas conversas e risadas nos intervalos da pesquisa. Você é um grande exemplo de funcionário público.

Por fim, agradeço a todo o corpo docente, técnicos, às diretoras Ana Maria Santiago e Mariza Paula de Assis e aos meus colegas de classe do PPGHS pelo grande acolhimento do meu trabalho e pelas trocas que pude realizar entre a minha formação de graduação e o mestrado.

Obrigada a todos!

RESUMO

CRISPINIANO, Helena, Ramalho. Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

Esta dissertação tem por objetivo investigar o campo intelectual em que se inseria o jornalista e educador Carlos de Laet, indicando suas redes de sociabilidade, construídas nos espaços por ele frequentados no Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o século XX. O trabalho também busca apresentar a trajetória de Laet, tendo em vista sua atuação como intelectual. Por fim, a pesquisa busca analisar o discurso “A imprensa”, proferido por Laet em 1902, assim como refletir sobre sua militância católica e a de seus correligionários, através da atuação no Centro Católico.

Palavras-chave: Carlos de Laet. Intelectuais. Monarquistas. Imprensa. Católicos.

ABSTRACT

CRISPINIANO, Helena Ramalho. Carlos de Laet: intellectuality, Catholic activism and monarchist press (1847-1927). 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

This dissertation aims to investigate the intellectual field in which the journalist and educator Carlos de Laet was inserted, indicating his networks of sociability, built in the spaces he used to frequent in Rio de Janeiro, at the turn of the 19th century to the 20th century. The work also seeks to present Laet's biography, considering his performance as an intellectual. Finally, the research seeks to analyze the conference “A imprensa”, delivered by Laet in 1902, as well as to encourage a reflection on the Catholic militancy promoted by Laet and his supporters, through his work at the Catholic Center.

Keywords: Carlos de Laet. Intellectuals. Monarchism. Press. Catholics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Anúncio da loja Notre Dame de Paris, no Almanak Laemmert	25
Figura 2 – Telegramas, em <i>O Paiz</i>	32
Figura 3 – “Instantâneo na Avenida”, em <i>O Malho</i>	36
Figura 4 - Caricatura de Carlos de Laet, em <i>O Malho</i>	46
Figura 5 - Retrato de Carlos de Laet (fotografia).....	65
Figura 6 - Conferência de Carlos de Laet no Círculo Católico (fotografia, 1914)	94
Figura 7 - “A Imprensa”	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais correspondentes de Carlos de Laet	38
Quadro 2 - Colaboração de Carlos de Laet em jornais e revistas (1876-1927) ..	68

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CCM	Círculo Católico da Mocidade
CC	Círculo Católico
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
ABL	Academia Brasileira de Letras
CPII	Colégio Pedro II

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 IMPRENSA E SOCIABILIDADE: CARLOS DE LAET E OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA MONARQUISTA	17
1.1 A formação das categorias intelectuais	17
1.2. Espaços de sociabilidade dos homens de letras: a Rua do Ouvidor	23
1.3. A imprensa no Brasil: espaço de sociabilidades intelectuais	30
1.4. Redes de sociabilidade de Carlos de Laet e militância monarquista	38
2 CARLOS DE LAET: UMA TRAJETÓRIA	50
2.1. Considerações sobre o uso da biografia como escrita da História	57
2.2. Carlos de Laet: o educador	58
2.3. O jornalista monarquista	65
2.4. Carlos de Laet e a Academia Brasileira de Letras	71
3 A “RECRISTIANIZAÇÃO” DO BRASIL ATRAVÉS DA IMPRENSA	82
3.1. Carlos de Laet e a Igreja frente ao Estado laico	82
3.2. O discurso “A Imprensa” e as formas de “recristianização”	92
3.3. O partido católico: outras formas de “recristianização”	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126
Anexo A: Fundadores e Patronos da Academia Brasileira de Letras	138

INTRODUÇÃO

À medida que o Brasil se transformava no final do século XIX, um novo sistema político entrava em cena, tendo como chefe, no governo provisório republicano, o marechal Deodoro da Fonseca. Esse novo regime, “imposto às pressas” e sem qualquer experiência administrativa pela maior parte dos seus governantes, tinha pela frente grandes desafios a enfrentar. Sua consolidação dependeria das ações tomadas pelos protagonistas do dia 15 de novembro e dos republicanos civis brasileiros¹.

A república decorreu justamente da composição de forças entre setores médios que disputavam maior participação no poder e da cisão da classe senhorial, após a abolição. Quando a circunstância favorável surgiu, essa composição de forças não teve mais do que alijar o trono.

Para a consolidação do novo regime, Deodoro enfrentaria questões de atribuição de legitimidade, pois, até então, os militares não haviam figurado um papel central na história do país². O marechal esbarraria também na dificuldade de adotar um projeto de república. Além do combate ideológico e da disputa de poder com os monarquistas, os republicanos e os militares não se configuravam como um grupo homogêneo³. José Murilo de Carvalho retratou o embate ideológico existente entre os republicanos em torno da invenção do novo regime. Nesse sentido, um mito de origem se construía e buscava-se encontrar o aspecto legitimador da república⁴.

A história da república tornou-se, assim, a história de uma “aculturação”, no sentido de que um novo conteúdo simbólico pretendia suprir o vazio deixado pelo veto ao passado monárquico, viabilizando a imposição da nova ordem⁵.

Os anos iniciais da República brasileira foram marcados por um esforço pedagógico de um grupo dirigente, que buscou legitimar seu poder, através da reformulação do imaginário coletivo sobre um sentido cívico republicano⁶.

¹ CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p.76.

² OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, jul.-dez. 1989, p.175.

³ CASTRO, op. cit., nota 1, p.76.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 39.

⁵SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, p.2.

⁶ Ibidem, p.2.

A mudança de regime abriu espaço para a disputa pela memória nacional entre republicanos e monarquistas. O governo provisório, ainda temeroso por uma reação da oposição, tentava, com urgência, livrar-se de tudo que representava o “atraso”, aplicando o modelo “civilizador” na sociedade⁷ e fazendo com que os símbolos e ideologias republicanas fossem assimilados pela população. Diante desse contexto, é importante frisar que nada disso se passava sem o registro da imprensa e dos intelectuais da época, e é justamente dessa temática que o capítulo 1 deste trabalho vai tratar.

Para melhor compreender o universo intelectual do educador e jornalista Carlos de Laet, tomado como objeto da investigação, analisa-se como se deu o processo de formação do campo intelectual e a concepção de intelectual formada a partir da modernidade, sua relação de ambivalência entre burguesia e povo, além dos avanços relativos aos estudos dessa categoria no Brasil. Na abordagem das ações da militância intelectual católica e monarquista do início do período republicano, buscou-se dialogar com a historiografia existente sobre o tema, na produção de Rosana Alves, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Oscar Lustosa, Cláudio Aguiar Almeida e Christiane Jalles de Paula⁸.

A pesquisa destaca-se por sua originalidade visto que lança luz sobre o discurso “A imprensa”, texto de Laet pouco trabalhado nos estudos sobre o tema. Além disso, apresenta os resultados de uma busca realizada no *Jornal do Brasil*, que veiculou o esforço do grupo empenhado na implementação do Partido Católico, na década de 1910.

Buscando entender a atuação de Laet, o capítulo apresenta os espaços de sociabilidade frequentados pela classe intelectual da corte, tendo como destaque a Rua do Ouvidor, que sintetizava a vida cultural no Rio de Janeiro e centro de convívio carioca. Frequentada por todos os segmentos da sociedade, a rua abrigava em seu interior espaços fundamentais como a Livraria e Editora Garnier que, além de ter um papel fundamental

⁷ GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.10, p. 83-93, jan-jun. 2013, p.88. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/01/10-1-7.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2020.

⁸ ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2020; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991; ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016; PAULA, Christiane Jalles de. *Jackson de Figueiredo e o antiliberalismo no Brasil*. ANAIS DO VIII ENCONTRO DA ABCP, Gramado, RS, agosto de 2012, p.11-17. Disponível em: <<http://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/jackson-figueiredo-e-antiliberalismo-brasil-dos-anos-1920.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2020.

na consolidação da literatura brasileira, também figurou como um ponto de encontro de relevância para a manutenção das redes de sociabilidades intelectuais.

Outro aspecto analisado no capítulo é a imprensa escrita, que figurava no século XIX como um veículo fundamental de comunicação, assim como para sociabilidade entre os homens de letras. Serão abordados seus múltiplos processos de otimização técnica e a mudança de discurso que a impulsionou como um ícone da modernidade no Rio de Janeiro.

Assim, temos em vista o cenário formado pelos principais jornais que circulavam na cidade, entre eles o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio*, o *Paiz* e a *Gazeta de Notícias*. Essas folhas ganharam importância na medida em que cada uma delas buscava conquistar seu público através de características distintas e por juntas reproduzirem cerca de 150 mil exemplares na alvorada do século XX.

São trabalhados também os embates e discussões, assim como as parcerias e alianças que, por meio da imprensa, eram estabelecidos entre os jornalistas e outros intelectuais. Nesse contexto, o recurso da polêmica teve um espaço grande na produção literária, chegando a ser considerado como um “estilo” - amplamente explorado por Carlos de Laet.

Trataremos também do levantamento feito a partir da correspondência de Laet, para tentar entender quais personagens pertenciam à sua rede de sociabilidade, encerrando-se o capítulo com uma discussão a respeito da resistência monarquista feita por seus correligionários e da sua atuação através dos jornais.

No segundo capítulo é apresentada o personagem Carlos de Laet, por meio de um estudo de sua trajetória. Esta parte do trabalho tem uma orientação biográfica, portanto, logo de início será feita uma breve discussão a respeito desse tipo de escrita.

Carlos Maximiano Pimenta de Laet, nascido no Rio de Janeiro, cursou o Imperial Colégio de Pedro II, obtendo o título de bacharel em Letras e, posteriormente, formou-se em Engenharia na Escola Central. Optando por seguir carreira no magistério, ingressou como professor no Colégio de Pedro II em 1873. Aliado a isso, envolveu-se com a atividade jornalística, colaborando em diversos periódicos, entre eles *O Paiz*, *Diário do Comércio* e *Jornal do Brasil*.

Monarquista, Laet foi um militante dessa causa, tendo atuado em sua defesa nas folhas *Tribuna Liberal*, *O Brazil* e *A Liberdade*. Ganhando espaço relevante na imprensa, foi um dos incentivadores da criação da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a

cadeira de número 32, elegendo-se presidente da instituição por três mandatos, até sua renúncia em 1922.

Por esse motivo, o segundo capítulo traz também uma discussão a respeito do processo de implementação dessa instituição, da participação, nela, da chamada “geração de 1870”, dos objetivos dos intelectuais envolvidos na criação da agência literária e do contexto dessa atuação.

O terceiro e último capítulo da dissertação examina as reações da Igreja Católica frente ao governo republicano, assim como a militância de Laet na defesa das orientações ultramontanas. Essas orientações se refletiram nas publicações do jornalista, que convocava o público católico a resguardar a moral e as tradições religiosas, rejeitando as ações liberalizantes implementadas pelo novo regime, tais como o casamento civil, a retirada da obrigatoriedade do ensino religioso e a secularização dos cemitérios.

Face a esse contexto, ganha destaque a análise da conferência “A Imprensa”, feita por Laet no Círculo Católico da Mocidade no ano de 1902. Nessa ocasião, o jornalista argumentou contra o que chamou de “tirania da imprensa”, apontando esta última como responsável pelas mazelas do país. Com o discurso, Laet combatia as medidas liberais do novo regime e usava de diversos elementos retóricos para persuadir sua audiência a respeito dos ditos perigos que aquelas acarretariam.

A investigação volta-se, desse modo, para as ações de Laet e do grupo de leigos reunido em torno do Centro Católico, orientadas pelo objetivo de formar-se uma “boa” imprensa, atuando no combate ao liberalismo e promovendo a “re Cristianização” do Brasil.

O estudo se encerra com a consideração da atuação política de Laet e dos fiéis católicos nas eleições de 1915. A partir da análise das matérias do *Jornal do Brasil*, abordamos a ação do grupo composto principalmente pelo jornalista e por Plácido de Mello e Theodoro da Silva na formação de um partido católico para tentar “moralizar as eleições” no Distrito Federal.

1 IMPRENSA E SOCIABILIDADE: CARLOS DE LAET E OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA MONARQUISTA

Carlos de Laet é um personagem pouco investigado, o que possibilita o desenvolvimento de diversas pesquisas a partir da vida do intelectual. Entretanto, na última década sua trajetória e atuação ganharam certa luz em estudos acadêmicos. Mesmo sabendo que o trabalho de interpretar uma vida e trajetória não é algo simples, novos grupos de pesquisadores têm se dedicado à análise de Laet, dos homens de letras seus contemporâneos e dos possíveis temas em torno deles.

Em relação aos arquivos referentes ao professor e jornalista, é interessante relatar que as fontes não estão reunidas em um só local, o que de certa forma dificulta a produção da pesquisa. Como uma espécie de quebra-cabeça, as cartas, fotografias e demais documentos foram sendo agrupados e através deles os assuntos tratados nos capítulos foram sendo desenvolvidos.

Dentro dessa perspectiva e sabendo da diversidade de temas que um homem múltiplo como foi Laet nos proporciona, neste capítulo abordamos as seguintes questões: a formação das categorias intelectuais e suas implicações no Brasil em finais do século XIX, a sociabilidade dos homens de letras no período e a imprensa como espaço de sociabilidade intelectual. Identificamos também pessoas mais próximas de Carlos de Laet, através de um mapeamento de suas redes e espaços profissionais e de sociabilidade.

1.1 A formação das categorias intelectuais

Durante certo tempo a história dos intelectuais permaneceu no que Jean-François Sirinelli chamou de “ângulo morto da pesquisa”⁹. Os intelectuais constituíam um grupo social de contornos vagos, porém, para além dessa barreira, a existência de uma fração numericamente baixa de indivíduos pertencentes ao grupo inviabilizava o despertar dos pesquisadores para o campo intelectual¹⁰.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003, p.232.

¹⁰ *Ibidem*, p.234.

Ainda segundo Sirinelli, a historiografia do século XX teria vivenciado um entusiasmo pelo estudo das “massas”, às quais os intelectuais não podiam pertencer, devido a seu número reduzido de representantes acrescido pelo fato de fazerem parte, de certa forma, das “elites”. Ou seja, os intelectuais, nessa concepção, constituíam um grupo social reduzido, indistinto e “elitista”. Por outro lado, a história das ideias, que se poderia ligar à história dos intelectuais, foi acolhida pela antropologia e sociologia e bastante trabalhada por autores como Lucien Febvre¹¹.

Torna-se importante ressaltar que a história dos intelectuais permitiu a constituição de um campo historiográfico num outro registro, na encruzilhada do cultural e do político. Ademais, foi em virtude desta situação de encruzilhada que o interesse pelo estudo dos intelectuais se fixou¹².

Conforme a história dos intelectuais foi ganhando relevância como campo de estudo, o problema de definição de quem constitui e o que delimita seu campo de atuação foi se apresentando. Para Sirinelli a compreensão e a extensão do termo intelectual compunham um problema de pesquisa importante¹³.

Pensando na formação das categorias intelectuais seria possível relacionar seu surgimento ao “aprofundamento da divisão social do trabalho, à especialização crescente das tarefas de administração estatal que marcam a modernização capitalista e a formação dos Estados nacionais, bem como, mais especificamente, à consolidação de um mercado de bens simbólicos e culturais”¹⁴.

Anteriormente ao esforço dos historiadores, buscando bases sólidas para entender o que é o intelectual, Sartre retomava o momento de consolidação da burguesia. Segundo ele,

(...) nas sociedades modernas, a divisão do trabalho permite atribuir a diferentes grupos as diversas tarefas [...]. Os fins são definidos pela classe dominante e realizados pelas classes trabalhadoras, mas o estudo dos meios é reservado a um conjunto de técnicos que pertencem ao setor terciário. O setor terciário, por sua vez, é constituído pelos cientistas, engenheiros, médicos, homens de lei, juristas, professores etc. É entre o conjunto desses técnicos do saber prático que o intelectual é recrutado¹⁵.

¹¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003, p.235; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.17.

¹² RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.259.

¹³ SIRINELLI, Jean-François, op. cit., nota 11, p. 242.

¹⁴ CORRÊA, Maria Letícia, Intelectuais [verbetes]. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/mais-rj/anpuh-rio-em-foco/item/4107-intelectuais>>. Acesso em 02 de março de 2020.

¹⁵ SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p.17.

Sartre relata que, a partir da formação da classe burguesa, seu atrito com a Igreja tornou-se inevitável. A condenação da usura e de outras práticas sacralizadas colocava em dificuldade o pleno desenvolvimento do capitalismo comercial. Desta forma, a Reforma Protestante e, mais tarde, a Contrarreforma, eclodiram da necessidade burguesa de adaptar a ideologia sagrada às demandas da classe ascendente¹⁶.

A burguesia passou a demandar sua afirmação como classe e, para isso, uma nova ideologia passa a ser constituída pelos especialistas do saber prático, que foram “homens da lei (Montesquieu), homens das letras (D’Alembert), um intendente geral (Helvétius), médicos etc.”¹⁷ Sartre prossegue lembrando que esses pensadores tomaram o lugar dos clérigos e passaram a ser denominados como filósofos, “amantes da Sabedoria”, que é a razão, criando uma concepção racional do Universo que justificava as reivindicações da classe ascendente¹⁸.

Enquanto Sartre apresenta uma concepção de intelectual moldada a partir da modernidade, o historiador Christophe Charle desenvolveu um trabalho que apurou a origem do intelectual contemporâneo, apontando o caso Dreyfus como um fio condutor para discernir as transformações sociais que afetaram a formação desse campo em meados do século XIX. Levou em consideração também elementos fundamentais como urbanização, a elevação do nível social de instrução e o desenvolvimento da imprensa e dos aparelhos de edição¹⁹.

Já Norberto Bobbio entende que toda sociedade e qualquer época têm seus intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados de “sábios, sapientes, doutos, *philosophes, clerics, hommes de lettres*, literatos etc.”²⁰ Essa percepção é, em parte, próxima a que pode ser encontrada nos textos de Antônio Gramsci. Esse autor entendia que:

(...) em todo grupo social era possível encontrar categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais políticas²¹.

¹⁶ SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p.19.

¹⁷ *Ibidem*, p.19.

¹⁸ *Ibidem*, p.19.

¹⁹ CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). *Revista de História da Educação*, v. 7, n. 14, jul.-dez. 2003, p.143.

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997, p.110.

²¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2, p.16.

Já para Pierre Bourdieu, os intelectuais não faziam parte da classe dominante; entretanto, estavam intimamente ligados a ela, de que dependiam materialmente. Reproduzindo um estilo de vida muito parecido com o burguês, por vezes possuindo com esses laços familiares e compartilhando o mesmo círculo social, o grupo intelectual se aproximaria bem mais da burguesia que das classes médias²².

Ainda assim, os intelectuais manteriam uma relação ambivalente tanto com as classes dominadas, “o povo”, quanto com os dominantes, “os burgueses”, compondo uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e, ao mesmo tempo, correspondendo a uma fração dominada da classe dominante²³. Ou seja, apesar de vinculações amplas, o campo intelectual possuiria uma autonomia relativa.²⁴

Para Bourdieu, o grupo intelectual, a partir do reconhecimento propiciado pelo “público burguês” e assegurando condições de vida quase burguesas, viria a assumir o papel de porta-voz da burguesia, classe à qual não pertenciam efetivamente²⁵.

Retomando a proposição de Sartre, Angela Gomes define os intelectuais como “produtores de bens simbólicos envolvidos direta ou indiretamente na arena política²⁶”:

Esse ‘pequeno mundo’ é composto por especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que despertam a atenção dos envolvidos com o ‘círculo de poder político’ por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir ‘visões de mundo’²⁷.

No Brasil, o estudo do campo intelectual despontou por volta dos anos 1990 a partir das perspectivas adotadas por autores europeus, sendo feita uma história intelectual embasada sobretudo na historiografia francesa²⁸. Para o recorte que nos interessa nesse trabalho, entre os séculos XIX e XX, não existia ainda uma clara separação entre intelectuais e políticos. Essa distinção, ademais, ainda estava em andamento nos demais países da Europa, a exemplo da França do caso Dreyfus²⁹.

²² BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.192.

²³ Ibidem, p.192.

²⁴ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p.10.

²⁵ Ibidem, p.193.

²⁶ Ibidem, p.30.

²⁷ Ibidem, p.30.

²⁸ PRADO, Maria Emília da Costa. Apresentação. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p.13.

²⁹ Ibidem, p.13.

Segundo Carvalho, para o período em tela, o que se convencionava chamar de intelectual era o homem “letrado”, que iniciava uma ampliação de sua margem de autonomia em relação ao campo de poder³⁰. Durante o século XIX, o país foi palco de intensa atividade intelectual, estando ela conjugada, em muitos casos, à ação diretiva do Estado. Esse fato indicaria uma “concepção política da prática intelectual, entendendo-a como reserva de soberania do rei e como matéria de interesse público³¹”.

O movimento de organizar agências intelectuais sob o controle político do imperador revela o processo de centralização aplicado pelo Estado. Aparelhando as instituições e a organização dos intelectuais como elemento constitutivo de poder, a monarquia brasileira atribuiu dimensão pública à atividade intelectual.

Segundo Carvalho, essa foi a marca da origem da “inteligência” no país³². Ou seja, a partir da aproximação intencional que o Estado imperial promoveu com os intelectuais, aquele poderia perseguir seus interesses em condições facilitadas e teria o controle dos conteúdos produzidos pelos últimos, podendo selecionar também os intelectuais escolhidos para fazer parte de suas agências.

De acordo com esse projeto, o Estado português e depois o imperial patrocinou e incentivou a criação de diversas instituições, dentre elas Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779), a Real Academia Militar e o Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro (ambas de 1810), o Museu Nacional (1818), a Escola Politécnica (1874), a Academia Imperial de Belas Artes (1816), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838)³³.

Essa lógica de reprodução de poder, tendo o Estado ligado à ação intelectual, teria proporcionado a quebra do monopólio que os setores dominantes exerciam sobre o processo de constituição dessa atividade, abrindo oportunidades para os que, apartados do mundo relativamente homogêneo das elites senhoriais, pudessem transpô-lo, como foi o caso de intelectuais provenientes de classes médias urbanas³⁴.

Para a mesma autora, esse cenário se dissolveria no governo republicano.

³⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007, p.18.

³¹ ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 131-148, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

³² CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit., nota 30, p.19.

³³ *Ibidem*, p.19.

³⁴ *Ibidem*, p.20.

[...] enquanto o império havia conferido destaque aos temas da política, da institucionalização dos mecanismos de poder e da ordenação do mundo público, a república voltou-se para a sociedade, para as relações mediadas pelo mercado e para os padrões de diferenciação social que ponderavam na estruturação da ordem moderna³⁵.

Com a mudança de regime, para continuar existindo durante a república, as instituições tiveram que se adaptar aos novos tempos, a exemplo do IHGB, entidade muito prestigiada pelo governo monárquico que, durante o governo republicano, teve que redirecionar os debates sobre a produção da história e da memória nacional³⁶.

A questão fundamental que era compreender como se dera a formação do povo brasileiro, agora encarava o desafio de tornar “palatável” uma articulação entre colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas também sem ferir o desejo de legitimidade da segunda³⁷.

Instituições como as citadas acima eram espaços de sociabilidade intelectual valiosos para a vida política do país. Tratando-se de trabalhar com intelectuais, é de fundamental importância mapear o espaço social que as circundava³⁸.

Um dos estudiosos mais importantes da obra de Carlos de Laet, Antônio Chediak³⁹, o designou como um “grande polemista”, por travar numerosas e intensas discussões, sobretudo na imprensa.

Escritor e jornalista, Laet circulava entre diversos ambientes políticos, sendo acolhido entre católicos e monarquistas e, de certa forma, também entre os republicanos.

Tendo em conta a importância das relações mediadas pelo convívio social, o item seguinte do capítulo dedica-se a um mapeamento das redes de sociabilidade de Carlos de Laet. Estas são tomadas como instrumento analítico capaz de indicar, a partir do personagem, a circulação das ideias e produções dos intelectuais. Através de seu mapeamento, pretende-se vislumbrar o chamado “pequeno mundo”⁴⁰ dos homens de letras, percebendo as dinâmicas e articulações desenhadas pelos grupos em que circulava Carlos de Laet.

³⁵ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007, p.20.

³⁶ GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p.16.

³⁷ *Ibidem*, p.16.

³⁸ *Ibidem*, p.28.

³⁹ CHEDIK, Antonio J. *Carlos de Laet, O polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942.

⁴⁰ GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p.41.

Temos em consideração que a noção de sociabilidade, para além de formal e institucional, é composta também pela feição subjetiva, pela afetividade e por todo o tipo de característica própria das relações humanas⁴¹, assim serão analisadas as interações realizadas por Carlos de Laet.

1.2 Espaços de sociabilidade dos homens de letras: a Rua do Ouvidor

A vida cultural do Rio de Janeiro, certamente, perpassava pela Rua do Ouvidor, que representava o centro do convívio intelectual carioca no final do século XIX. A rua surgira inicialmente como um desvio no final do século XVI. Chamava-se, em um primeiro momento, “Desvio do Mar”, e abrigava, nas palavras de Joaquim Manuel de Macedo, apenas “uma linha de casas à beira mar”⁴².

A partir de 1780, passou a ser denominada como Rua do Ouvidor, após receber alguns outras. O nome era sugestivo da relação com o que a rua representava, uma rua que tudo “ouvira”. Concentrando em seu percurso grande movimentação social, era responsável pela repercussão das ideias e debates que se estendiam da Corte para o restante do império⁴³.

Frequentar a Rua do Ouvidor era, para os moradores da Corte, um hábito, que “inveterou-se de tal sorte, que se um dia deixamos de lá passar, falta-nos alguma coisa, como a um crente que se esqueceu de fazer o sinal da cruz ou a uma dama que não teve tempo de fazer o seu toilette”⁴⁴.

A estreita ruazinha possuía frequentadores de todas as classes e ocupações, sendo citada nos jornais da época como “berço dos tantos ‘boatos alarmantes’ que agitavam a vida política”⁴⁵. Certamente, tanta agitação proporcionava também uma enorme circulação de notícias falsas que iam se difundido através de seus assíduos frequentadores.

⁴¹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.41.

⁴² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, 2005, p.11. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000051.pdf>>. Acesso em 04 de março de 2020.

⁴³ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2007, p. 56.

⁴⁴ *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1886, p.7.

⁴⁵ *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1886, p.6.

A rua do Ouvidor continua a obsequiar-nos, de vez em quando com um boato. Felizmente, já estamos todos *blazés* com esse modo de fazer política e o boato já não tem mais o condão de assustar o burguês. Chega a ser monótono. A gente ouve qualquer novidade, assim mais cresspa, e conta logo com o desmentido no dia seguinte. Um círculo vicioso. E como na rua do Ouvidor sempre há alguns destes, tal fato não causa menos estranheza. Quem dá o que tem não é mais obrigado.⁴⁶

É interessante notar o recurso utilizado pelo jornalista da *Revista Illustrada*. Para abordar a frequência com que falsas notícias circulavam entre os frequentadores da rua, o reporte a personifica, como se esta tomasse vida e ela mesma espalhasse os boatos, mantendo os transeuntes já desconfiados de suas informações.

Palanque dos grandes acontecimentos nacionais, a chegada de novas tecnologias intensificou ainda mais as atividades da rua carioca⁴⁷. A grande imprensa se concentrava ali. Apinhadas em velhos sobrados, a Rua do Ouvidor reunia redações de jornais que debatiam, fazendo referência uns aos outros, formando uma espécie de “comunidade argumentativa”. Nela os homens de letras transitavam entre uma redação e outra, promovendo um verdadeiro intercâmbio intelectual⁴⁸.

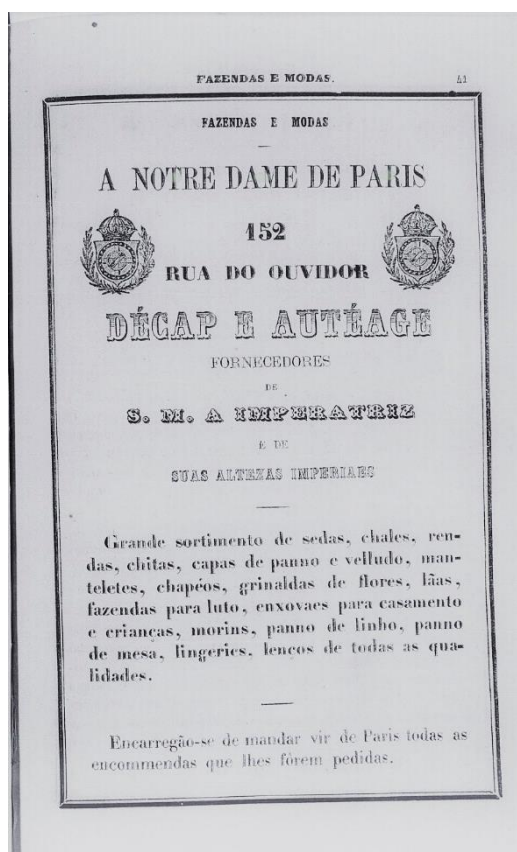
Compunha-se, também, por luxuosos estabelecimentos como a loja “Notre Dame de Paris”.

⁴⁶ Pequenos Echos. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1897, p.2.

⁴⁷ PEREIRA, Milena da Silveira. *Palco das letras: um passeio pela Rua do Ouvidor do século XIX*. ANAIS DO XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, Rio de Janeiro, julho, 2010, p. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276728080_ARQUIVO_TEXTOANPUHRJ2010.pdf>. Acesso em 04 de março de 2020.

⁴⁸ SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, p.6.

Figura 1- Anúncio da Notre Dame de Paris



A Notre Dame de Paris. *Almanak Laemmert*, 1860, p.41. il. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano187&pesq=fazendas modas notre dame paris](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano187&pesq=fazendas%20modas%20notre%20dame%20paris)>. Acesso em 05 de março de 2020.

A loja que ostentava seus produtos vindos de Paris começara como um pequeno estabelecimento de apenas duas portas e se estendera por todo o quarteirão. Em *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manoel de Macedo, registra-se:

[...] A Notre Dame de Paris, pouco antes era célebre pequena casa térrea de duas portas para a Rua do Ouvidor e de fundo muito limitado.

A loja de modas Notre Dame de Paris, que começou com uma porta e duas vidraças na antiga casa do Passos, tem hoje doze (contadas as portas e as vidraças) abrindo-se para a Rua do Ouvidor; as casinhas térreas transformaram-se em vistoso sobrado, cuja frontaria é iluminada na linha superior por numerosa série de bicos de gás. [...] Trata-se por exceção da grande loja de modas composta de lojas confederadas com sala central, armazém no fundo, sobrado por cima, portas de entrada e de saída, aqui, ali, e acolá, e tudo de modo a tornar indispensável uma cana topográfica para uso dos fregueses.⁴⁹

⁴⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, 2005, p.180-183. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000051.pdf>>. Acesso em 04 de março de 2020.

A Rua do Ouvidor era um importante espaço comercial e concentrava em si e em seus arredores variadas opções de mercadorias. Tal comércio, como narra a *Crônica do Chic* na *Revista Illustrada*, de junho de 1886, atraía as mulheres, com o vislumbre das grandiosas vitrines preenchidas de chapéus floridos, diamantes, broches e sedas. Mas não apenas as damas, os estudantes e os letrados também eram tentados pelos encantos das “belas gravuras e os livros de luxo, com encadernações douradas⁵⁰”.

Além da Notre Dame, havia outros estabelecimentos como cafés, confeitarias e hotéis, dando um tom sofisticado à Rua do Ouvidor. A boêmia carioca se encontrava ali, junto de políticos influentes, poetas, músicos e escritores. Com o tempo, a enorme circulação de pessoas e a democratização do acesso à rua foram possíveis graças aos bondes que cortavam o centro da cidade⁵¹.

Outro artifício que fazia movimentar e garantir a presença dos homens de letras na pequena rua era a presença das mais importantes livrarias. As lojas de livros eram espaços de sociabilidade fundamentais para a intelectualidade carioca. O costume de frequentá-las integrava o cotidiano dos segmentos mais instruídos da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de núcleos sociais em torno de debates sobre questões de interesse político, literários ou temas corriqueiros. A frequência a esses estabelecimentos comerciais ampliou os laços entre aqueles que tinham na literatura uma identidade de interesses⁵².

Dentre as diversas livrarias que foram instaladas no Rio de Janeiro durante o século XIX, destaco aqui a Livraria Garnier. Tal estabelecimentos não foi escolhido ao acaso, era um espaço sabidamente frequentado por Carlos de Laet⁵³ e seus companheiros.

Baptiste-Louis Garnier chegou ao Brasil em 1844 e fundou a companhia B.L. Garnier em 1852, companhia essa que dominou o mercado de livros no Rio Janeiro na segunda metade do século XIX. No decorrer de sua permanência de mais de cinquenta anos no Brasil, recebeu de D. Pedro II a comenda da Ordem da Rosa, graças aos serviços prestados às Letras no país⁵⁴.

⁵⁰ Crônica do Chic. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1886, p.7.

⁵¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p.65.

⁵² FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. *Revista Escritos*, ano 5, n. 5, 2011, p.49.

⁵³ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: José Veríssimo. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1910. ABL, Arquivo.

⁵⁴ GRANJA, Lúcia. *Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil*. *Repositório Unesp*, v. 3, p. 41-49, 2013, p.41. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122780>>. Acesso em 04 de março de 2020.

A taxa de analfabetismo do Império era muito elevada, 84,2 % da população não sabia ler por volta de 1870⁵⁵. Aqueles que liam, em sua maioria, ou pertenciam ao grupo de profissionais liberais ou faziam parte do grupo de burocratas do Império⁵⁶. Apesar dessas taxas, o público leitor se expandiu com o desenvolvimento da economia e a modernização brasileira depois de 1850. O interesse pelos romances aumentou e foi no campo da ficção, nacional e estrangeira, que Garnier liderou esse mercado⁵⁷.

A empresa de Garnier foi responsável por grande parte das publicações de romancistas brasileiros do século XIX. Segundo Hallewell, “praticamente não houve um romancista brasileiro de importância que não acabasse tendo a maior parte de sua obra publicada por ele [B. L. Garnier]”⁵⁸. Desta maneira a Livraria Garnier pode ser considerada como fundamental para o processo de consolidação da literatura nacional.

Dialogando com a interpretação a respeito da ação diretiva do Estado em relação à atividade intelectual, acima referida, de Maria Alice de Carvalho⁵⁹, Lúcia Granja⁶⁰ acrescenta que a implementação da literatura nacional teve o Império como principal incentivador. Afastava-se, desse modo, o caso brasileiro da estrutura proposta por Bourdieu, em que as classes dominantes burguesas exerciam o monopólio no processo de constituição da atividade intelectual⁶¹.

Ao longo das quatro últimas décadas do século XIX, frequentaram a Livraria Garnier e a escolheram como local de encontro para suas conversas literárias nomes como Machado de Assis, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, José Veríssimo, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Constâncio Alves, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Araripe Júnior, Rodrigo Otávio, Mário de Alencar, Clóvis Bevilacqua, entre outros⁶².

⁵⁵ MOMESSO, Beatriz. Os livros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império. In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz, RIBEIRO, Gladys Sabina, e GONÇALVES, Monique de Siqueira. *O oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013, p.181.

⁵⁶ *Ibidem*, p.182.

⁵⁷ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012, p.235.

⁵⁸ *Ibidem*, p.235.

⁵⁹ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007, p.20.

⁶⁰ GRANJA, Lucia. Um editor no espaço público: Baptistes-Louis Garnier e a consolidação da coleção em literatura brasileira. *Rev. Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n.3, p. 1205-1216, 2016, p. 1207. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/594/1126>>. Acesso em 05 de março de 2020.

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.244-251.

⁶² GRANJA, Lúcia. Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. *Repositório Unesp*, v. 3, p. 41-49, 2013, p.42. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122780>>. Acesso em 04 de março de 2020.

A Rua do Ouvidor tornou-se um ambiente representativo do século XIX. Assim como ela, a própria Livraria Garnier era um espaço que ratificava as relações sociais cariocas. Entretanto, enquanto a Ouvidor recebia todo tipo de público, a B.L Garnier era um local de frequência restrita. Desta maneira, o “pequeno mundo” da Livraria Garnier tornava-se também um elemento identitário para os intelectuais da cidade. Aos poucos a Garnier tornou-se um símbolo que representava os homens de letras do Rio.

Nesse pequeno mundo, as redes de relações sociais eram responsáveis por materializar o intercâmbio social⁶³, sendo possível, através do mapeamento e do estudo desses espaços, traçar uma análise da produção e da movimentação de ideias.

Laet não teve muitos livros publicados em seu nome. Sua obra mais famosa, a *Antologia Nacional* (1895), segundo Hallewell, fora lançada por uma pequena editora do Rio de Janeiro⁶⁴. Anos mais tarde, a Livraria Francisco Alves, também localizada na Rua do Ouvidor, voltada para o segmento de livros escolares e acadêmicos, comprou essa pequena editora, apenas para adquirir os direitos sobre a *Antologia*⁶⁵.

Entretanto, Laet colaborou com seus escritos em alguns livros e teve seus artigos de jornal publicados em coletâneas, tais como *Heresia protestante* (1907), *Indiferentismo religioso* (1905), *O frade estrangeiro e outros escritos* (1953), *Textos escolhidos* (1964), *O Estado e a religião, precedência obrigatória do casamento civil* (1901), *O espiritismo – Manual científico e popular* (1901), *Verdades históricas* (1902), entre outros.

A julgar pela localização das redações de jornais em que Laet contribuía, o intelectual mantinha certa frequência na Rua do Ouvidor e nos seus arredores. Laet costumava frequentar a Livraria Garnier, embora não possuísse uma relação de trabalho com o editor e não tenha publicado pela editora. Justamente por ser espaço de encontro entre a intelectualidade, podemos verificar a presença de Laet na livraria. Assim, em cartas trocadas com José Veríssimo, Laet anuncia que passara pela Garnier nos dias anteriores ao da correspondência, durante o período da tarde⁶⁶.

A pequena ruela recebia as novas ideias vindas do exterior que influenciavam a moda, as conversas literárias, a política, contando com a presença dos diversos segmentos sociais. Foi palco para a divulgação das ideias abolicionistas e republicanas e para a

⁶³ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.41.

⁶⁴ Apesar de Hallewell relatar que a primeira editora do livro *Antologia* pertencia à viúva de Azevedo, não foi possível determinar o nome desta firma e nem mesmo se o Azevedo a que se refere o autor era o famoso escritor Aluísio de Azevedo.

⁶⁵ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012, p.316.

⁶⁶ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: José Veríssimo. 2 de dezembro de 1910. Acervo da ABL.

difusão da nova cultura que clamava pela chegada do progresso. Segundo Mello, a intensa propaganda das duas campanhas, que tinha a rua como meio de difusão, também foi responsável por forjar uma relação dicotômica entre a monarquia e a república, na qual a primeira passou a designar “atraso”, “tirania” e um governo de privilégios e, em contraposição, a república passa a ser associada a “liberdade”, “civilização” e “progresso”⁶⁷.

Apesar de sua importância, a Rua do Ouvidor era muito menor em tamanho do que em popularidade. O jornalista que se identifica como Blick na *Revista Illustrada* assinalava que “A rua do Ouvidor, pois, sem ter os elementos para ser o melhor ponto de reunião da população, a falta de melhor, ficou com esse monopólio”⁶⁸ Uma rua estreita, mal calçada, quase “beco”, fato que deixava forasteiros e visitantes decepcionados⁷⁰, como narra João do Rio em *A alma encantadora das ruas* (1908), em trecho bastante citado.

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras à mais leve sombra de perigo. Esse beco inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata⁷¹.

Outro relato que temos é o do personagem Amâncio criado por Aluísio de Azevedo no livro *Casa de Pensão* (1884): “Amâncio, como qualquer outro provinciano que ainda não tivesse ocasião de apreciar o Rio de Janeiro, julgava-se tão desiludido a respeito dele. -Sempre imaginei que fosse outra coisa!... Disse. -A tal Rua do Ouvidor, por exemplo!”⁷².

O findar do século trouxe também o esfriamento da euforia que fazia fervilhar a rua. Essa dispersão ocorreu em razão do aparecimento das suntuosas e modernas avenidas. A abertura da Avenida Central, com sua via larga, recebeu os antigos comerciantes da Rua do Ouvidor, que se transferiram para a concorrente.

Machado de Assis, em sua homenagem de despedida à Garnier, relaciona o declínio do movimento da rua, representado pela morte de seu proprietário, e o fim do

⁶⁷ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009, p.16.

⁶⁸ Crônica do Chic. *Revista Illustrada*, 19 de junho de 1886, p.7.

⁶⁹ Crônica do Chic. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1886, p.7.

⁷⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de. Op. cit., nota 67, p.26.

⁷¹ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p.8, nota 63.

⁷² AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. São Paulo: Escala Educacional, 2006, p.35.

século: “A Livraria Ganier, uma das últimas casas da Rua do Ouvidor, ia-se fechando como se fechavam os olhos de seu dono e do século”⁷³.

A Rua do Ouvidor foi o espaço de sociabilidade por excelência na corte carioca. Apesar de seu declínio, ela foi fundamental para a manutenção das relações sociais da cidade. Popular que era, foi palco da reunião dos intelectuais, ganhou destaque e centralidade de forma orgânica e presenciou as agitações dos importantes movimentos sociais que compuseram o Rio de Janeiro durante o século XIX.

1.3 A imprensa no Brasil: espaço de sociabilidades intelectuais

A imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação mais importante no país. No decorrer do século XIX, o número de tipografias foi crescente, sequencialmente à chegada do trem à cidade do Rio de Janeiro, que resultou em uma maior circulação de ideias e no desenvolvimento da imprensa.

A confecção artesanal de periódicos tornou-se industrial⁷⁴. A imprensa transformava gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto referenciava, posicionando-se como um ícone de modernidade no Rio de Janeiro, cidade que queria ser o símbolo do progresso no país⁷⁵.

A otimização técnica, advinda da introdução do telégrafo, do cabo submarino e do telefone, passou também a dar sustentação à produção do jornal, transformando-o em negócio potencialmente rendoso. Em um país de dimensões continentais, a modernidade técnica figurou como um elo internacional⁷⁶.

Aquele era tido como o tempo da modernidade. As ideias darwinistas e científicas, acompanhadas das inovações tecnológicas que cresciam no contexto da chamada Segunda Revolução Industrial, invadiam a sociedade de corte.

⁷³ SOUZA, Eneida Maria de. O homem da porta da Garnier. *Boletim Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, v. 12, n.14, p. 9-17, jul/dez. 1992, p.10. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/issue/view/280/showToc>>. Acesso em 05 de março de 2020.

⁷⁴ MARTINS, Ana Luiza e LUCA. Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.149.

⁷⁵ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.22.

⁷⁶ MARTINS e LUCA. Op. cit., nota 74, p.64.

No quartel final do século XIX, aparecem em inúmeros textos e imagens a admiração e o orgulho que os contemporâneos – pelo menos, em nível urbano – tinham pela sua época. O “século da luz”, da velocidade, da ciência, das “idéias avançadas”. Por todos os lados, enfim, as marcas do Progresso⁷⁷.

Durante esse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação, como o recurso da litografia e da zincografia, possibilitando um menor custo de produção, o aumento das tiragens e a melhor qualidade de impressão, oportunizando, assim, o início da comunicação em massa. Os jornais tornavam-se grandes empresas, impulsionadas pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor⁷⁸.

Os jornais que quisessem consolidar sua força junto aos leitores deviam implementar as novas tecnologias nas redações. O telégrafo, por exemplo, possibilitou um aparato de atualização constante das notícias, viabilizando a entrada de informações de última hora nas edições.

⁷⁷ MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.28.

⁷⁸ *Ibidem*, p.83.

Figura 2- Telegramas de *O Paiz*.

TELEGRAMMAS	
SERVICO ESPECIAL D'O PAIZ	
Fortaleza, 17.	
<p>As festas do anniversario da Republica celebram-se desde ante-hontem. No dia 15 houve grande revista militar, pela manhã, e marcha civiil á tarde. Formou uma brigada das tres armas, composta do 11º batalhão de infantaria, escola militar, companhia de aprendizes marinheiros e corpo de segurança publica. No dia 16 houve grande baile no Club Iracema, illuminação e fogos no largo da Liberdade; assalto d'armas á tarde, no Passeio, pelos alumnos da escola militar. Hoje á tarde, exercicios de esgrima pelos aprendizes marinheiros, no Passeio Publico, e baile popular. A cidade tem-se conservado embandeirada; as illuminações foram até hoje esplendidas. O povo satisfeito está em continuo movimento pelas ruas.</p>	
Pará, 17.	
<p>Todos os corpos desta guarnição realizaram hontem á tarde passeio militar, a que se juntaram contingentes dos navios surtos no porto. O movimento do povo nas ruas continuou enorme até ser qacimado um bellissimo fogo de vistas nas ruas Quinze de Novembro e Conselheiro João Alfredo.</p>	
Bahia, 17.	
<p>Correm animadas as festas pelo 1º anniversario da republica. O movimento pelas ruas ornamentadas tem sido grande. Todos estes dois dias tem havido illuminação. Hoje realizam-se novos festejos.</p>	
Santos, 17.	
<p>Por ser dia feriado, os bancos conservaram-se fechados e sem movimento o mercado do café.</p>	
Taubaté, 15.	
<p>O anniversario da republica tem sido aqui muito festejado. A intendencia effectuou sessão solemne. Nas ruas levantaram-se coretos; as casas e o edificio da intendencia acham-se ornados. Por toda a parte vêm-se escudos com os nomes dos propagandistas da grande causa vencedora. Na sessão da intendencia oraram os Srs. Carneiro de Souza, o promotor publico, Dr. João Penna, o Dr. Barbosa, juiz substituto. A noite percorren as principaes ruas uma <i>marche aux flambeaux</i>, orando o delegado e o juiz de direito. Amanhã effectua-se espectáculo de gala — <i>Termino de Mattos</i>.</p>	
Lafayette, 15.	
<p>O pessoal da estrada de ferro Central do Brazil, coadjuvado pela população, promoveu um grande baile. Feita muito entusiasmo e por intermedio dessa folha saudou o generalissimo, o exercito e a armada, pelo glorioso dia de hoje — <i>Meirvelles</i>.</p>	
Mendes, 15.	
<p>Acaba de ser collocada com solemnidade a primeira pedra do edificio para a escola nocturna. Grandes festejos hoje pela proclamação da republica — <i>Pegado, Palcão, Loureiro</i>.</p>	
Recife, 17.	
<p>A kermesse promovida pelo Club da Magdalena foi hontem assaltado por capangas ás 9 horas da noite, após ter o governador mandado retirar a banda de musica concedida para a festa. Foram esbordoados o agricultor Vicente Cysneiro e o estudante Medeiros Junior. Uma senhora, filha do commendador Duprat ficou ferida na mão. Suppõe-se provir o facto de ter sido na vespera mal recebido ali o Dr. José Mariano, durante cuja estada o povo saudou freneticamente o Dr. Martins Junior. Pedimos que o governo providencie. A situação é anormal. Em Pernambuco os republicanos estão sem garantias — <i>Pela directoria do Club Republicano do Caxangá, Felicio dos Santos e Nogueira Junior</i>.</p>	

O Paiz, 18 de novembro de 1890, p.1, il. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano 189&pesq=>. Acesso em 05 de março de 2020.

O novo *modus operandi* exigia que os jornais informassem com rapidez, em vez de apenas informar. Dessa maneira, os jornais construíram um tempo cada vez mais “comprimido”, reduzindo a distância entre o acontecimento e o público⁷⁹.

Segundo Marialva Barbosa, é possível observar que as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo estão sendo fundadas já na passagem do século XIX para o século XX. Diante dessa mesma premissa, anos mais tarde, Walter Benjamin faria duras críticas à imprensa moderna e efêmera, que apontou como responsável pela morte da narrativa tradicional⁸⁰.

⁷⁹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.22.

⁸⁰ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Segundo Benjamin, a disseminação do aparato de imprensa promoveu o progressivo atrofiamento da faculdade de trocar experiências, a dissolução dos laços interindividuais e a perda das ligações orgânicas entre o indivíduo e o grupo⁸¹.

Para o autor, a imprensa trazia a informação “pronta” e a servia ao leitor, enquanto esse, por conseguinte, a digeriria rapidamente, e em pouco tempo consumiria outra. Benjamin sai em defesa da narrativa tradicional e diz que ela não visava à transmissão do acontecimento em si, como uma simples reportagem, “antes ela faz penetrar a coisa contada na própria vida do narrador, o qual imprime à narrativa uma marca própria”⁸².

Através da matéria de *O Paiz* do dia 26 de junho de 1914, resgatada por Marialva Barbosa, é possível notar que, mesmo ainda em processo de desenvolvimento, esse formato já incomodava alguns jornalistas. Tem-se:

O leitor apressado não queria pensar, não tinha tempo para acompanhar longas reflexões filosóficas, passa por cima, como se passou, em que condições se deu o fato que ocupa, pinte-lhe o tipo e o caráter dos protagonistas, e se for possível fazê-lo sem palavras, pela fotografia tanto melhor⁸³.

Dentre os jornais que representavam maior destaque no cenário da imprensa carioca e que seguiram as novas tendências tecnológicas podemos destacar o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, e a *Gazeta de Notícias*. Cada um deles buscava conquistar seu público através de características próprias, que davam o tom aos editoriais. Juntas, como referido na Introdução desse trabalho, essas folhas reproduziam cerca de 150 mil exemplares na alvorada do século XX⁸⁴.

O *Jornal do Brasil*, folha de origem monarquista integrada por Joaquim Nabuco, forjou sua identidade por intermédio da construção de uma imagem de defensor dos “desprovidos”. Através das ilustrações em sequência, os leitores podiam decodificar a mensagem que a folha queria transmitir. A textualidade vinha através das imagens, estratégia fundamental para ampliar seu público em uma cidade e em um país em que a grande maioria era analfabeta⁸⁵.

⁸¹ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 201.

⁸² Ibidem, p. 201.

⁸³ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.40.

⁸⁴ Ibidem, p.40.

⁸⁵ Ibidem, p.42.

Já o *Jornal do Commercio* era uma folha de caráter conservador. Nasceu em 1826 e representava o jornalismo oficial do Império. Foi decisivo nas questões comerciais do país e reuniu o melhor jornalismo que havia na época. Sua redação contou com nomes como José de Alencar, Alcindo Guanabara, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, entre outros. A folha eximia-se de assuntos polêmicos e figurava como jornal apartidário. Era inovador em aparato técnico, contava com equipamentos avançados e funcionários especializados em sua redação⁸⁶.

Outro jornal que teve papel de destaque no último quartel do século XIX foi a *Gazeta de Notícias*. O jornal carioca foi fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Souza Araújo, tendo por objetivo lutar pela abolição da escravidão e pela instauração da República. A *Gazeta* reunia figuras de destaque na vida pública da época, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio, e introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê e das caricaturas e a técnica de entrevistas⁸⁷.

Já o *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901 pelo jornalista e empresário Edmundo Bittencourt. Apresentava-se como de oposição e admitia em sua redação jornalistas de diversas correntes políticas, como Afonso Celso, monarquista, e José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque⁸⁸, que simpatizava com o florianismo⁸⁹. Posicionou-se no mercado inicialmente como uma folha popular, com um público leitor bastante heterogêneo, sendo uma das mais baratas da cidade⁹⁰.

Destacava-se também *O Paiz*. Fundado em 1º de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior⁹¹, durante os últimos anos da monarquia destacou-se pelo protagonismo

⁸⁶ MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 52.

⁸⁷ LEAL, Carlos Eduardo. *Gazeta de Notícias* [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>. Acesso em 05 de março de 2020.

⁸⁸ Nascido em Recife em 4 de setembro de 1867, Medeiros e Albuquerque era um defensor da causa republicana. Dentre suas principais atividades destacou-se como jornalista, político, poeta, romancista, teatrólogo e professor. ACADEMIA. Biografia, Medeiros de Albuquerque. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>>. Acesso em 21 de março de 2020.

⁸⁹ LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã* [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em 05 de março de 2020.

⁹⁰ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.44.

⁹¹ Também conhecido como Conde de São Salvador de Matosinho, foi um comerciante português que participou de diversos empreendimentos no Rio de Janeiro. SÁEZ, Hernán Enrique Lara. Estado, empresas e sociedades beneméritas: alguns espaços privilegiados das práticas políticas em meados do século XIX. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p.10.

nas campanhas abolicionista e republicana. Com a proclamação da República, a folha diária atingiu sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal. Em sua redação destacaram-se nomes de importância como Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva⁹².

Localizadas na rua do Ouvidor e adjacências, as redações da imprensa carioca possibilitavam a reunião de homens com posicionamentos políticos diferentes. Os novos aparatos tecnológicos, nelas adotados, foram fundamentais para o aprofundamento das interações entre jornalistas e outros intelectuais, de um lado, e leitores de diversos lugares do Brasil.

A mudança do regime em nada alterou o desenvolvimento da imprensa. Multiplicam-se as pequenas folhas de vida efêmera, processo comum nas fases de agitação política⁹³. Os grandes jornais continuavam os mesmos, sendo que os republicanos com mais força e os monarquistas com mais combatividade.

No Brasil, como em outros países, a imprensa acompanhou de forma próxima o processo de constituição e estabelecimento do campo intelectual. Grande parte dos homens de letras que compuseram o cenário intelectual carioca na passagem do século XIX para o século XX atuaram na imprensa, por mais que a organização desse grupo ainda não estivesse muito bem definida. Assim, a chamada grande imprensa teve papel central no processo de profissionalização das atividades intelectuais⁹⁴.

Por outro lado, grande número de escritores brasileiros publicou seus ensaios e romances, primeiramente, na imprensa, que só depois ganharam o suporte duradouro dos livros⁹⁵.

Dado esse aspecto, é importante observar que foi em razão de suas publicações na imprensa e do constante envolvimento em longas discussões, por meio de contribuições nos jornais, que Carlos de Laet ficou conhecido como “polemista”. Famoso por sua acidez nas palavras e por nunca estar disposto a “perder” uma discussão, o escritor e jornalista olhava com maus olhos a imprensa dita neutra⁹⁶.

⁹²LEAL, Carlos Eduardo. O País [verbetes]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>>. Acesso em 05 de março de 2020.

⁹³SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

⁹⁴ENGEL, Magali Gouveia. GUERELLUS, Natália de Santanna e SOUZA, Flávia Fernandes de. Apresentação. In: _____. (org.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p.15.

⁹⁵GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, p.9.

⁹⁶LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.

Figura 3 – “Instantâneo na Avenida”



Instantâneo na Avenida. *O Malho*, 29 de janeiro de 1910, p.13. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&PagFis=7669&Pesq=Carlos de Laet>>. Acesso em 22 de março de 2020.

Segundo Alves, Laet travou diversas discussões nos jornais, entretanto, quando se sentia coibido em sua liberdade de opinião e manifestação, retirava-se da folha. A exemplo, a autora lembra que “quando no *Correio da Manhã*, em meio a uma polêmica travada com um colega do mesmo jornal, Floriano de Brito, o proprietário dessa folha, Edmundo Bittencourt, solicitou a Laet que deixasse de provocar o amigo”⁹⁷. Laet preferiu deixar o *Correio da Manhã* e continuar a polêmica pelo *Jornal do Brasil*⁹⁸.

Para além das relações estabelecidas entre as redações da Rua do Ouvidor e das imediações, mantinham-se diálogos com jornais de outras províncias, nem sempre amigáveis. Assim como as parcerias, as desavenças também eram compartilhadas nas

⁹⁷ ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2020, p.347.

⁹⁸ Ibidem, p.347.

páginas dos periódicos, em muitos casos fazendo-se pouca, ou nenhuma, questão de manter-se uma argumentação polida. Foi o caso dos editores de *O Paiz*, ao responderem as considerações feitas pelo periódico paulista *A Gazeta*:

Um jornal de São Paulo, a *Gazeta*, pressurosamente, tentou explorar um comentário que fizemos aqui, na melhor das intenções, sobre a nomeação de ministros para o Supremo Tribunal Federal. E onde estava justamente a insinuação clara para que o governo aproveitasse os serviços do ilustre juriconsulto[...] viu esse jornal uma hostilidade de nossa parte, que o simples bom senso repele. Será necessário pingar todos os ii, descer a minúcias, determinar nomes, para que nos entendam? [...] julgávamos, pelo hábito de escrever para um público de certa cultura [...] *A Gazeta*, porém, pela sua miopia, obriga-nos a estas explicações, de que não necessitaram as pessoas mais ilustres⁹⁹.

Dentro dessa dinâmica, Sílvio Romero, conhecido crítico sergipano, do mesmo modo que Laet, também ficou famoso como “polemista”. De temperamento exaltado, Romero, juntamente com seu conterrâneo Tobias Barreto, formava uma dupla que “infalivelmente haviam de deparar quem lhe caísse nas unhas”¹⁰⁰.

Segundo Gomes, a existência de polêmicas entre os intelectuais não é casual. Para a autora, a polêmica ora aproximava, ora afastava os intelectuais, fazendo com que estes se situassem em grupos que se organizavam continuamente com o passar dos anos e dos eventos estéticos, unindo ou opondo lideranças e instituições¹⁰¹.

No circuito da comunicação intelectual, além de comunicar ao público, os jornalistas dialogavam entre si, através dos jornais. As muitas polêmicas manifestas nas folhas dos periódicos nos revelam um pouco do caráter personalista da intelectualidade brasileira. O recurso da polêmica teve um espaço tão grande na produção literária do século XIX, que passou a ser considerado também um estilo literário, veiculado principalmente através dos jornais¹⁰².

As discussões acaloradas eram caracterizadas pelo uso de palavras rebuscadas em que o intelectual buscava comprovar sua superioridade frente ao opositor, não perdoando ao adversário o mínimo desvio que fosse. Desse modo, a imprensa mostrava-se também

⁹⁹ *O Paiz*, 25 de junho de 1914, p.1.

¹⁰⁰ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.71.

¹⁰¹ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.13.

¹⁰² JESUS, A. P.; SOUZA, C.; SANTOS, L.; SANTOS, N.; GUERREIRO, P. O jornal como espaço para debates de ideias através da polêmica literária no final do século XIX. *Anagrama*, v. 4, n. 3, p. 1-7, fev. 2011.

relevante para a formação e a manutenção das redes de sociabilidade construídas pelos e entre os homens de letras.

1.4 Redes de sociabilidade de Carlos de Laet e militância monarquista

A partir das cartas pessoais de Carlos de Laet, localizadas no arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e no arquivo da ABL, é possível determinar seus principais interlocutores. Observando os padrões de tratamento e a quantidade de missivas trocadas entre os correspondentes, pode-se estruturar parte significativa das redes que compõem o círculo social de Laet. Sendo assim, destacam-se os seguintes nomes:

Quadro 1 - Principais correspondentes de Carlos de Laet	
Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)	Bacharel em Direito (Faculdade de Direito de São Paulo); senador do império; presidente do Conselho de Ministros (1889); sócio efetivo do IHGB; tratado nas cartas por “Amigo e Chefe”.
Afonso Celso de Assis Figueiredo Jr.	Filho de Visconde do Ouro Preto; bacharel em Direito (Faculdade de Direito de São Paulo); fundador da ABL; presidente perpétuo do IHGB; tratado nas cartas por “Nosso Afonsinho” ¹⁰³ .
José Veríssimo de Mattos	Jornalista; professor; sócio do IHGB; diretor da <i>Revista Brasileira</i> ; tratado nas cartas por “Amigo”.
Francisco Alves de Oliveira	Imigrante português; comerciante de livros; doador de fortuna para ABL; tratado nas cartas por “amigo” ou “caro Alves”.
Franklin Américo de Meneses Dória (Barão do Loreto)	Bacharel em Direito (Faculdade de Recife); conselheiro do Império, membro da ABL; sócio do IHGB; professor do Colégio Pedro II.

¹⁰³ACADEMIA. Acadêmicos. Afonso Celso. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/afonso-celso>>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

É possível perceber que, com exceção de José Veríssimo, todos os outros correspondentes de Laet eram envolvidos com o movimento de restauração da monarquia brasileira, indicando o quanto o escritor estava ligado a esse projeto.

Carlos de Laet tinha Visconde de Ouro Preto em grande estima. Referia-se ao ex-ministro sempre de forma bastante íntima. Ouro Preto era um amigo próximo a quem o jornalista admirava e respeitava, chamando por vezes de “Amigo e chefe”, já que Visconde fora proprietário da folha que o empregava. Carlos de Laet frequentava a casa do Visconde e mantinha relações próximas com sua família.

Dentre as 20 cartas pessoais enviadas por Laet, 10 destinavam-se a Afonso Celso Jr. Nas cartas trocadas com o pai, Afonso Celso Jr. era referido como “nosso Afonsinho”, o que demonstrava afeto e intimidade entre eles. Laet reconhecia sua influência, a quem recorria com bastante frequência, pedindo favores para si e para terceiros. Laet também escrevia para “Afonsinho” contando banalidades do dia a dia nas redações dos jornais e comentando a situação política e religiosa do país.

Apesar do reduzido número de cartas trocadas entre Veríssimo e Laet, apenas duas, de acordo com a forma de tratamento entre os dois, o professor parecia ficar bastante à vontade em relação ao interlocutor paraense, pedindo apadrinhamento para os seus e valendo-se do cargo de diretor da Escola Normal ocupado pelo amigo. No texto “A Imprensa”, que será analisado mais adiante, no capítulo 3, Laet afirmava que Veríssimo fora seu discípulo e que revisara o texto de seu livro, *Em Minas* (1895).

O contato registrado em cartas de Laet com Francisco Alves não indica um convívio frequente e íntimo. Entretanto, Laet desfrutava de uma relação bem construída com o livreiro, ao ponto de pedir-lhe trabalho para si. Já as poucas cartas trocadas entre Laet e o Barão de Loreto, apenas duas, referem-se a questões burocráticas relacionadas com o empréstimo do escritório particular do Barão.

Certamente, a rede de sociabilidade de Laet não se restringia aos nomes citados no quadro acima, visto que ele esteve inserido em diversos outros ambientes e sabidamente interagiu com muitos outros professores e jornalistas. Entretanto, as cartas são tomadas nesse trabalho como elemento importante para a construção de sua rede social mais próxima, por indicarem maior grau de interação com seus correspondentes.

Logo após a Proclamação da República, ainda no calor dos acontecimentos políticos, o grupo de jornalistas composto por Carlos de Laet, Antônio Medeiros, Afonso Celso e outros intelectuais reuniu-se ao redor da figura do ex-ministro Visconde de Ouro

Preto. Este, então exilado, era proprietário da folha *Tribuna Liberal*, que, desse modo, tornou-se um instrumento na luta antirrepublicana.

Imprensa combativa

Foi a partir da interação nesse periódico combatente que a militância monarquista do grupo composto de Laet e seus amigos começou a se moldar, tendo o movimento de resistência na imprensa o principal motor para veiculação das suas ideias. Analisaremos as ações desse grupo em torno de uma primeira tentativa de restauração, cujo elemento central foram as atividades e os conflitos que caracterizaram a existência do periódico do Visconde de Ouro Preto e a repressão sofrida pelos jornais de oposição nos primeiros governos republicanos.

A *Tribuna Liberal* havia sido um jornal bastante ativo em 1888 que, após a Proclamação, fez parte do movimento de resistência ao novo regime. A folha pertencia ao Visconde de Ouro Preto, como referido, o último e prestigiado ministro do império decaído que, em 19 de novembro de 1889 exilou-se, juntamente com sua família, na Europa. Dessa forma, a direção do jornal passou para as mãos de Carlos de Laet, que permaneceu no Brasil e se envolveu na defesa da restauração do império¹⁰⁴.

O periódico figurava naquele período, na prática, como o único declaradamente monarquista no Rio de Janeiro, tendo como pauta principal a questão da realização da Assembleia Constituinte. Denunciava, também, as arbitrariedades do Governo Provisório. Em consequência desse posicionamento, a folha funcionava sob constantes ameaças e seus colaboradores temiam ser presos a qualquer momento¹⁰⁵.

No dia 18 de dezembro de 1889 ocorreu a sedição do 2º Regimento de Artilharia no Rio de Janeiro, quando os soldados se rebelaram em nome do imperador, o que intensificou a “caça às bruxas”. Diversos políticos monarquistas foram acusados de organizar a revolta e subornar os soldados¹⁰⁶.

O então chefe de polícia, Sampaio Ferraz, deteve alguns monarquistas, entre eles Carlos de Laet, Carlos Afonso de Figueiredo, Silveira Martins e João Lustosa da Cunha

¹⁰⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.20.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.20.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.21.

Paranaguá¹⁰⁷. Laet passou três dias preso, que narrou em carta ao Visconde de Ouro Preto. Segundo o jornalista, na prisão foi objeto de “especialíssima vigilância” e teve que aturar alguns desaforos, “mas encorou tudo de cara dura”. O monarquista informava ainda que, quando foi notificado de que seria preso, perguntou ao ministro da Guerra “se era isto caso que me entregaria a prisão?”. O Ministro, por sua vez, teria imposto a Laet “o vexame de ser capturado em casa”¹⁰⁸.

Laet narra ainda que, três dias depois, quando finalmente foi liberto, o afligiu o fato de Visconde de Ouro Preto ter se retirado do país para o exílio, pois gostaria de tê-lo abraçado. Durante o episódio, *A Tribuna Liberal* ficou sobre administração de Carlos de Medeiros e, como consequência do ocorrido, dois membros da equipe, que não puderam ser identificados, desistiram de se associar ao jornal, sendo um deles aconselhado a fazê-lo pois corria o risco de perder o emprego que mantinha no *Diário Oficial*.

Em 23 de dezembro, a intenção de intimidar os opositores da república nascente foi consagrada no Decreto nº 85-A. O ato estipulava que:

Art. 1º Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispô-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados: serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição¹⁰⁹.

O documento trazia a assinatura dos ministros republicanos, entre eles Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, jornalistas de profissão. A sugestão de censura à imprensa repercutia com estranheza, vinda de um grupo afinado com a inaugurada república laica, que se pretendia liberal.

Em contraste com a relativa liberdade de imprensa, vivida no período da monarquia, a nova forma de governo, logo em princípio, demonstrou seu caráter

¹⁰⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.24.

¹⁰⁸ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1889. IHGB, Arquivo.

¹⁰⁹Decreto nº 85-A, 23 de dezembro de 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>>. Acesso em 05 de março de 2020.

repressor¹¹⁰. O combate aos adversários foi definido como parte dos esforços de consolidação do novo regime, confirmando-se através da radicalização de seus atos autoritários. Deodoro parecia temer, assim, uma reação monarquista.

Carlos de Laet entrevistou-se na ocasião com Quintino de Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, tentando esclarecer se a extensão do decreto atingia os jornalistas. Este teria respondido que “toda e qualquer publicação pela imprensa estava visada pelo legislador e que, assim, limitava a liberdade da imprensa¹¹¹”. Três meses depois, outro decreto regulamentava a censura à imprensa:

Sujeita ao regime do decreto n. 85 A de 23 de dezembro de 1889 todos aqueles que derem origem a falsas notícias e boatos alarmantes dentro ou fora do país ou concorrerem pela imprensa, por telegrama ou por qualquer modo para pô-los em circulação¹¹².

A tentativa de controle da imprensa foi sentida já nas primeiras horas de vida do decreto. O clima de insegurança se espalhou e a violência contra algumas folhas se fixou com furor. Numerosos atentados como supressão, empastelamento de tipografias e advertências aos redatores ocorreram sob o argumento do decreto¹¹³.

A esse respeito, o jornal monarquista *O Brazil*, pequena folha em que Laet participou ativamente durante os anos iniciais da República, escreveu:

Quando foi publicado o decreto de 29 de março regulando a liberdade da imprensa e da tribuna nos pronunciamos franca e energicamente contra esse ato do governo, qualificando-o de inutilidade, se o decreto era apenas um espantinho contra os tímidos; violência, se o governo estava disposto a pôr em execução tamanha arbitrariedade [...] Com pesar nosso, vimos o jornalismo, desta capital, salvo uma folha, se não nos mente a memória, aplaudindo o decreto de 29 de março, esse mesmo decreto que era uma ameaça permanente à liberdade de imprensa. [...] O decreto de 29 de março dissemos nós, é uma válvula aberta a arbitrariedade sem número, é o prenúncio de uma época de terror. Não admitir-se essa hipótese, a não dar-se esta interpretação ao decreto, é forçoso confessar que a imprensa, a defensora dos direitos das liberdades populares, está sendo ludibriada com esses espantinhos ridículos que destoam de um governo patriótico. [...] A publicação do decreto de 29 de março, importa, mais do que nunca em uma ameaça tremenda a livre manifestação da opinião pública pela palavra escrita, na tribuna, na imprensa, ou por outro qualquer modo¹¹⁴.

¹¹⁰ MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.85.

¹¹¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.22.

¹¹² Decreto nº 295, BRASIL, 29 de março de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-295-29-marco-1890-541739-publicacaooriginal-47734-pe.html>>. Acesso em 05 de março de 2020.

¹¹³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.23.

¹¹⁴ *O Brazil*, 18 de abril de 1890, p.1.

Conforme assinalado por Carla Siqueira, os personagens que atuavam na imprensa do período se faziam presentes, também, na vida política do país. Em razão disso, as intervenções políticas de peso eram decididas no interior das redações, que testemunhavam os avanços e recuos das práticas do governo. Logo, o que ocorria era que se tentava calar a voz de intelectuais e militantes que se pronunciavam, combativamente, contra a república.

Em carta enviada ao Visconde de Ouro Preto no dia 23 de novembro de 1889, Carlos de Laet havia prometido manter em circulação *A Tribuna Liberal*, independente dos acontecimentos. Segundo o escritor, “a folha tinha sido a única que não havia dobrado os joelhos diante dos soldados arrogantes¹¹⁵”. Apesar das promessas e tentativas de prosseguir, no entanto, diante das adversidades e do clima de instabilidade, o periódico não resistiu à censura, fechando suas portas no dia 25 de dezembro de 1889, face ao temor do empastelamento¹¹⁶.

Alguns meses após o fechamento da *Tribuna*, o Visconde de Ouro Preto, ainda exilado, sugeriu a Laet sua reabertura. O jornalista, por sua vez, resistiu a essa possibilidade, argumentando que seu interlocutor estaria desatualizado quanto às notícias e à natureza da situação política no Brasil:

A reaparição da *Tribuna*, julga-me simplesmente impossível. V.S.^a está informado acreditando que melhora o estado do espírito no governo deste infeliz Brasil: cada vez pior! Não sei se até aí chegam as notícias mesmo aqui cuidadosamente abafadas, mas a verdade é que presos se acham várias pessoas sob acusação de conspiração. [...] No dia da chegada de Medeiros, era comentado que seria preso por trazer planos de conspiração vindos por V.S.^a.¹¹⁷

Laet comentava ainda as dificuldades que vinha enfrentando por ser oposição no governo republicano, mencionando sua recente demissão do Colégio Pedro II.

E nesse mesmo dia [...] fui demitido, eu catedrático vitalício, do meu lugar do Pedro II, unicamente porque à congregação apresentei uma proposta para que se constituísse do governo a conservação do título – Colégio de Pedro II. Nesta condição e a vista da boa vontade do governo para conosco, eu e Medeiros jamais poderíamos manter a folha¹¹⁸.

¹¹⁵ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1889. IHGB, Arquivo.

¹¹⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.22.

¹¹⁷ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.

¹¹⁸ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.

Segundo o escritor, a reabertura do jornal só seria possível, naquele momento, caso trocasse de nome, assumindo o que ele chamou de “uma dessas coisas incolores e inóquinas que se dizem – imprensa neutra¹¹⁹”. Ou seja, para Laet, a reaparição da folha teria que vir acompanhada de uma aparência de neutralidade, o que claramente incomodava o jornalista. Acreditava, no entanto, que as liberdades seriam restabelecidas com a aproximação da Constituinte.

As mesmas explicações sobre a reabertura da *Tribuna Liberal* foram dadas à Medeiros por Carlos de Laet. Segundo Laet, aquele pareceu não ficar satisfeito com a negativa de reaparecimento da folha. Alguns dias mais tarde, em carta, Medeiros comunicava a decisão de reabrir a folha com o nome *A Tribuna*, com caráter neutro. Além disso, pedia que Laet participasse da nova versão do jornal, com opiniões e folhetins, o que gerou grande animosidade entre os dois jornalistas.

Segundo Laet, “ao Medeiros sempre agradou a ideia de um predomínio absoluto na folha¹²⁰”. Relatava que este havia pedido a transferência da sua direção intelectual, ou seja, sua direção, que estava nas mãos de Laet, passaria para Medeiros.

Para informar ao público que não colaboraria com a nova versão da *Tribuna*, Laet publicou uma nota no *Jornal do Comércio* no dia 29 de junho de 1890, em que declarava:

Constando-me que sob o título de *Tribuna* vai reaparecer como órgão neutro aquele antigo jornal político, cumpre-me declarar: 1ºQue não o redijo, nem para ele colaboro, convencido de que a *Tribuna Liberal* ou devia reaparecer como era, ou morrer de todo. 2ºQue a ideia da ressurreição da *Tribuna Liberal* desarmada em neutra corre inteiramente sob a responsabilidade do Sr. Antonio de Medeiros. Carlos de Laet¹²¹.

Como afirma Angela de Castro Gomes, a noção de sociabilidade é possuidora de uma feição subjetiva, marcada pela afetividade, pela competição e pela cumplicidade¹²². As relações sociais, de maneira geral, são muito dinâmicas. No episódio relatado da *Tribuna Liberal*, para além da divergência de opinião a respeito de sua reabertura, nota-se, na correspondência de Laet, que o entrave foi marcado por sentimentos como vaidade e pela disputa por espaço.

¹¹⁹ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.

¹²⁰ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.

¹²¹ A Pedidos. *Jornal do Comércio*, 29 de junho de 1890, p.1- 8.

¹²² GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p.41.

A desavença entre os dois jornalistas não foi sanada e o reduzido grupo de monarquistas militantes começava a apresentar conflitos internos. A folha de fato voltou a circular no dia 1º de julho de 1890, sob a direção dos monarquistas Antônio Medeiros e Eduardo Prado, com o título de *A Tribuna*. O jornal, rapidamente, reassumiu seu lugar de maior representante da oposição republicana¹²³.

Uma vez reaberta, no entanto, *A Tribuna* não teve vida muito longa. As críticas do redator chefe da folha, Eduardo Prado¹²⁴, ao governo de Deodoro desencadearam fortes represálias¹²⁵. Segundo Janotti, do círculo “deodorista” saíram ameaças de deportação, de uso de violência e de empastelamento da sede do jornal. A partir de ordens do próprio Deodoro, *A Tribuna* teria sido atacada no dia 29 de novembro de 1890¹²⁶, vindo a falecer um simples redator, João Ferreira Romariz, mais tarde eternizado no conto de Lima Barreto, *A sombra de Romariz*¹²⁷.

O episódio ficou conhecido como uma das maiores violências ocorridas no Governo Provisório em ato de censura à imprensa. Como medida paliativa, em sequência aos eventos, Deodoro mandou abrir um inquérito para apurar responsabilidades pelo ocorrido. Este, entretanto, nunca deu resultados concretos.

Segundo Sodré¹²⁸, o protesto da imprensa foi imediato e total. Registrou-se, assim, um manifesto que expressava o repúdio dos jornalistas. Assinavam-no praticamente todos os representantes dos órgãos editoriais, independentemente de partido ou orientação política. Reuniram-se, para redigir esse manifesto, na sala de redação do *Jornal do Commercio*, representantes de diversas folhas fluminenses, ao tomarem conhecimento das medidas empregadas pelo governo e para assegurar e manter a liberdade de exame e de discussão, comprometida pelo ataque a redação d’ *A Tribuna*.

A conferência desses jornalistas manifestou a cobrança de punição, na forma da lei, para aqueles que participaram do empastelamento da tipografia. *A Tribuna Liberal* se extinguiu, porém, a resistência monarquista no Rio de Janeiro continuou viva e ativa

¹²³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.26.

¹²⁴ Eduardo Prado nasceu em 27 de fevereiro de 1860 e pertencia a uma tradicional família paulista. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e durante algum tempo trabalhou como adido na delegação brasileira em Londres. Defensor da causa monárquica, foi responsável por tecer severas críticas ao governo republicano. ACADEMIA. Acadêmicos. Eduardo Prado. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/eduardo-prado/biografia>>. Acesso em 09 de julho de 2017.

¹²⁵ MARTINS, Ana Luíza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.85.

¹²⁶ JANOTTI. Op. cit., nota 123, p.38.

¹²⁷ BARRETO, Lima. *Contos de Lima Barreto*. Niterói: Itapuca, 2020. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000130.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2020.

¹²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.254.

em outros espaços e jornais. Laet, juntamente com alguns correligionários, continuou atuante em sua militância.

Nos meses que se seguiram Deodoro não resistiu às pressões políticas e entregou o cargo. O governo do presidente seguinte, Floriano Peixoto (1891-1894), também foi marcado por instabilidades e ainda por maior endurecimento contra os monarquistas. Com a deflagração da Revolta da Armada¹²⁹, movimento que a eles foi vinculado, muitos defensores da causa imperial tiveram que se refugiar longe da capital federal, enquanto a imprensa oposicionista na cidade manteve-se praticamente calada. Apenas no governo de Prudente Moraes (1894-1898) os restauradores obtiveram maior abertura, o que possibilitou certa liberdade de aglutinação¹³⁰.

Figura 4 - Caricatura de Carlos de Laet em *O Malho*.



Uma comemoração do 15 de novembro, *O Malho*, 14 de novembro de 1908, p.41. il.. Disponível em :< <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano 190&pesq=>>. Acesso em 05 de março de 2020.

Em 1895, chegavam notícias da estruturação do Partido Monarquista de São Paulo, o que animou o grupo restaurador carioca para o lançamento do manifesto *A Nação*

¹²⁹ A respeito da Revolta da Armada, vide capítulo seguinte.

¹³⁰ GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, jul.-dez. 2008, p. 285.

Brasileira, assinado por nomes como João Alfredo Correa de Oliveira¹³¹, Ouro Preto, Joaquim Nabuco¹³², Carlos de Laet, Lafayette Rodrigues Pereira¹³³ e Carlos Afonso de Assis Figueiredo e outros¹³⁴.

Por iniciativa de Laet, juntamente com seus amigos mais próximos, “os mais renomados restauradores do Rio”¹³⁵ fundaram o jornal *A Liberdade*. De propriedade do coronel Gentil de Castro, que também possuía a *Gazeta da Tarde*, a nova folha retomou o viés monarquista¹³⁶.

Se de um lado do jogo político o grupo de Laet se articulava em torno do projeto restaurador, do outro os jacobinos e os republicanos radicais se reuniam, temendo a perda de privilégios conquistados no governo Floriano e uma suposta restauração monarquista, tema tratado por eles de forma exagerada. O grupo jacobino havia ganhado prestígio ainda no governo de Floriano Peixoto, após se voluntariar espontaneamente na Revolta da Armada. Com a troca de governo, o prestígio que possuíam ficou ameaçado. Para além disso, os jacobinos acusavam Prudente de Moraes de ser conivente com o grupo monarquista, por permitir-lhe maior liberdade de reunião e expressão¹³⁷.

A recusa ao governo de Prudente de Moraes, associada ao fracasso da terceira expedição enviada a Canudos e à morte de seu comandante florianista, o coronel Antonio Moreira César, gerou grande agitação no grupo jacobino. Nesse clima de ebulição social, em um rompante de fúria, manifestantes se dirigiram as redações dos jornais *Gazeta da*

¹³¹ João Alfredo Correa de Oliveira nasceu em Pernambuco em 1835, formou-se na Faculdade de Direito do Recife e destacou-se como político e administrador. Era monarquista e com a proclamação da República retirou-se da vida pública. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. João Alfredo. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=377>. Acesso em 22 de março de 2020.

¹³² Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em Pernambuco em 1849 e destacou-se como escritor, jornalista e diplomata. Foi um defensor da causa abolicionista e, mesmo proclamada a República, permaneceu com suas convicções monarquistas. ACADEMIA. Acadêmicos, Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/biografia>>. Acesso em 23 de março de 2020.

¹³³ Lafayette Rodrigues Pereira nasceu em Minas Gerais em 1834, cursou a faculdade de Direito de São Paulo e destacou-se como advogado e jornalista. Era monarquista e abandonou seu cargo público quando a República foi proclamada, retirou-se do país e só retornou após a reconstitucionalização. ACADEMIA. Acadêmicos, Lafayette Rodrigues Pereira. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/lafayette-rodrigues-pereira/biografia>>. Acesso em 22 de março de 2020.

¹³⁴ GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, jul.-dez. 2008, p. 287.

¹³⁵ *Ibidem*, p.287.

¹³⁶ *Ibidem*, p.299.

¹³⁷ *Ibidem*, p.291.

Tarde, Liberdade e O Apostolo, destruindo os estabelecimentos e os materiais que encontram pela frente¹³⁸.

As agitações prosseguiram, sendo Gentil de Castro, Visconde de Ouro Preto e Afonso Celso Figueiredo atacados por um grupo de revoltosos aos gritos de “mata o monarquista”. Gentil de Castro foi alvejado pelos disparos e veio a óbito.

O caso provocou temor nos restauradores. Alguns se retiraram do país e, os que ficaram, retraíram-se em sua militância. Afonso Celso Figueiredo lançou um livro em homenagem a Gentil de Castro, intitulado *O Assassinato do Coronel Gentil José de Castro: Subsídios para a história do regime republicano no Brasil (1897)*. Neste, o filho de Ouro Preto denunciava os jornais, que mal relataram o caso, atribuindo à vítima o papel de provocador. Afirmava ainda:

Procuraram alguns jornais atenuar a gravidade dos fatos [...]. Estamparam outros algo de verdadeiro, no meio de pormenores imaginários. Ligeiramente, terceiros se ocuparam do fato como se fosse um incidente sem importância, indigno de demorada atenção [...] Folhas houve que nem sequer ousaram aludir ao ocorrido. Trata-se, entretanto, de um dos crimes mais revoltosos dos nossos fastos, de uma das nodoas mais vergonhosas do regime republicano no Brasil. Não pode ficar sem protesto, sob pena de se atestar que o 15 de novembro eliminou da nossa terra qualquer noção do honesto e do justo¹³⁹.

Além de homenagens, Afonso Celso fez duras críticas aos jornais *O Paiz* e *A República*, destacando que o empastelamento das folhas monarquistas não fora uma ação “natural”, promovida pela população agitada, e sim uma ação de caso pensado.

Assim como *A Tribuna*, *A Liberdade* não sobreviveu aos ataques dos grupos de republicanos radicais. A ideia de restauração foi ficando cada vez mais longe do horizonte político brasileiro. Entretanto, a imprensa permaneceu sendo por excelência o meio de manifestação dos restauradores do império. Mesmo debaixo de decretos violentos e sob a autoridade dos presidentes militares que governavam sob estado de sítio, figurou como um espaço em que se configuravam as investidas contra o governo republicano.

Carregadas de valor simbólico, as redações eram locais onde o discurso se materializava em jornal. Elas representavam um ambiente de construção e comunicação das ideias e, devido a seu poder representativo, atraíam para si a fúria dos jacobinos, sendo alvo de empastelamentos nos momentos de agitação social. O grupo restaurador

¹³⁸ GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, jul.-dez. 2008, p. 292.

¹³⁹ CELSO, Afonso. *O assassinato do coronel Gentil José de Castro: subsídios para a história do regime republicano no Brasil*. Paris, 1897, p.5.

monarquista do Rio de Janeiro era combativo na imprensa, através da palavra escrita, mas buscava se articular pela via da institucionalidade.

Como percebemos, Carlos de Laet construiu em torno de si um círculo de pessoas alinhadas com seus interesses e pensamentos sobre política, em exemplo que corrobora a proposição de que que “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidade que fundam uma vontade e um gosto de conviver”¹⁴⁰. Por mais que tivesse contato com uma gama de intelectuais, jornalistas e professores de posições diversas, manteve-se sempre próximo de seus correligionários.

No que tange às redes de sociabilidade, vimos que Laet se articulava e teceu para si uma rede de amizades. Podemos perceber também que a militância de Laet extrapolava o campo da escrita e se traduzia no círculo social que ele passou a compor nas redações dos jornais monarquistas e em suas amizades.

A militância política de Laet em torno da restauração marca um momento muito específico de sua vida. Apesar do insucesso do projeto restaurador, o ativismo de Laet e sua afirmação como homem de imprensa conferem a ele notoriedade no campo do jornalismo e na política. Portanto, a trajetória percorrida como jornalista após a proclamação foi fundamental para colocá-lo em um lugar de destaque, o que é confirmado mesmo pelas críticas que recebia por seu posicionamento, como as feitas por José do Patrocínio e na revista *O Malho*.

No capítulo seguinte, serão tratados outros espaços de sociabilidade que tiveram centralidade na vida de Laet, como o Colégio Pedro II e a Academia Brasileira de Letras.

¹⁴⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 2003, p.248.

2 CARLOS DE LAET: UMA TRAJETÓRIA

Este segundo capítulo da dissertação busca apresentar o personagem histórico Carlos de Laet, situando-o nas suas principais esferas de atuação.

Dividido em quatro subtítulos principais, o primeiro deles faz uma breve reflexão sobre os aspectos necessários para a escrita de uma biografia atenta e próxima da verdade, como o trabalho do historiador deve ser. Esse primeiro momento também é dedicado a chamar atenção a respeito da questão, já muito trabalhada por diversos estudiosos, da “ilusão biográfica”, noção cunhada e trabalhada por Pierre Bourdieu¹⁴¹.

Os demais subitens do capítulo inserem-se dentro da apresentação da vida de Carlos de Laet, contemplando sua atuação como intelectual, jornalista e educador, sem perder de vista seu viés ideológico conservador e religioso.

Levando em consideração que as atitudes de Laet não podem ser lidas de forma isolada, por estarem interligadas a uma rede de acontecimentos e ambiências, torna-se necessária uma discussão sucinta a respeito de fatos que antecedem os que serão apresentados no capítulo.

Nas décadas finais do governo imperial, formou-se no Brasil um movimento de jovens intelectuais, que mais tarde passou a ser identificado como “geração de 1870”.

Tendo em vista a insatisfação com as estruturas imperiais, esse movimento, se apropriando de teorias estrangeiras como o positivismo, o darwinismo social, o liberalismo, o cientificismo e o spencerianismo, atuou politicamente, através do uso da palavra, principalmente na imprensa, na intenção de combater o regime então vigente e ou de promover reformas consideradas essenciais para a modernização do país.

Segundo Angela Alonso, o grupo contestador, que estava engessado em sua participação política e em situação de relativa marginalização pela ordem imperial, buscava na apropriação de ideias estrangeiras e na sua reelaboração os meios de expressar sua insatisfação¹⁴². Sendo assim, o sistema político em crise foi responsável por impulsionar o movimento intelectual da geração de 1870.

¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 1983, p.183-191.

¹⁴² ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, p. 43.

Outro aspecto importante a ser salientado se refere ao fato de que, no mesmo período, certa modernização da infraestrutura disseminou as tipografias e favoreceu a implementação de estradas de ferro e do telégrafo, logo, o acesso às informações e aos debates políticos e sociais se amplificou. Como define Alonso, com a modernização “a estrutura de oportunidades abre vias de ação política inéditas para agentes sociais até então aliados do sistema político¹⁴³.”

Apesar do conceito “geração de 1870” ter sido amplamente utilizado por diversos autores, como veremos abaixo, seria necessário lembrar a ressalva feita por Ângela Gomes a respeito do primeiro termo. Segundo a autora, a ideia de geração nasceu no século XIX e incorpora até hoje um forte acento positivista. Para ela, de acordo com essa perspectiva, as gerações “sucedem-se” e “renovam-se” com o passar linear do tempo, ocorrendo entre elas uma “natural renovação” de ideias, em um processo de regularidade e direção progressiva¹⁴⁴.

Gomes chama atenção para a perigo de identificar um grupo e supor sua homogeneidade utilizando apenas um critério cronológico, um tempo social datado: “trata-se também de denunciar a ilusão de ritmos, bem ao gosto evolucionista, que assume o progresso como direção irreversível, acreditando no ‘poder determinante das ideias’”¹⁴⁵.

Desse modo, a noção de geração deve integrar-se e ser complementada com a noção de sociabilidade, essa também considerada possuidora de feição subjetiva¹⁴⁶ - “a utilização da noção de gerações, que se ‘operacionaliza’ pelo recurso à categoria de sociabilidade, converge para a ideia de campo intelectual, onde se movimentam os atores-autores, demarcando sua posição e possibilitando uma simbologia social do tempo”¹⁴⁷.

Em uma perspectiva diferente a respeito do termo, Alonso entende que a geração de 1870 formava uma espécie de “comunidade de experiência”, impossível de ser determinada em uma só classe social, em vista da diversidade de origem dos intelectuais. A noção de geração para a autora é a chave para entender por que o movimento surge juntamente com a crise do império. Por mais que fossem diferentes socialmente, seus integrantes compartilhavam da marginalização política promovida pelo governo imperial.

¹⁴³ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, p. 43.

¹⁴⁴ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p.39.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.39.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p.41.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p.42.

Assim, posições políticas de intelectuais marcados por defender ideias opostas, como nos casos de Miguel Lemos e Joaquim Nabuco, por exemplo – o primeiro positivista e o segundo liberal –, eram na verdade “muito mais próximas do que se apregoava” se tivermos em vista que ambos, em suas obras, “defendiam as mesmas plataformas: abolição imediata e não indenizada da escravidão¹⁴⁸”.

Jeffrey Needell também destaca a importância da geração de 1870. Segundo o autor, a geração “buscou nas ideias científicas europeias os instrumentos para romper com a Igreja e com o ecletismo francês” que marcavam o período, sendo responsável pelo movimento abolicionista e pela República, que deu fim ao regime imperial¹⁴⁹.

O embate para derrubada do governo imperial e a consolidação do governo republicano, como pleiteavam os intelectuais, deu bons resultados apenas no que se refere ao primeiro desses objetivos. Como aponta Nicolau Sevcenko, os intelectuais da geração de 1870, que esperavam através da Abolição ou da República a promessa de democratização, ironicamente continuaram ocupando um espaço marginalizado politicamente após a mudança do regime, em 1889¹⁵⁰.

A decepção pairava sobre a cabeça daqueles que lutaram por trinta anos para a consolidação da República: “Os homens de talento sentiam-se unanimemente repelidos e postos de lado em favor de aventureiros, oportunistas e arrivistas¹⁵¹”.

Sevcenko sugere, desse modo, que tais intelectuais então se separaram do meio político, escolha essa que teria sido altamente custosa à sua classe. O grupo teria aberto mão do campo da ação, em virtude do campo ético. O resultado seria a posição socialmente marginalizada, visto que não existia no país uma “indústria literária, nem tampouco um mercado de livros nacionais¹⁵²”. A inocuidade do mercado de livros esvaziava ainda mais os planos de resistência dos literatos, que agora já não contavam com as forças de oposição, como na época das grandes campanhas públicas do ocaso do império¹⁵³.

¹⁴⁸ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, p.45.

¹⁴⁹ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 215.

¹⁵⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 86.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 87.

¹⁵² *Ibidem*, p. 91.

¹⁵³ *Idem*.

Contrapondo essa interpretação, João Paulo Rodrigues propõe que as fronteiras entre o campo intelectual e o político não são tão simples de demarcar¹⁵⁴. Entretanto, de fato, os intelectuais começaram a manifestar uma preocupação em definir um novo projeto de nação, a ser concretizado a partir da criação da Academia Brasileira de Letras (ABL).

A ABL nasceu segundo o propósito de ser uma instituição neutra, livre das discussões e polêmicas do mundo secular. Esse posicionamento adotado pelos literatos apontava para a tentativa de exaltação da literatura, como um ofício neutro que, por ser “superior”, devia ser “universal”, ou seja, “apreciado e entendido por todos porque estava acima dos problemas conjunturais da sociedade¹⁵⁵.

Diferente de Nicolau Sevcenko, que entende a Academia como uma organização apolítica, João Rodrigues considera que a escolha em afastar-se do campo político, por si só, é também um ato político, “mesmo quando os literatos imaginam estar livres do perigo representado pelo engajamento”¹⁵⁶.

Tendo em conta essa discussão, cabe destacar aqui que, após a consolidação das causas abolicionista e republicana, a geração de 1870 voltou-se para problemas como preservação da língua nacional e a consolidação da produção literária¹⁵⁷. Esse esforço é percebido, entre outras iniciativas, através da publicação do livro *Antologia Nacional* (1895) por Carlos de Laet e Fausto Carlos Barreto. Tratava-se de uma seleta de autores portugueses e brasileiros, classificados de acordo com o período histórico e não mais por gênero literário, priorizando dessa forma os brasileiros então contemporâneos¹⁵⁸.

A *Antologia Nacional* é mais um dos indicadores do nacionalismo exacerbado vivenciado no contexto da passagem da monarquia para a república. Intensificado pela guerra franco-prussiana e, mais tarde, pelo início da Primeira Grande Guerra Mundial, no Brasil o nacionalismo também se manifestou como um movimento “introspectivo”, de

¹⁵⁴ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p. 28.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 28.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 28.

¹⁵⁷ SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, p. 188-203, 2008, p.189. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

¹⁵⁸ RAZZINI, Marcia De Paula Gregorio. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1917)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000, p. 14.

pesquisa, produção, leitura e valorização do povo, sua cultura e construção do que era ser brasileiro¹⁵⁹.

Segundo Guimarães, “os ventos do culto à nacionalidade” também alcançaram o IHGB que, como expressão dele, organizou o Primeiro Congresso de História Nacional em 1914. Ainda segundo a autora, “generalizou-se no Instituto, a crença de que era preciso revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras”¹⁶⁰. Por aquela mesma época alguns associados, como Manuel de Oliveira Lima¹⁶¹ e Delgado de Carvalho¹⁶², desejavam fundar uma Escola de Ciências Políticas vinculada ao IHGB. A frente do discurso nacionalista também estava o monarquista Afonso Celso, autor do livro *Por que me ufano do meu país* (1900)¹⁶³.

Anos antes, Carlos de Laet, juntamente com outros monarquistas, publicou *A Década Republicana* (1899). Tratando-se de uma avaliação crítica da história dos primeiros anos do novo regime¹⁶⁴, a obra convergia com o ambiente de insatisfação política instalado entre os monarquistas. O livro, dividido em seis partes, tratava dos temas finanças, riqueza pública, a instrução, a imprensa, o parlamento do império e direito privado, escritos pelo Visconde de Ouro Preto e por Ângelo do Amaral, Barão de Loreto, Carlos de Laet, Afonso Celso e Silva Costa, respectivamente.

Na parte dedicada à imprensa, escrita por Laet, o autor faz um balanço, a partir do seu olhar, como monarquista, do que haviam sido aqueles anos para as folhas de oposição. Dividido nos subtítulos “Governo Deodoro”, “Floriano”, “Prudente de Moraes”, “A imprensa nas províncias” e “Conclusão”, o capítulo estrutura-se praticamente como uma

¹⁵⁹ LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Av*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, abr. 2008, p.250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142008000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de março de 2020.

¹⁶⁰ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-230, dez. 1997, p.220. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2057>>. Acesso em 29 de março de 2020.

¹⁶¹ Manuel de Oliveira Lima nasceu em Pernambuco 1867 e destacou-se como historiador e diplomata. ACADEMIA. Acadêmicos, Oliveira Lima. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em 29 de março de 2020.

¹⁶² Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu em 1884. Bacharel em direito, destacou-se como professor no Instituto de Educação e no Colégio Pedro II. Foi um dos pioneiros na introdução das concepções da geografia moderna no Brasil. Foi sócio do IHGB. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Delgado de Carvalho. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/120-carlos-miguel-delgado-de-carvalho>>. Acesso em 29 de março de 2020.

¹⁶³ GUIMARÃES. Op. cit., nota 160, p. 220.

¹⁶⁴ SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, p. 4.

narrativa da vida do autor enquanto jornalista e das suas queixas contra o governo republicano.

Ao concluí-lo, Laet reforçava a denúncia das arbitrariedades do regime e da violência contra o setor, lembrando os efeitos de mobilização que poderiam advir dessas ações: “A imprensa poderia encaminhar pacificamente o espírito público a reconquista das liberdades. Estrangularam-na. Tanto pior! Ela falará como lá diz poeta ‘pela boca das suas feridas’ soturno protesto que apela para a Onipotente Justiça e que cedo ou tarde rugirá impetuosa na consciência dos povos¹⁶⁵”.

Sobre o sentido de construção de uma literatura nacional, Silvo Romero, crítico expressivo do Romantismo¹⁶⁶, publicara em 1888 o livro *História da Literatura Brasileira*. Romero entendia a literatura “como sinônimo de cultura de acordo com os parâmetros do racismo e do evolucionismo¹⁶⁷. Portanto, para ele, a literatura era posta dentro da lógica cientificista, associando-se o texto literário produzido por um povo a seu grau evolutivo. Ainda ligados ao esforço de redefinição da nação através da literatura, destacavam-se autores como José Veríssimo¹⁶⁸ e Araripe Júnior¹⁶⁹.

Mais tarde, a tarefa de definição e de preservação da literatura nacional, que os intelectuais da geração de 1870 tomaram para si¹⁷⁰, passaria a ser disputada pelos paulistanos do movimento modernista.

Segundo Angela Gomes, “o Rio era o espaço da Academia, dos parnasianos e simbolistas, contra os quais essa bandeira [o modernismo] investia duramente. Viajar para a Capital Federal era mesmo cutucar a onça da ‘cultura estabelecida’”.¹⁷¹

¹⁶⁵ LAET, Carlos de. A imprensa. In: OURO PRETO, Visconde (FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis de). *A década republicana*. Brasília: Ed UNB, 1986, p.261.

¹⁶⁶ CANDIDO, Antonio. *Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p.63.

¹⁶⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p.24.

¹⁶⁸ José Veríssimo foi responsável pelas obras: *Educação nacional* (1890), *A instrução pública e a imprensa* (1900), *A pesca na Amazônia* (1895), *História da Literatura Brasileira* (1915), entre outras.

¹⁶⁹ Araripe Júnior foi responsável pelas obras: *Contos brasileiros* (1868), *Cartas sobre a Literatura Brasileira* (1869), *Chico Melindroso* (1882), *José de Alencar* (1882), entre outras.

¹⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 86.

¹⁷¹ GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, p.68.

O modernismo atacava a questão fundamental da identidade através da linguagem¹⁷² e se propunha a ser, mais uma vez, um movimento de modernização da cultura brasileira, tendo sido seu marco de ruptura a semana de arte moderna em 1922¹⁷³.

Não sem deixar marcas na intelectualidade carioca, o modernismo que Ângela Gomes classifica como um “movimento de ideias que circula pelos principais núcleos urbanos do país desde a segunda metade dos anos 10”¹⁷⁴ chegou à capital federal através da rede de relações entre os intelectuais cariocas e os de São Paulo¹⁷⁵.

Disputando espaço com os literatos cariocas, abalou também as estruturas nas quais fora pensada a própria Academia. Em 1922 Graça Aranha, que já vinha mostrando simpatia pelas ideias modernistas, pronunciou o famoso discurso em favor do movimento, publicado em livro três anos depois, contrário aos valores estéticos do passado. Após propor uma renovação, que fora negada pela instituição, Aranha se desligou da Academia que ele mesmo ajudara a fundar¹⁷⁶.

Portanto, foi o novo horizonte aberto com a ruptura política, com o fim da escravidão e com a redefinição de papel social da intelectualidade carioca e, mais tarde, com a disputa por espaço com a disseminação do movimento paulista, que assistiu à entrada em cena do personagem que constitui o objeto deste trabalho.

Esse capítulo é dedicado ao estudo do ator histórico Carlos de Laet e de sua trajetória. Pode-se dizer que essa é uma parte da pesquisa que se apresenta como relato biográfico, voltado para o caminho percorrido por esse intelectual na etapa correspondente à sua formação escolar e à sua atuação enquanto jornalista e homem de letras, com destaque para seus textos publicados em livros e em jornais, para sua atuação no magistério e para sua interferência na implementação do projeto da ABL. Indaga-se, nesse sentido, o que significava esse projeto para Laet e fazer parte de uma academia de letras no Brasil, tendo em vista o contexto inicial da República e o propósito de existência da instituição.

¹⁷² CANDIDO, Antonio. *Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p. 63.

¹⁷³ NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. *Gragoatá*, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015, p. 378. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/Banco%20de%20dados/Modernismo/MOmodernismo.pdf>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

¹⁷⁴ GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, p.63.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 65.

¹⁷⁶ LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007, p.102.

2.1 Considerações sobre o uso da biografia como escrita da História

As biografias, nas últimas décadas, em decorrência de seu caráter atrativo, expressaram-se em um crescente número de publicações¹⁷⁷. Juntamente com elas, os estudos biográficos recuperaram um lugar de prestígio na produção dos historiadores¹⁷⁸. Entretanto, para o historiador, a biografia, como escrita da história, não se limita a uma narração dos fatos em ordem cronológica, apesar de também poder sê-lo.

Assim, como na escrita da História, a “intenção de construção de um discurso próximo da verdade é uma das marcas de sua prática, podendo ser percebida desde o momento da pesquisa documental, passando pela elaboração explicativa até se consolidar na construção textual”¹⁷⁹. O historiador biógrafo, como indicado por Ricoeur, mesmo diante de uma encruzilhada narrativa, ao se deparar com lacunas documentais e perguntas sem respostas e tendo em vista a “sensação de controle” que ele pode ter sobre a vida do biografado, não pode renunciar à tarefa de narrar uma história verdadeira mediante a observação de certos cânones constituintes da pesquisa¹⁸⁰.

Ademais, como nos relata Lena Junior, a biografia reúne duas características distintas entre si, mas que mantêm relações igualmente preponderantes: “De um lado, há a trajetória de vida; de outro, a síntese histórica, representada pelo tempo social mais amplo (inserção do autor), mais global e mais universal (estudos da condição de vida)”¹⁸¹.

É preciso considerar, no exemplo examinado nesta pesquisa, que, para além de uma simples apresentação de trajetória e do personagem histórico em si – Carlos de Laet –, este se insere como representante de um grupo social, o dos intelectuais de finais do século XIX atuantes na cidade do Rio de Janeiro, agora capital da República. Nesse sentido, também sua biografia é entendida como uma “possibilidade de reconstituição de um momento social que carrega em seu bojo o sistema político e o seu contexto social atrelado aos aspectos individuais, portanto a ambiência e o contexto histórico são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera”¹⁸².

¹⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, p. 9.

¹⁷⁸ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Revista de História (UFES)*, v.24, p.157-192, 2010, p.157.

¹⁷⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, p.169-171.

¹⁸⁰ AVELAR, op. cit., nota 178, p.161.

¹⁸¹ LENA JUNIOR, Hélio de. Gregório Bezerra: o ser camponês e o tornar-se comunista. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 209.

¹⁸² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 1983, p. 176.

Entretanto, como destacou Giovanni Levi, no esforço de construção do relato biográfico deve-se ter cuidado para não cair na armadilha da normalização de comportamentos, fazendo com que o indivíduo biografado perca seu caráter de destino individual na medida em que é apresentado como típico de um meio social: “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipo, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”¹⁸³.

Tendo em mente essa ressalva, deve-se evitar também a “ilusão biográfica” sugerida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e referida por muitos autores. Segundo Bourdieu, a escrita biográfica muitas vezes fundamenta-se na ideia de que:

(...) a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto [...]. Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem biológica, desde um começo uma origem, no duplo sentido de um ponto de partida de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é objetivo¹⁸⁴.

Decerto, a crítica do sociólogo é orientada no sentido de que a vida não é uma trajetória retilínea, sem alterações, como um roteiro tendo início, meio e fim e projetado tal qual um todo coerente¹⁸⁵. De outra parte, a denúncia de Bourdieu não impediria a percepção de uma “identidade narrativa” na biografia, como apontado por Maria da Glória Oliveira¹⁸⁶.

Ademais, conforme Levi, uma vez que “as fontes que dispomos não nos informam acerca dos processos de tomada de decisão, mas somente a respeito dos resultados, ou seja, acerca dos atos, levando às vezes a explicações monocausais e lineares”,¹⁸⁷ a biografia nos permite ter em conta o caráter subjetivo, as inseguranças e mudanças de percepção tão inerentes ao ser humano.

2.2 Carlos de Laet: o educador

¹⁸³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 1983, p.176.

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 1983, p.184.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 184.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, v. 18, n. 35, p. 429-446, mai.-ago. 2017. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em 30 de julho de 2019.

¹⁸⁷ LEVI, op. cit., nota 183, p.174.

Carlos Maximiano Pimenta de Laet nasceu em 3 de outubro de 1847 no Rio de Janeiro, filho de Joaquim Ferreira Pimenta de Laet e Emília Constança Ferreira de Laet. Joaquim Pimenta de Laet, segundo consta no *Almanack Laemmert*, era capitão escrevente da Marinha¹⁸⁸, sendo posteriormente promovido a chefe de contabilidade, em 1866¹⁸⁹. Foi agraciado pelo governo imperial com uma medalha, em virtude do decreto 14 de maio de 1855, que condecorava as pessoas que haviam se tornado notáveis por serviços extraordinários prestados à humanidade¹⁹⁰.

Quando criança, a família de Carlos de Laet residiu na Rua do Saco dos Alferes, n.º 40, onde hoje é a região portuária do Rio de Janeiro¹⁹¹. Em vista de reformas urbanas de início do século XX, o logradouro passou a se chamar Rua da América¹⁹². À época, ainda que situados na zona de trapiches e das atividades de marinha, os bairros de São Cristóvão e Santo Cristo guardavam sobretudo a função residencial que tinha acompanhado o seu crescimento na direção da ponta do Caju e da Quinta da Boa Vista, desde a chegada da corte portuguesa, no início do século XIX.

De acordo com a posição ocupada pelo pai de Carlos de Laet na Marinha, pode-se dizer que a família não era de todo modesta, mas também não podia se dizer abastada. Aos quatorze anos de idade¹⁹³, Laet ingressou no 1º ano do ensino secundário no externato do Imperial Colégio de Pedro Segundo¹⁹⁴. Segundo Needell,

Em geral, apenas as famílias de posses e posição tinham acesso à educação secundária no Segundo Reinado (1840-89) e na República Velha (1889-1930). Os motivos não chegam a ser surpreendentes. Os tutores e os poucos colégios existentes custavam caro, eram tradicionalmente considerados privilégios dos ricos [...] O Colégio Pedro II foi construído sob a égide imperial para atender à óbvia necessidade de uma escola secundária na capital do país. Logo se tornou a instituição preferida das turmas de alunos cujas famílias residiam ou haviam mudado para capital¹⁹⁵.

¹⁸⁸ *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1850, p. 136.

¹⁸⁹ *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1866, p.135.

¹⁹⁰ *Almanak laemmert*. Rio de Janeiro, 1856, p.187.

¹⁹¹ *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1855, p.176; 1866, p.135.

¹⁹² ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: Entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013, p. 90.

¹⁹³ ACADEMIA. Acadêmicos, Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

¹⁹⁴ Em 1857 dividiu-se o Imperial Colégio de Pedro II em externato e internato, este último funcionando no bairro da Tijuca e, a partir de 1888, no Campo de São Cristóvão. COLÉGIO PEDRO II. História do CPII, Período Republicano. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/a_propgpec/missao_visao_valores_propgpec/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html>. Acesso em 28 de julho de 2019.

¹⁹⁵ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.74.

Assim, o Imperial Colégio de Pedro II era uma instituição voltada para a formação de elite que preparava os estudantes para o acesso ao ensino superior. Para ingressar no Colégio, era necessário o pagamento das taxas anuais, entretanto um número restrito de alunos gratuitos também era admitido. Ao que tudo indica, até mesmo o próprio Imperador, “às custas do bolsinho particular”, investia na educação de alguns alunos¹⁹⁶. De fato, existia uma recorrência no fornecimento de bolsas para o ingresso na instituição.

Segundo Rosana Alves, Carlos de Laet recebeu do próprio imperador, atendendo ao pedido de seu pai, o apoio para cursar gratuitamente o externato do Imperial Colégio de Pedro II¹⁹⁷. Alves cita o caso de Ramiz Galvão¹⁹⁸, que teria sido igualmente matriculado no secundário, por pedido de sua avó ao Imperador¹⁹⁹.

Pautado pelo modelo de educação clássica francesa, o Imperial Colégio, desde sua criação, priorizava o ensino humanista, conservador e católico. Desta forma, a preferência de instrução recaía sobre Línguas e Literaturas antigas e modernas, Religião, História, Filosofia e Retórica, em detrimento da Matemática e das Ciências Naturais²⁰⁰.

Ao final do curso secundário, era conferido aos alunos o título de bacharel em Letras, o que lhes facultava o acesso, sem exame, ao ensino superior. Assim ocorreu também com Carlos de Laet, no ano de 1867, quando se formou.

Concluído ensino secundário, o passo seguinte, para os filhos de famílias de recursos, era estudar na Europa ou, no Brasil, numa das duas escolas de Direito, em Recife ou em São Paulo, ou nas Faculdades de Medicina, na Corte e em Salvador. Já para os jovens de camadas médias as opções eram mais restritas. Podiam ir para o seminário ou para as escolas técnicas do Exército, onde formavam-se engenheiros. Semelhante ao caso

¹⁹⁶ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 76.

¹⁹⁷ ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013, p. 46. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 13 de março de 2020.

¹⁹⁸ Ramiz Galvão nasceu no Rio Grande do Sul e veio para a Corte juntamente com sua mãe após o falecimento do pai, em 1852. Estudou como aluno gratuito no Externato do Imperial Colégio de Pedro II e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1863-1868). Trabalhou como cirurgião do exército. Foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional pelo Imperador e permaneceu no cargo por doze anos. Em 1882 deixou a Biblioteca para ser preceptor dos filhos da princesa Isabel e do conde D’Eu. Após a Proclamação da República ocupou diversos cargos e foi sócio de várias instituições científicas e culturais, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente em 1934. ARQUIVO NACIONAL. Biografias. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/641-benjamin-franklin-ramiz-galvao-barao-de-ramiz>>. Acesso em 23 de julho de 2019.

¹⁹⁹ D. Pedro II costumava receber seus súditos nas varandas do Palácio da Quinta da Boa Vista. ALVES, op. cit., nota 197, p.50.

²⁰⁰ NEEDELL, op. cit., nota 196, p.76.

de Laet e de outros de sua geração, percorrendo o caminho aberto aos alunos mais pobres, podemos mencionar, por exemplo, o caso de Serzedelo Corrêa. De origem humilde, Serzedelo foi aceito em uma “vaga de pobre” no Seminário Menor de Santo Antônio, no Pará. Após o seminário, como muitos dos jovens que procuravam a formação militar, iniciou sua carreira no Exército, como engenheiro, envolvendo-se nas campanhas abolicionista e republicana durante sua passagem pela Escola Militar da Corte²⁰¹. Já Laet prosseguiu seus estudos no curso de engenharia da Escola Central.

No Brasil a engenharia esteve sempre vinculada ao Estado, especificamente ao Exército. Em 1858, inspirada no modelo da *École Centrale des Arts Manufactures* de Paris, a Academia Real Militar foi transformada em Escola Central, separando-se pela primeira vez, desta maneira, a formação de engenheiro do militarismo, ainda que fossem mantidos cursos comuns. Em 1874, no contexto das reformas conduzidas pelo gabinete do Visconde do Rio Branco, e mais uma vez inspirando-se na similar francesa, a Escola Central transformou-se na Escola Politécnica, passando o ensino civil da Engenharia das mãos do Ministério do Exército para o Ministério do Império²⁰².

Conforme notado por Needell, o ambiente da Escola Central era marcado pela presença das ideias positivistas e cientificistas.

Estivessem ou não sob influência direta de positivistas como Benjamin Constant, [os estudantes] absorveram o cientificismo difundido pelo pensamento europeu da época e em geral viam a si mesmos como servidores cientificamente treinados do futuro de sua nação - os defensores altruístas e militantes da “modernização” da pátria²⁰³.

Entretanto, é necessário ter em mente que as faculdades não produziam os grupos contestadores, ou seja, não eram a razão da formação do grupo. As atividades políticas eram comuns nas escolas de formação superior, portanto é natural que tenham sido afetadas pela mobilização daqueles anos e que o ambiente fosse um bom palanque para a efervescência das dissidências liberais, republicanas e positivistas.²⁰⁴

²⁰¹ CORRÊA Maria Leticia. *As ideias econômicas na primeira República* Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996, p.23-24.

²⁰² AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p.64.

²⁰³ NEEDELL, Jeffrey, D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 27.

²⁰⁴ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002, p. 120.

Inserido nessa atmosfera de tendências políticas e ideológicas tão avessas ao que lhe fora ensinado através de sua formação conservadora no Imperial Colégio, Laet, segundo nos conta Alves, “confessou que também ele, por um determinado tempo, se deixou seduzir pelas ideias científicas que circulavam, no Brasil, desde meados do século XIX”²⁰⁵.

De fato, foi no ambiente das salas de aula da Escola Politécnica e da Escola Militar que a aliança dos positivistas com os republicanos se fez inicialmente, tendo como figura de proa Benjamin Constant, professor de Matemática e verdadeiro “guru” dos jovens engenheiros e oficiais desde os anos.²⁰⁶ Benjamin, juntamente com a “mocidade militar” formada na Escola Militar da Praia Vermelha, mais tarde seria responsável por impulsionar o golpe da proclamação da República²⁰⁷.

Entretanto, segundo Alves, Laet não teria encontrado nas ciências as respostas de que necessitava. Apesar de sua formação em engenharia e diante das oportunidades que lhe foram oferecidas, optou por seguir carreira no magistério e assim o fez. No ano de 1872, prestou concurso para o cargo de professor do Imperial Colégio de Pedro II, das disciplinas de Português, Geografia e Aritmética. Apesar de ter sido o único habilitado, não foi efetivado, em razão da anulação do concurso²⁰⁸.

No ano seguinte, Laet novamente prestou o concurso no Imperial Colégio, para as mesmas disciplinas, sendo desta vez efetivado no corpo docente. A insistência em lecionar na instituição, além da conquista de uma posição segura no magistério, talvez possa ser associada ao objetivo de alcançar o prestígio que representava fazer parte daquela instituição. Conforme nos lembra Needell a esse respeito: “Um monarquista lembrou só haver no Brasil duas situações invejáveis: de senador do Império e de professor do Colégio Pedro II.”²⁰⁹

Também segundo Alves, fazer parte do quadro de docentes do Imperial Colégio significava remuneração segura e prestígio social. O colégio mais prestigiado da corte, “menina dos olhos de S.M. o Imperador D. Pedro II”, possuía uma rígida seleção para os professores que nele desejavam ingressar.

²⁰⁵ ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: Entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013, p.114. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2020.

²⁰⁶ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução*. Ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004, p. 174.

²⁰⁷ CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

²⁰⁸ *Jornal do Commercio*, 5 de dezembro de 1872, p.2.

²⁰⁹ NEEDELL, Jeffrey, D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 77.

Os concursos para provimento da cátedra constituíam provas de seleção rigorosíssimas. Feitas com a assistência e a fiscalização pessoal do imperador, verdadeiro mérito triunfava sempre, e a impressão deixada por esses prélios do saber conservava-se por muitos anos indelével na memória dos que os assistiam²¹⁰.

Em 1873, Laet passou a lecionar as disciplinas de Português, Aritmética e Geografia no Pedro II e, já no ano seguinte, passou a ministrar aulas de francês no Liceu de Artes e Ofícios²¹¹. Por essa época, envolveu-se também, cada vez mais, com a atividade jornalística. A oportunidade de ingresso na atividade política se ofereceu a Laet quando, em 1889, foi oficial de Gabinete na Presidência do Conselho do Visconde de Ouro Preto. No mesmo ano lançou-se como candidato a deputado pela província do Mato Grosso e da Paraíba, sendo eleito pelas duas. Entretanto, o advento da República privou-o da cadeira²¹². Passado isso, não voltou a ocupar cargo ou mandato parlamentar.

Outro episódio marcante no início do período republicano deu-se em 2 de maio de 1890, com sua demissão do magistério do Pedro II, que teria ocorrido por ter se manifestado a favor da restituição do antigo nome do secundário, que tinha sido alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, depois, para Ginásio Nacional²¹³.

Esse fato não passou despercebido, de forma que no dia 4 de maio de 1890 o *Jornal do Commercio* publicou uma nota convocando os pais, parentes e amigos de alunos e ex-alunos de Laet a comparecerem ao Derby-Club, na praça Tiradentes, a fim de combinar os meios de “significar” ao “ilustre cidadão” o apreço pelos serviços prestados e o pesar por verem esses serviços interrompidos, por virtudes políticas²¹⁴.

Segundo consta em *O Brazil*, de 9 de maio de 1890 – jornal que recebeu numerosas contribuições de Laet – essa comissão teria sido bem recebida por Deodoro da Fonseca, tendo o chefe do governo provisório se comprometido a examinar “os fundamentos da representação e resolveria, conforme fosse de justiça, depois de ter ouvido a respeito o Sr. Ministro da Instrução Pública”²¹⁵. Fato é que Carlos de Laet só teve seu o cargo restituído

²¹⁰ NEEDELL, Jeffrey, D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 77.

²¹¹ *ALMANAK Laemmert*. Rio de Janeiro, 1874, p. 429.

²¹² ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

²¹³ COLÉGIO PEDRO II. História do CPII, Período Republicano. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1632-per%C3%ADodo-republicano.html>>. Acesso em 18 de julho de 2019.

²¹⁴ Avisos. *Jornal do Commercio*, 4 de maio de 1890, p.2.

²¹⁵ *O Brazil*, 9 de maio de 1890. p. 2. Em 1890 o cargo de Ministro da Instrução Pública era ocupado por Benjamin Constant. ARQUIVO NACIONAL. Memória da Administração Pública. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=518>>. Acesso em 26 de julho de 2019.

muitos anos depois, no governo de Venceslau Brás (1914-1918), após o que, em 1917, tornou-se diretor do Colégio.

Apesar do revés no magistério, em 1895, juntamente com seu amigo Fausto Carlos Barreto, Laet lançou *Antologia Nacional*, reunindo textos da literatura brasileira, que alcançou 43 edições e veio a ser adotado em diversas escolas²¹⁶. Fausto Barreto era cearense e havia se mudado para o Rio de Janeiro para estudar medicina. Mais tarde, abandonou o curso e dedicou-se ao magistério, a princípio como professor de Francês, Português, Latim e Inglês e, depois, como professor de Português no Imperial Colégio de Pedro II.

Barreto exerceu mandato como deputado pelo Ceará na última legislatura da monarquia, porém foi como professor que se destacou. Dentre suas principais obras, destacam-se *Arcaísmo e Neologismos da Língua Portuguesa* (1879), *Temas e Raízes* (1892) e a já mencionada *Antologia Nacional*²¹⁷.

A *Antologia Nacional*²¹⁸ foi organizada no contexto após a proclamação da República, quando o problema da difusão de uma cultura nacional nas escolas brasileiras tornou-se proeminente. Segundo Marcia Razzini, reservava-se, desse modo, ao ensino de Português e de Literatura o papel de representar a pátria.

A organização do livro e seu sucesso editorial nos sinalizam a importância do esforço de seus autores em lançar luz sobre os aspectos que caracterizassem o nacional. No mesmo contexto, ocorreu também a centralização do ensino secundário a partir do Colégio Pedro II ou Ginásio Nacional, “cujos programas e compêndios tornaram-se referência legal para as demais escolas secundárias, públicas e privadas”²¹⁹.

Os autores selecionados na *Antologia Nacional* foram classificados de acordo com os períodos históricos, priorizando-se os brasileiros contemporâneos, já separados dos portugueses. A forma de organização do livro causava o efeito de emancipação entre as literaturas portuguesa e brasileira, criando uma sensação de independência da segunda em relação a primeira²²⁰.

²¹⁶ LAET, Carlos de; BARRETO, Fausto. *Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966, p.14.

²¹⁷ CHEDIAK, José Antônio. Fausto Carlos Barreto [verbete]. *Dicionário Biobibliográfico da Academia Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, 2012, p.108.

²¹⁸ RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1917)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000, p. 14-145.

²¹⁹ Ibidem, p.145.

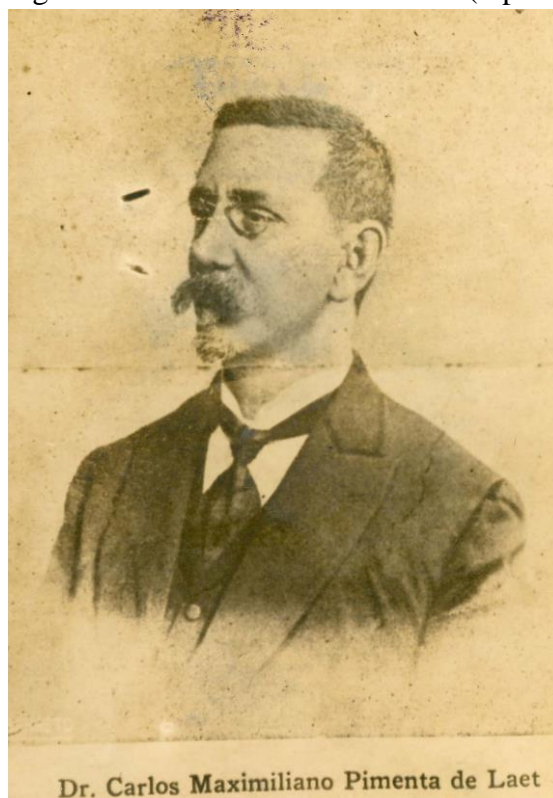
²²⁰ Ibidem, p.145.

O livro simbolizava uma maneira especificamente brasileira de se estudar a língua portuguesa e a literatura nacional na escola secundária. Ainda segundo Marcia Razzini,

A separação dos autores por nacionalidade a partir do século XIX vinha legitimar a literatura brasileira como símbolo da nova nação, especialmente no momento da 1ª edição da *Antologia Nacional*, logo após a Proclamação da República, quando o patriotismo da época da independência foi reativado²²¹.

As sucessivas reedições do livro e sua utilização por várias gerações de brasileiros que passaram pela escola secundária são um indicativo de sua importância no esforço referido, anterior mesmo à criação da Academia Brasileira de Letras²²²

Figura 5- Retrato de Carlos de Laet (reprodução).



Fonte: Portal da Academia Brasileira de Letras. Documento ABL. Documento iconográfico. Arquivo Carlos de Laet. Disponível em: <<http://servbib.academia.org.br/arquivo/index.html>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

2.3 O jornalista monarquista

²²¹ RAZZINI, Marcia De Paula Gregorio. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1917)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000, p.144.

²²² Ibidem, p.144.

Carlos de Laet manteve-se fiel à monarquia durante toda sua existência. Suas convicções políticas se confirmaram ao acompanhar de perto o reinado de Pedro II, que ele apontava como fase de modelar governo²²³. Laet evocava sempre a figura do imperador deposto como a de um grande chefe de Estado. O jornalista era um defensor das tradições religiosas e políticas e entendia que o passado era a força para a conquista do futuro²²⁴.

Sobre a mudança de regime, Laet narrava o conhecido episódio: concorrendo a um cargo na Escola Militar, Benjamin Constant, na presença de Pedro II, declarava ser seguidor de Augusto Comte, afirmando que, se fosse nomeado ao cargo disputado em questão, se dedicaria à promoção da doutrina positivista. Apesar dessa fala, Constant foi autorizado a falar livremente²²⁵. Para Laet, nesse dia o imperador teria lançado a pedra fundamental da República: “Fato é que um dia a nação se deitou com a coroa e amanheceu de barrete frígio²²⁶”.

O monarquista tentava contrapor a acidentada história republicana salientando o período de “esplendor” do Segundo Reinado e evocando a figura de Isabel, “redentora” dos escravos. Laet ponderava, referindo-se ao fato de não ter havido nenhum impedimento popular de deter a proclamação da República: “colaborar na redenção de seiscentos mil cativos e não ter, em prol de sua causa, um só dos braços que desagrilhoara”²²⁷.

Em sua juventude, enquanto estudava na Escola Central, Laet publicava poesias e artigos em um jornalzinho acadêmico chamado *O Futuro*. Em 1873 lançou seu primeiro livro de versos e poesias pela tipografia *Academia*, intitulado *Poesias de Pimenta Laet*²²⁸. De pequeno alcance, essa primeira produção, mencionada por Chediak²²⁹, não ser encontra facilmente, não tendo sido localizada por outros autores e tão pouco para este trabalho.

Em 1876, Laet passou a escrever folhetins semanais para o *Diário do Rio*, sob o pseudônimo “Nec”, iniciando carreira no jornalismo. Manteve a contribuição no mesmo periódico de junho de 1876 a janeiro de 1878 e, nesse último ano, passou a colaborar com o

²²³ LAET, Carlos de. *Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p. 6.

²²⁴ *Ibidem*, p. 9.

²²⁵ *Ibidem*, p. 6.

²²⁶ Espécie de touca ou carapaça, símbolo da República.

²²⁷ LAET, Carlos de. *Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p. 9.

²²⁸ CHEDIAK, Antonio J. *Carlos de Laet, O polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942, p.20.

²²⁹ *Ibidem*, p.21.

recém-criado *O Cruzeiro*. Neste Laet assinava os folhetins domingueiros com o pseudônimo “Sic” e Machado de Assis também contribuía com folhetins, assinando como “Yaya”²³⁰.

Deixado *O Cruzeiro*, foi chamado em 1878 para colaborar com o *Jornal do Commercio*²³¹, folha reconhecida que destinava suas colunas a nomes já consagrados pelo público. Segundo o próprio Laet, em virtude de seus artigos contundentes e combativos, teria de deixar também o *Jornal do Commercio*, dedicando-se à escrita da coluna “O Microcosmo”, em *O Paiz*²³².

O Paiz, “apesar de não fazer parte do grupo de periódicos criados com o objetivo primeiro de angariar adeptos para a causa republicana²³³”, abrigava em sua redação nomes como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, ou seja, um corpo de redatores defensores da causa com a qual terminou por se identificar. Fato é que “a partir de 1888, o jornal passou a publicar artigos veementes contra a Monarquia²³⁴”. A folha, que fora criada um pouco antes do advento da República (1884), atingiu então sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal e perdurando até o ano de 1934.

Laet teve logo de deixar as páginas de *O Paiz*. Com a mudança do regime, envolveu-se no movimento de restauração da monarquia brasileira. Embora não houvesse uma coordenação central, o grupo de monarquistas estava espalhado por diversos estados e formava uma militância através da imprensa.²³⁵

Como vimos no capítulo anterior, em busca da defesa dessa causa, Laet dedicou-se a *A Tribuna Liberal*, periódico monarquista que foi dirigido por ele a partir de 19 de novembro de 1889, após a partida de Visconde de Ouro Preto, seu antigo proprietário, para o exílio²³⁶.

²³⁰ CHEDIAK, Antonio J. *Carlos de Laet, O polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 20.

²³¹ *Ibidem*, p.20.

²³² SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, p.4; LEUTÉRIO, Maria de Lourdes. A imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 87; LEAL, Carlos Eduardo. O País [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>>. Acesso em 05 de março de 2020.

²³³ *Ibidem*, p. 4.

²³⁴ LEAL, Carlos Eduardo. O País [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>>. Acesso em 05 de março de 2020.

²³⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.85.

²³⁶ *Ibidem*, p.20.

A *Tribuna*, segundo Janotti, foi um dos poucos jornais de oposição declarada ao novo governo republicano²³⁷. De vida curta, o pequeno jornal teve seu edifício empastelado por um grupo de civis e militares no dia 29 de novembro de 1890, conforme já referido. Apesar desse fim trágico, Laet continuou seu embate contra o governo através de *O Brazil*.

O Brazil foi lançado no dia 27 de março de 1890, no Rio de Janeiro. Abertamente crítico da República e mantendo-se atento aos primeiros passos do governo provisório, denunciava os erros e os excessos do novo regime²³⁸. De cunho católico, o jornal dedicava-se a alertar os fiéis sobre os perigos do tempo vigente. Sempre apontando os republicanos como inimigos da religião, desafiava a truculência dos decretos repressores²³⁹ de Deodoro, como vimos no capítulo anterior, através de suas matérias²⁴⁰.

Após sofrer, por parte de entusiastas do governo republicano, violentas ameaças, o jornal católico sucumbiu e fechou suas portas no dia 18 de dezembro de 1891. Posteriormente, Laet ainda esteve presente na redação de outros jornais monarquistas como *Jornal do Brasil e A Liberdade* – nesse último, para não ser identificado, fazia uso do pseudônimo “Cosme de Moraes²⁴¹”.

A atuação de Laet enquanto jornalista não se limitava a folhas de caráter combativo. Assim, ao longo de sua trajetória, o monarquista publicou nos seguintes jornais e revistas:

Quadro 2 - Colaboração de Carlos de Laet em jornais e revistas (1876-1927)

Ano	Periódico
1876-1878	<i>Diário do Rio de Janeiro</i>
1878	<i>O Cruzeiro</i>
1878-1888	<i>Jornal do Commercio</i>
s/d*	<i>Revista Brasileira</i>
1888	<i>A Época</i>
1888-1889	<i>Tribuna Liberal</i>
1889/1907-1916	<i>O Paiz</i>

²³⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 32.

²³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 260.

²³⁹ Na intenção de intimidar os contrários à república nascente, o governo de Deodoro da Fonseca colocou em vigor o decreto nº 85-A de 23 de dezembro de 1889, que prometia punir militarmente quem falasse contra o regime e incitasse a revolta civil. Decreto nº85-A, Câmara Legislativa, 23 de dezembro de 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-norma-pe.html>>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

²⁴⁰ Liberdade de Imprensa. *O Brazil*, 18 de dezembro de 1890, p. 1.

²⁴¹ CHEDIAK, Antonio J. *Carlos de Laet, o polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 20.

1890-1891	<i>O Brazil</i>
1890-1891/ 1893-1894/ 1909	<i>Diário do Comércio</i>
1892-1896/ 1900-1918/ 1925-1927	<i>Jornal do Brasil</i>
1896-1897	<i>A Liberdade</i>
1896-1897	<i>Revista Católica</i>
1897	<i>O Comércio de São Paulo</i>
1897	<i>Gazeta da Tarde</i>
1899	<i>Rua do Ouvidor</i>
1901	<i>Almanaque da Gazeta de Notícias</i>
1909	<i>Revista do IHGB</i>
1925	<i>Revista da Semana</i>
1925-1927	<i>O Jornal</i>
s/d	<i>Revista Social</i>

Elaborado a partir de *Carlos de Laet*: textos escolhidos.
Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p.147.

A presença de jornalistas com posicionamento político divergente dos defendidos pelas folhas em que trabalhavam, quando não se tratava de um periódico *stricto sensu* combativo, era algo recorrente. Isto porque, segundo Siqueira, os periódicos estavam antes de tudo embebidos da mentalidade empresarial que começava a surgir²⁴².

Como era comum na imprensa do final do século XIX, os colaboradores, quando não publicavam sob anonimato, preferiam assinar seus artigos com pseudônimos²⁴³. Laet, apesar de assinar com frequência suas publicações, também fazia uso de diversos pseudônimos, como já mencionado nos casos de sua participação no *Diário do Rio* e em *A Liberdade*. Entretanto, em *O Brazil* Laet usava principalmente seu próprio nome²⁴⁴.

Em 1893, Carlos de Laet sofreu perseguições, por ocasião da Revolta da Armada²⁴⁵. O conflito agitou ainda mais a já instável conjuntura política do país, quando o governo dirigido pelo marechal Floriano Peixoto fez aumentar a crise institucional e o

²⁴² SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995, p. 4.

²⁴³ SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos do século XIX. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n. 2, p. 128. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108002>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

²⁴⁴ CHEDIK, Antonio J. *Carlos de Laet, o polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942, p.26.

²⁴⁵ Rebelião em unidades da Marinha ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894. Começou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e chegou ao sul do Brasil, onde a Revolução Federalista acontecia simultaneamente. Sem apoio popular ou do Exército, o movimento foi sufocado pelo presidente Floriano Peixoto, a quem pretendia depor. Devido à adesão do diretor da Escola Naval, almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, que declaradamente era favorável à volta do governo imperial, o grupo monarquista foi perseguido no Rio de Janeiro pelo governo Floriano. SILVA, Beatriz Coelho. Revolta da Armada [verbetes]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro-Primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DA%20ARMADA.pdf>>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

radicalismo dos grupos envolvidos nos confrontos de rua, que se tornariam intensos, até os contornos de uma guerra civil²⁴⁶.

Laet refugiou-se em São João del Rei, em Minas Gerais, onde manteve-se ocupado com a escrita do livro *Em Minas* (1894), que foi um dos poucos de sua autoria unicamente, publicado por ele em sua fase madura como jornalista, sendo a outra obra o já citado livro *Antologia Nacional* (1895). Segundo Angela Gomes, a publicação de um livro no século XIX pode ser entendida como um indicativo do prestígio social do autor que o fazia, visto que o mercado editorial era muito restrito, ocorrendo assim certa hierarquização da produção cultural, em detrimento de qualquer outro tipo de suporte material. Desta forma, o livro tornou-se um objeto sacralizado²⁴⁷.

Pode-se dizer, no entanto, que Laet teve de fato uma vida modesta. Na coletânea *Carlos de Laet: textos escolhidos*, publicada em 1964 pela Livraria Agir Editora, sob a direção de Alceu Amoroso e com organização do Padre Francisco Leme Lopes²⁴⁸, consta o relato, em nota de roda pé, de que Laet possuía pequenas cadernetas em que “meticulosamente assinalava dia a dia, os mínimos gastos: bonde, selo, esmola. Documentação para vida íntima social do professor pobre”.²⁴⁹

Apesar de desempenhar duas funções, como professor e jornalista, nos períodos de férias escolares necessitava complementar sua renda. Sendo assim, por diversas vezes escreveu cartas a seu amigo, o editor Francisco Alves, pedindo que lhe enviasse algumas encomendas para que ele realizasse traduções²⁵⁰.

Quando do centenário de seu nascimento, *Em Minas* recebeu uma reedição pela Editora O Globo²⁵¹. Entretanto, a iniciativa não contemplou a obra integralmente, deixando de fora textos de Laet sobre filosofia e de crítica ao movimento simbolista, constando apenas as páginas destinadas à descrição territorial e geográfica do território mineiro.

²⁴⁶ FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (O Brasil Republicano, 1), p. 60.

²⁴⁷ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 9.

²⁴⁸ Padre Francisco Leme Lopes S.J. foi professor de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). NÚCLEO DE MEMÓRIA. Perfis. Companhia de Jesus na Puc-Rio. Padre Francisco Leme Lopes S.J. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/cia-jesus/padre-francisco-leme-lobes-sj>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

²⁴⁹ LAET, Carlos de. *Em Minas*. São Paulo: Globo, 1993, p. 13.

²⁵⁰ LAET, Carlos de. [Correspondência]. Destinatário: Carta a Francisco Alves. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1910. Acervo da ABL.

²⁵¹ LAET, Carlos de. *Em Minas*. São Paulo: Globo, 1993.

Tendo contribuído em muitos periódicos, no entanto, caso todos os seus escritos fossem reunidos significariam um material bastante vasto. Mais tarde, em 1984, a Fundação Casa de Rui Barbosa reuniu e publicou alguns desses escritos de Laet em três volumes: I - Crônicas, II - Polêmicas, III - Discursos e conferências²⁵².

2.4 Carlos de Laet e a Academia Brasileira de Letras

Passando onze meses em seu “exílio” no estado de Minas Gerais, Laet regressou ao Rio de Janeiro²⁵³. Porém o clima de animosidade em virtude da Revolta da Armada permanecia e fora acentuado pelo desencadear do conflito de Canudos. De acordo com Hermann²⁵⁴, assim como os oficiais da Marinha envolvidos no levante militar, também Antônio Conselheiro e seus seguidores foram considerados defensores da restauração monárquica.

Sendo assim, os chamados “republicanos jacobinos”²⁵⁵, que constituíam a tropa de choque de defesa da República e de combate aos monarquistas, aproveitando-se da conveniência política, empastelaram algumas das poucas folhas monarquistas existentes na Capital Federal²⁵⁶.

Esses periódicos foram *Liberdade*²⁵⁷, *O Apóstolo* e *Gazeta da Tarde*. Janotti revela que as ameaças chegavam à redação da *Liberdade*, logo já era sabida a intenção de

²⁵² LAET, Carlos. Crônicas. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 1.

LAET, Carlos. Polêmicas. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v.2.

LAET, Carlos. Discursos e Conferências. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3.

²⁵³ LAET, Carlos de. *Carlos de Laet: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964, p.78.

²⁵⁴ HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996, p. 3.

²⁵⁵ Originários dos batalhões patrióticos, espécie de milícia voluntária formada nos primeiros dias da República para a sua defesa, proliferaram principalmente durante o governo de Floriano Peixoto. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p172-189 jul. dez. 1989, p.177.

²⁵⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.134.

²⁵⁷ Carlos de Laet ocupava o posto de redator chefe na folha *Liberdade*. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.107.

empastelamento da redação. A proteção policial foi solicitada, entretanto, sem ser atendido, o jornal ficou vulnerável ao ataque de um grupo de jacobinos²⁵⁸.

No contexto de disputas ainda acirradas entre republicanos e monarquistas militantes da restauração, Laet, representante dessa oposição, engajou-se na ideia da criação de uma academia de letras brasileira, que fosse tirada do papel e patrocinada pelo Estado²⁵⁹.

A instituição que cinquenta anos antes recebera a benção de D. Pedro II não vigorou²⁶⁰. A ideia da criação do novo grêmio seria resgatada a partir da aproximação entre Lucio Mendonça²⁶¹, Machado de Assis²⁶² e Joaquim Nabuco²⁶³ na redação da *Revista Brasileira*. Segundo Rodrigo Lacerda, essa publicação era o que havia de mais parecido no país com o ambiente de uma academia literária no fim do século XIX. Tendo surgido em 1855, a revista²⁶⁴ teve um histórico de intermitências e continua sendo publicada até os dias atuais, contando com seu último número no ano de 2018²⁶⁵.

²⁵⁸ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 134.

²⁵⁹ *O Paiz*, 12 de novembro de 1896, p. 2.

²⁶⁰ LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007, p.9.

²⁶¹ Lúcio de Mendonça (Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça), advogado, jornalista, magistrado, contista e poeta, nasceu em Pirai, Rio de Janeiro, em 10 de março de 1854, e faleceu no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1909. Foi fundador da Academia Brasileira de Letras. ACADEMIA. Acadêmicos, Lúcio de Mendonça. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/lucio-de-mendonca>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

²⁶² Machado de Assis (Joaquim Maria Machado de Assis), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839 e faleceu na mesma cidade em 29 de setembro de 1908. É o fundador da cadeira nº. 23 da Academia Brasileira de Letras. Velho amigo e admirador de José de Alencar, que morreria cerca de vinte anos antes da fundação da ABL, escolheu o nome do autor de *O Guarani* para seu patrono. Ocupou por mais de dez anos a presidência da Academia, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis. ACADEMIA. Acadêmicos. Machado de Assis. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

²⁶³ Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), escritor e diplomata, nasceu no Recife em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia Brasileira, fundador da cadeira nº 27, que tem como patrono Maciel Monteiro. Designado secretário-geral da instituição na sessão de 28 de janeiro de 1897, exerceu o cargo até 1899 e de 1908 a 1910. ACADEMIA. Acadêmicos. Joaquim Nabuco. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

²⁶⁴ ACADEMIA. Publicações. *Revista Brasileira*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

²⁶⁵ Tolerante com as diversas tendências de mentalidade da época, contrária ao espírito panfletário da maior parte da imprensa, a *Revista Brasileira* conseguiu reunir um grupo de colaboradores extremamente talentoso, abrindo os horizontes do debate intelectual. LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007, p. 10.

A intenção primeira de Lúcio Mendonça e dos demais intelectuais associados ao projeto era que o Estado patrocinasse a Academia de Letras²⁶⁶. A data escolhida para inauguração da instituição foi 15 de novembro de 1897, não sem propósito²⁶⁷.

A finalidade dessa escolha era justamente atribuir à Academia um cunho oficial, ou seja, atrelar a existência da Academia ao governo republicano. Segundo Rodrigues, os escritores louvaram a medida como um ato que daria alento ao seu trabalho e enobreceria o Estado, na medida em que se demonstrava preocupação com o progresso intelectual do país²⁶⁸.

A mensagem que os intelectuais desejavam imprimir era a de que a Academia abrigaria a todos os literatos que assim o desejassem, sem que o posicionamento político de cada um fosse um entrave a sua participação. Tendo isso em conta, o alinhamento com o governo republicano não se tornaria limitador²⁶⁹. Sendo assim, a seguinte proposta ficou inicialmente acordada:

A Academia de Letras será fundada pelo governo, e o decreto de sua criação terá provavelmente a data de 15 de novembro; na mesma data o governo nomeará os dez primeiros membros desse instituto, e estes elegerão outros vinte e mais dez correspondentes, dentre os escritores nacionais, residentes no Estados ou no estrangeiro. As vagas que se derem depois serão preenchidas por eleição²⁷⁰.

Sob o pseudônimo de “Acácio Ramos”, em *O Paiz*, Laet saiu em defesa da presença dos monarquistas na Academia.

É da ideia dos promotores constituir Academia sem distinção de credo político, chamando para ela homens da estatura de Joaquim Nabuco, Taunay, Carlos de Laet, Afonso Celso, Constâncio Alves e tantos outros. Estes ilustres literatos, que a noção política conserva afastados, não aceitariam de certo uma nomeação oficial, mas não tem motivo para recusar a eleição feita por seus colegas em arte. Não será demais chamar atenção pública para a superioridade de ideias que presidiu a organização do programa da [?] agremiação. Nela não se fará distinção de credo político. Não! Todas as opiniões são respeitáveis²⁷¹.

²⁶⁶ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p. 46.

²⁶⁷ *O Paiz*, 12 de novembro de 1896, p.2.

²⁶⁸ RODRIGUES, op. cit., nota 266, p.47.

²⁶⁹ LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007, p.16.

²⁷⁰ *O Paiz*, 12 de novembro de 1896, p. 2.

²⁷¹ *O Paiz*, 12 de novembro de 1896. p. 2.

É interessante notar a necessidade de demarcar-se o caráter politicamente neutro que teria a instituição. Comunicando a realização de uma reunião para tratar de assuntos respectivos à Academia, Laet prossegue:

O nosso amigo (dentro da Academia todos somos amigos e pomos de parte as opiniões políticas) escreveu a lápis, logo ao sair da *Revista*, a seguinte quadrinha: Era muito necessária... Ei-la enfim! Oh! Que alegria! Viva a união literária! Viva! Viva a Academia!²⁷²

Rodrigues discute o comportamento de Carlos de Laet enquanto monarquista que publicava diversos artigos tentando angariar patrocínio do governo republicano para a nova instituição. Segundo o autor, Laet escolheu transigir com a ordem republicana para assegurar um espaço para os monarquistas, ou seja, teria optado por indicar o reconhecimento da soberania do governo na criação da Academia, em vez de lutar por um espaço democrático com esta já instaurada. Por isso, também, endossou a versão de que a Academia seria um local politicamente neutro.

Como referido anteriormente, Carlos de Laet foi um representante do combate ao governo recém instaurado e esteve à frente, juntamente com seus correligionários, do movimento carioca que buscava a restauração monárquica²⁷³. Em nosso entendimento, sua conduta em relação ao governo republicano, em se tratando da possibilidade da obtenção de patrocínio para a Academia de Letras, demonstra os seguintes aspectos: Laet realmente buscava que a academia vigorasse; e depreende-se, através de seus escritos nos jornais, que também buscava um espaço de destaque para si, dentre o grupo intelectual da capital federal.

Enquanto o governo imperial vigorava, Carlos de Laet pertencia, mesmo que de forma pouco expressiva, a um seleto grupo da sociedade carioca no qual poderia obter algumas vantagens.²⁷⁴ Foi em razão dos contatos mantidos por sua família que teria conseguido, por exemplo, cursar o secundário e, mais tarde, obter postos sob o patrocínio imperial. Isso pode apontar para o fato do jornalista já possuir algum prestígio, se levarmos em consideração a lógica social que vigorava durante o regime deposto.

Quando a República foi instaurada, o contexto a que Laet pertencia entra em processo de transformação. Grande parte da escalada rumo à ascensão social percorrida

²⁷² *O Paiz*, 17 de dezembro de 1896. p.1.

²⁷³ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁷⁴ Como já demonstrado no subtítulo 2.2.

por ele fora comprometida quando a monarquia decaiu. O acadêmico passou de representante político, recém-eleito, para, nas palavras de Janotti, “subversivo da república²⁷⁵”.

É interessante lançar novamente um olhar para sua trajetória. Mesmo não sendo proveniente de família abastada, Laet conseguiu estudar no colégio que servia de modelo para as demais instituições secundárias, o Imperial Colégio de Pedro II²⁷⁶. Em 1873, ocupou um cargo de grande prestígio no Império, como docente do Colégio de que era egresso²⁷⁷. Em 1876 recebeu honraria como Cavaleiro da Ordem da Rosa²⁷⁸ e no ano final da monarquia foi eleito para uma cadeira de deputado²⁷⁹.

Já enquanto cidadão de um país republicano, Laet, além de ver desaparecer parte do universo simbólico que a monarquia representava – com a República a “civilização” era substituída pelo “progresso” como valor fundamental²⁸⁰ – perdeu, também, um a um, os elementos distintivos e vantagens que havia conquistado no império. Primeiramente o mandato como deputado, depois o cargo de professor e, por fim, o cargo político adquirido junto ao chefe de estado da nação.

Portanto, nesse contexto, e tomando a trajetória de Carlos de Laet como indicativo, o projeto de criação da Academia de Letras representava muito mais que um espaço de produção literária brasileira, significava a retomada de prestígio social. Maurício Silva nos relata as vantagens que os literatos obtinham ao fazer parte da ABL. Segundo o autor, pertencer ao seleto grupo de acadêmicos proporcionava ao membro:

(...) estatuto de escritor concedendo-lhe as condições necessárias para seu sucesso junto ao público leitor, para sua atuação na imprensa, para aceitação social, para a participação na cultura dominante local, para sua inserção em esferas administrativas do Estado, para a formação de uma consciência do intelectual e sua atuação na sociedade²⁸¹.

²⁷⁵ Maria de Lourdes Janotti, em seu livro a respeito do movimento de resistência à República, chama o grupo monarquista de “subversivos da República”, expressão que dá título ao livro. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁷⁶ GASPARELLO, Arlette; VILLELA, H.O.S. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX. ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – A Educação Escolar em Perspectiva Histórica/III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: PUCPR/SBHE, 2004.

²⁷⁷ ALMANAK Laemmert. Rio de Janeiro, 1874, p. 103.

²⁷⁸ ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: Entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 135. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2020.

²⁷⁹ ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

²⁸⁰ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009, p.14.

²⁸¹ SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, p. 188-203, 2008, p. 199.

Ou seja, a Academia, além de lançar luz para a produção literária de seus membros, contribuiria para a afirmação de sua identidade social enquanto homens de letras. Além disso, os aproximaria – no caso de Laet, o reaproximaria – de um *status* há muito custo adquirido. Os fatos acima mencionados demonstram porque a Academia era um desejo de Laet e dos demais acadêmicos e porque fora solicitada com tanta veemência nos periódicos.

Outra possibilidade que deve ser levada em consideração é aquela, já mencionada no capítulo 1, que aponta para a militância de Laet nos jornais como destinada a dar impulso para seu reconhecimento enquanto intelectual relevante no cenário das letras. Nesse aspecto, teria sido através de sua luta pela retomada do império e da defesa das causas católicas que teria alcançado maior importância como jornalista.

De acordo com um levantamento feito na revista *O Malho*, procurando pelo nome de Laet na plataforma de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no período desde 1907 até o ano de sua morte, existem cerca de 116 ocorrências, incluindo nove charges, ironizando sua insistência em defesa do regime caído²⁸². É perceptível que a defesa da causa monárquica conferiu a Laet bastante notoriedade, mantendo-se seu nome sempre nas páginas dos mais importantes jornais e revistas da cidade. Se não como colaborador, assinando publicações, aparecia como notícia a ser tratada em suas páginas.

Para que o projeto da Academia saísse do campo das ideias, os homens de letras necessitavam obter recursos e a chancelaria oficial, em troca de reconhecimento público que ofereciam aos governantes. No entanto, mesmo diante de inúmeros apelos, as autoridades governamentais não corresponderam aos anseios dos literatos no sentido de obter-se a assinatura de um decreto que desse vida à Academia no dia 15 de novembro²⁸³.

Segundo Rodrigues, Laet, novamente sob o pseudônimo de Acácio Ramos²⁸⁴, fez uso da imprensa que tinha a seu dispor e escrevendo um artigo dirigido a Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, ministro das Relações Exteriores, persistindo na necessidade de sua assinatura na criação da nova Academia.

Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

²⁸² Referências da revista *O Malho*, 1907- 1927.

²⁸³ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p.48.

²⁸⁴ *Ibidem*, p.44.

O dia 15 de novembro passou, porém, sem que essa data já gloriosa fosse de novo assinalada por um grande acontecimento como a publicação do decreto fundando a Academia e nomeando os seus dignos e respeitabilíssimos membros. Ouse confessar a V. Ex. que tomei a liberdade de estranhar tal fato. [...] Mas achei depois satisfatória explicação para tal demora nas preocupações políticas do momento, e pareceu-me acertado acreditar que V. Ex. resolvera adiar o almejado decreto para outra data, notável também sem dúvidas – a de 23 de novembro. Outro, porém, o patriótico folhetim literário do incansável Valentim, apelo arde a V. Ex. veio trazer-me de surpresa, pelo que li no que estava escrito e pelo que li nas entrelinhas, a nova desoladora de que havia hesitação ainda em relação a criação do auspicioso instituto [...] Por que hesitar, Exmo. Senhor? Por que não fundar já a anunciada Academia? A maior parte dos nossos literatos a querem, solicitam-na quase de mãos súplices²⁸⁵.

Diante de tantos apelos e tentativas vazias, no dia 20 de julho de 1897, os intelectuais reunidos no colégio *Pedagogium*, pelos próprios esforços e sem patrocínio algum do governo, fundaram a Academia Brasileira de Letras²⁸⁶.

Formulada a partir da influência *Académie Française de Lettres*, a ABL possuía 40 escritores e cada um deles ficou incumbido da escolha de um patrono²⁸⁷.

Machado de Assis esteve à frente da instituição até o ano de 1907, no cargo de presidente. A escolha de Machado possuía um significado simbólico: o literato estava no ápice de sua carreira, portanto, ao indicá-lo, a Academia, por intermédio de seu nome, ganhou prestígio devido à posição social e à atitude política do escritor²⁸⁸.

Nicolau Sevcenko relata que as letras eram utilizadas pelos intelectuais do início do período republicano como caráter determinante de ação política²⁸⁹. Entretanto, após a proclamação da República tão almejada por parte dos integrantes do movimento da geração de 1870, os escritores, frustrados ou se sentindo excluídos, teriam se afastado do mundo da política.

Em parcial acordo com essa interpretação, Needell ressalta que os literatos não mais consideravam ter um papel na regeneração política do país²⁹⁰. Portanto, através da consolidação da Academia Brasileira de Letras, os intelectuais militantes da geração de 1870 se retiraram para seu “reduto romântico”, tendo como tarefa, assim como as

²⁸⁵ *O Paiz*, 26 de novembro de 1896.

²⁸⁶ *Ibidem*, p.9.

²⁸⁷ Vide anexo.

²⁸⁸ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 225.

²⁸⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.88.

²⁹⁰ NEEDELL, op. cit., nota 288, p. 227.

primeiras gerações literárias, definir a alma nacional por intermédio da expressão literária. Assim, os acadêmicos, segundo o mesmo autor, não aceitavam a condição de marginalidade e almejavam obter reconhecimento e prestígio, aceitando, porém, estar em uma “esfera a certa distância da sociedade”²⁹¹.

Divergindo dos dois autores citados acima, Rodrigues propõe que as fronteiras entre o campo intelectual e o político não eram tão demarcadas no contexto examinado²⁹². Segundo ele, os literatos sempre se comportaram politicamente, mesmo quando desejavam se distanciar da esfera política.

Como já referido acima, a ABL, desde o momento de sua fundação, tentou manter-se afastada da esfera política, ainda que com a tentativa de obter patrocínio do governo. Entretanto, seus membros continuaram interferindo politicamente, fosse através de críticas nos jornais ao governo instituído, como foi o caso de Carlos de Laet²⁹³, ou de atuação direta no governo, no caso de Rui Barbosa²⁹⁴.

Desde seu planejamento, os intelectuais da Academia ressaltavam sua preocupação em zelar pela literatura brasileira²⁹⁵, de forma que a preservação da língua nacional e a consolidação da produção literária do país estiveram entre seus planos atuação²⁹⁶. Tratava-se, desse modo, de uma instituição *à la française*, pensada para fortificar a tradição literária, “preservar a pureza da língua e promover, na nação recém-nascida, o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional”²⁹⁷.

Segundo El Far,

²⁹¹ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.227.

²⁹² RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p.28.

²⁹³ *Ibidem*, p.107.

²⁹⁴ Rui Barbosa foi muito ativo nas campanhas abolicionista e republicana, integrando o primeiro gabinete republicano. Foi deputado e senador e, em 1907, foi o representante brasileiro da Conferência de Haia. Em 1910 disputou a presidência da República, sendo derrotado com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca. Fundou o Partido Liberal em 1913 e teve atuação direta na elaboração do Código Civil. ACADEMIA. Acadêmico. Rui Barbosa. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

²⁹⁵ EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p119-134, 2000, p.120.

²⁹⁶ SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v.XXXIV, n.2, p.188-203, dezembro 2008, p. 189. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

²⁹⁷ NEEDELL, op. cit., nota 291, p. 226.

A literatura representava para muitos daqueles literatos ‘o substratum da nossa nacionalidade’ para além das contingências da história e da política, a língua, nas palavras de José Veríssimo, por exemplo, demonstrava ser um viés primordial de expressão, pois era por meio dela que exprimíamos as nossas emoções, sentimentos e aspirações²⁹⁸.

Tendo em vista esse objetivo, os acadêmicos da ABL propuseram a realização de uma reforma ortográfica. Esta reforma começou a ser elaborada em 1907 e passou por numerosos debates e controvérsias, sendo oficializada somente em 1943²⁹⁹.

Entretanto, além das funções de preservação e consolidação da literatura nacional, os intelectuais também buscavam para si, através da Academia, prestígio e reconhecimento social. Maurício Silva, fazendo uma relação com o movimento academicista dos séculos anteriores, atenta para o caráter encomiástico e corporativo e para o profundo sentimento de aristocracia cultural que presidia a instituição³⁰⁰. Os literatos, por meio do elogio mútuo, buscavam uma atuação mais efetiva na cultura brasileira. Esta prática poderia ser verificada nas sessões internas da Academia, nos discursos e recepções para os acadêmicos recém-chegados ou disseminada em livros e periódicos em geral.

Com o término da direção de Machado em 1907, alguns meses antes de seu falecimento, Rui Barbosa assumiu a direção da instituição, mantendo-se no cargo até 1º de maio de 1919, quando se desliga da Academia, alegando excesso de tarefas e por um desentendimento ocorrido em uma votação³⁰¹.

Lacerda, autor do livro comemorativo dos cento e dez anos da ABL, registra que a história da instituição pode ser dividida em duas fases. Na primeira fase, de provimentos parcos, a Academia era mantida pelos próprios literatos; já na segunda, a partir de 1917,

²⁹⁸ EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p.119-134, 2000, p.120.

²⁹⁹ O interesse dos intelectuais brasileiros em uma reforma ortográfica também estava ligado ao avanço das instituições republicanas do país. O governo federal e as oligarquias liberais dos estados, enquanto imprimiam um firme projeto de desenvolvimento e de normalização da vida civil, restringiam, com grau variável de uso da força, o acesso de outros grupos sociais às instâncias de poder. LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007, p. 61.

³⁰⁰ SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, n.2, p.188-203, dezembro 2008, p. 189. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

³⁰¹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p. 99.

a instituição recebeu a doação póstuma de Francisco Alves, que se traduziu em estabilidade financeira e prosperidade³⁰².

Segundo Miceli, Francisco Alves estava entre os principais editores da década de 1900-1910 no Rio de Janeiro. Assim como Laemmert e Briguiet e, antes, de Garnier, Alves era um imigrante que, tendo se familiarizado com o comércio livreiro, em que começou a trabalhar como balconista, instalou-se posteriormente no ramo, por conta própria³⁰³.

Como nos indica Maurício Silva³⁰⁴, a Academia esteve ligada, com devidas ressalvas, tanto a interesses pessoais quanto aos interesses de mercado, o que de certa forma trouxe algumas vantagens para os acadêmicos tais como “a recepção/veiculação de suas obras, lidas e consumidas senão pela totalidade do parco público leitor da época, ao menos por seus pares intelectuais³⁰⁵”.

Laet, já com 72 anos, assumiu a diretoria da ABL com a saída de Rui Barbosa, permanecendo no cargo até 1922. Faleceu no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1927³⁰⁶.

Este capítulo, além de apresentar a trajetória de Carlos de Laet como escritor, docente e jornalista que foi, também aponta para a seguinte questão: apesar de ser oposição ao novo governo e de rejeitar as teorias científicas estrangeiras, bem como de não se ligar ao ideário do progresso representado pela República, Laet era um homem de seu tempo que se destacou pela defesa das causas monarquistas e católica.

Apresentando-se como defensor do regime político que havia decaído, não se poderia considerá-lo como um intelectual isolado ou como “atrasado” em relação às mudanças que ocorriam, pois outros políticos e intelectuais compartilhavam de suas ideias.

Desta maneira, a análise sobre a trajetória e as ideias de Carlos de Laet torna-se importante para a compreensão da ideologia de uma parcela daquela sociedade, que não se traduzia em apenas duas vertentes, por um lado os que ansiavam pela república e, por

³⁰² RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998, p. 99.

³⁰³ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 141.

³⁰⁴ SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, p.188-203, dezembro 2008, p. 199. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

³⁰⁵ Ibidem, p.199.

³⁰⁶ ACADEMIA. Acadêmicos. Carlos de Laet. Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/carlos-de-laet/biografia>>. Acesso em 25 de julho de 2019.

outro, os que a repudiavam. Existe uma enorme complexidade por trás de tal temática que para além desse trabalho, deve ser pesquisada e compreendida.

3 A “RECRISTIANIZAÇÃO” DO BRASIL ATRAVÉS DA IMPRENSA

Neste capítulo pretende-se realizar, primeiramente, uma breve discussão a respeito das relações entre Igreja e Estado, já abaladas nos finais do século XIX e interrompidas a partir da proclamação da República, levando em consideração a lei do padroado e as estratégias utilizadas pela primeira para tentar frear os avanços das ideias científicas e liberais. Tendo em vista o contexto de rupturas e as orientações da Igreja, será apresentada uma análise das reações de Carlos de Laet, a partir da implementação dos decretos secularizantes do Estado republicano que, influenciado pelas ideias liberais, estabeleceu medidas como o casamento civil, o fim do ensino religioso nas escolas primárias e o abandono do catolicismo como religião oficial. Utilizando o pequeno jornal católico *O Brasil* como fonte, observaremos as instruções de Carlos de Laet para o público católico e as atitudes do monarquista frente às mesmas.

Pretende-se também apresentar o estudo do discurso “A imprensa”, proferido por Carlos de Laet em maio de 1902, no Círculo Católico da Mocidade. Incluído nas *Obras Seletas de Carlos de Laet* (1984), editadas pela Fundação Casa de Rui Barbosa³⁰⁷, o texto denuncia o que o autor chama de “tirania da imprensa” e defende a “reconversão do Estado” como solução dos problemas morais envolvendo essa atividade.

A partir dessa fonte, será feita uma análise tendo em vista a contextualização de sua produção, em reação ao avanço das ideias liberais que, para o autor, ameaçavam os “valores e a moral cristã”. Outros aspectos também serão trabalhados, tais como os interlocutores de Laet no discurso e de que modo os seus contemporâneos se comportavam frente ao problema do papel da imprensa.

Por fim, o trabalho examina a atuação de Laet e do grupo de católicos a ele vinculado, em sua estratégia política e partidária, a partir da análise de matérias veiculadas no *Jornal do Brasil* a respeito das eleições para o 1º e 2º distrito da capital federal em 1915.

3.1 Carlos de Laet e a Igreja frente ao Estado laico

³⁰⁷ LAET, Carlos de. A imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.23-43.

Nas últimas décadas do século XIX a demanda por modernização abalou as estruturas do Império brasileiro. O sistema econômico que sustentava o país vislumbrava mais de perto seu fim com a abolição da escravidão. Em contrapartida, os produtores cafeeiros do oeste paulista ascendiam e reclamavam por mais espaço político.

Atrelado a isso, o relacionamento entre Igreja e Estado começava a apresentar fortes sinais de desgaste. O desleixo do governo imperial para com a instituição resultara no atrofiamiento das estruturas eclesiásticas existentes. Eram notáveis os indícios de decadência da Igreja e o número reduzido de bispos e dioceses no Brasil mostrava-se como consequência direta do regime do padroado.

Segundo Rodrigues, Roma nunca concordara de fato com a situação do padroado no Brasil, apenas a tolerava. Na prática, o padroado resultou em uma inversão total de poderes de acordo com a doutrina da Igreja, submetendo, assim, o poder espiritual ao temporal. Sendo o clero mantido pelo Estado, ficava este equiparado ao funcionalismo público³⁰⁸.

Para Neves, a Igreja encontrava no regime do padroado três obstáculos ao objetivo de ampliar sua atuação. Em primeiro lugar, havia a falta de interesse político, já que fortalecer o episcopado significava fortalecer o seu poder de alcance e influência sobre a população. A outra barreira era econômica, pois, sendo a Igreja provida pelo Estado, sua ampliação representaria custos mais altos, nos quais o Império não tinha interesse ou condições de arcar. Por fim, havia uma questão teológica-espiritual, pois “com um clero, em sua maioria degenerado e corrompido moralmente”³⁰⁹, tornava-se difícil a escolha de candidatos de conduta destacada para a função episcopal³¹⁰.

Tal situação contribuía para que o episcopado brasileiro avaliasse que, embora o catolicismo fosse a religião oficial, a Igreja situava-se em uma posição periférica em relação às decisões políticas e à sua própria administração³¹¹.

A chamada “Questão Religiosa” (1870-1875) acelerou ainda mais o rompimento da Igreja com o Estado Imperial, contribuindo para a crise institucional que preparou a

³⁰⁸ RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.3.

³⁰⁹ NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 – 1891)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014, p.73.

³¹⁰ *Ibidem*, p.73.

³¹¹ MARCHI, Euclides. Igreja e Estado na construção da concórdia. *Estudo Ibero-Americanos*. v. XIX, n.2, dez, 1993, p.56.

mudança do regime. A crise expressara a intenção das autoridades da Igreja católica em reorganizar-se, institucionalmente, a partir do modelo ultramontano³¹².

Como ressaltado por Neves, o século XIX foi reconhecidamente um período de grande avanço das ciências. O progresso científico, calcado na razão e na experiência, colocou em questão as explicações baseadas na fé amplamente defendidas pela Igreja católica, salientando, assim, uma oposição entre fé e razão. Desta maneira, o ultramontanismo foi um movimento de recusa da Igreja católica ao mundo moderno, que ameaçava o poder constituído da instituição³¹³.

Devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e na América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da instituição e de sua independência. Marcado pelo centralismo romano, o ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países³¹⁴. Foi justamente nesse contexto de reação da Igreja às ideias científicas e ao pensamento moderno que, em 1864, o papa Pio IX condenou na Encíclica *Quanta Cura* e no anexo *Syllabus* o que chamou de principais “erros modernos”³¹⁵. Entre eles estavam:

separação entre Igreja e Estado, definição dos direitos da Igreja pela autoridade civil, submissão dos bispos à autoridade civil, autonomia das igrejas “nacionais” frente ao Vaticano e ao papa, cassação da imunidade do clero no pagamento de impostos e na prestação do serviço militar, comunismo, socialismo, ensino laico, concessão de liberdade de ação para ‘sociedades secretas’ (maçonaria), confisco dos bens eclesiásticos pelo Estado, afirmação da “razão humana” como ‘único juiz do verdadeiro e do falso’, concessão da liberdade de culto a outras “seitas” e igrejas que não a católica, equiparação do catolicismo ao protestantismo, divórcio, casamento civil, legitimidade de ‘violação de qualquer santíssimo juramento’ em função do interesse da pátria etc.³¹⁶.

No Brasil, essa situação se agravava, pois a Igreja estava submetida ao regime do padroado que limitava a influência romana e a possibilidade de autogestão da instituição, acirrando a disputa entre a autoridade civil e a eclesiástica. Essa disputa teve seu estopim no conhecido episódio em que os bispos D. Vital e D. Antônio de Macedo e Costa,

³¹² NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação*: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 – 1891). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014, p.59.

³¹³ Ibidem, p.39.

³¹⁴ LAGE, P. Cristina. Ultramontanismo [verbete]. HISTEDBR. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm>. Acesso em 06 de abril de 2020.

³¹⁵ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.330.

³¹⁶ Ibidem, p.339.

respectivamente de Olinda e do Pará, ligados ao ultramontanismo, passaram a combater a maçonaria, condenada pelo papa, interferindo nas irmandades que haviam se tornado verdadeiros centros dessas atividades. A insurreição dos bispos ultramontanos, perante os olhos do Imperador, foi considerada crime, sendo os mesmos condenados a quatro anos de prisão e trabalhos forçados³¹⁷.

Passado o sobressalto da inesperada proclamação da república, a Igreja Católica começou a se reorganizar, mediante as novas condições. O governo republicano implementou o projeto laicizante publicando o Decreto 119-A³¹⁸, de janeiro de 1890, que legislava sobre a liberdade de culto, a extinção do padroado e a proibição de intervenção da autoridade federal e dos estados em matéria religiosa, determinando, no mês de novembro, o status de “livre, gratuito e leigo” do ensino público³¹⁹.

Dezessete dias após a instituição do Estado laico era promulgada também a Lei n. 181, versando sobre o casamento civil. A norma determinava que as pessoas que pretendessem casar-se deveriam habilitar-se perante o oficial do registro civil³²⁰. O ato compreendia, também, a possibilidade de divórcio, caso houvesse mútuo consentimento dos cônjuges casados há mais de dois anos.

Como assinalado por Gomes, durante o governo imperial a autoridade eclesiástica manteve-se incumbida de funções da administração governamental. O matrimônio, por exemplo, inicialmente, era de competência eclesiástica e, com a proclamação da república, tornou-se objeto de disputa entre a instituição católica e o Estado. Até então, o casamento era regulado por norma que remontava ao Concílio de Trento e apenas os tribunais eclesiásticos, os bispos e o Papa podiam decidir sobre sua validade³²¹.

³¹⁷ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016, p. 330.

³¹⁸ Decreto 119-A, Câmara Legislativa, 7 de janeiro de 1890. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-norma-pe.html>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

³¹⁹ Decreto nº 981, Câmara Legislativa, novembro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 14 de abril de 2020.

³²⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

³²¹ GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilegens*. Juiz de Fora, v.10, p.83-93, jan-jun. 2013, p.84. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/01/10-1-7.pdf>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. 4, n. 12, p. 81-122, jan. 2015, p.91. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30268/15866>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

A questão matrimonial, no século XIX, estava cercada por questionamentos e tornou-se objeto de debates que derivavam da legislação vigente face ao incremento da chegada de imigrantes oriundos de países de maioria protestante, que vinha sendo incentivado pelo próprio governo, sem que houvesse alternativas capazes de comportar a união matrimonial da minoria não católica³²².

Em consequência da publicação dos decretos secularizantes, os bispos brasileiros elaboram a primeira Pastoral Coletiva da República, em 19 de março de 1890. Segundo Neves, a publicação de cartas pastorais remetia à Igreja dos tempos bíblicos, quando a comunidade era regida e exortada principalmente por Paulo através das cartas. Desta maneira, o objetivo da carta pastoral era orientar, exortar e admoestar o povo católico. No caso brasileiro, as cartas serviram também para aproximar as determinações dos poucos bispos existentes do país³²³.

As cartas pastorais tinham um profundo poder de alcance na população, pois eram lidas e explicadas aos fiéis “nas missas, nas reuniões de leigos, nos seminários e nos demais eventos em que se reunissem muitos católicos”³²⁴. A partir da primeira carta pastoral, os bispos iniciaram uma verdadeira batalha contra a filosofia da secularização republicana.

Elaborado principalmente por D. Antônio Macedo Costa, o mesmo bispo que havia sido preso juntamente com D. Vital na “Questão Religiosa”, o texto da primeira carta pastoral reconhecia que a Igreja brasileira, com a implantação do novo regime, passara a usufruir de liberdade como nunca houvera sob a monarquia. No entanto, se a Questão havia demonstrado os perigos de um relacionamento tão próximo com o Estado, este fato não a impedia de repudiar a instituição da laicidade³²⁵.

Nunca se viu movimento semelhante desde a origem do Cristianismo. Uma negação universal tende a precipitar no abismo da apostasia indivíduos e nações. A religião católica maiormente é alvo primário de todos os ataques da impiedade moderna. Em nome dos princípios de uma falsa ciência, que veio substituir a gargalhada, já muito desacreditada, com que o infame Voltaire escarnecia de quanto há mais sagrado, negam-se os divinos fundamentos da

³²² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. 4, n. 12, p. 81-122, jan. 2015, p.91. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30268/15866>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

³²³ NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 – 1891)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014, p.68.

³²⁴Ibidem, p.69.

³²⁵ Pastoral Coletiva de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.7.

nossa augusta religião, desmentem-se os seus livros santos, impugnam-se os seus dogmas, deturpa-se a sua moral, calunia-se a sua história, menosprezam-se os seus sacramentos, dá-se ridícula origem ao seu culto, cobrem de baldões os seus sacerdotes, contestam os seus serviços, cerceam a liberdade de ação, despojam e aprisionam o seu chefe supremo, e sob o nome que se pretende tornar odioso, de *clericalismo*, apontam-na como a mais temerosa inimiga, de que cumpre a todo custo precaver e livrar o gênero humano!³²⁶

Assim, os bispos exigiam que fossem respeitadas as “esferas de competência” que separavam o poder temporal do espiritual³²⁷. Após quatrocentos anos institucionalizada, a Igreja ficara excluída do domínio público e, devido a lei do padroado e ao vínculo econômico com a autoridade civil, encontrava-se também desorganizada e incapaz até mesmo para o exercício do evangelismo³²⁸. Como já referido, a Igreja no Brasil teve seu desenvolvimento como instituição limitado por depender do Estado imperial. Segundo Bruneau, em 1889 havia apenas onze dioceses e uma arquidiocese no Brasil, o que representava um número bastante reduzido para um país de dimensões continentais³²⁹.

Se com a República, por um lado, a Igreja perdeu a proteção e os privilégios fornecidos pelo Estado, por outro, ganhou em maior liberdade de ação sob liderança do Vaticano. Gozando de autonomia e ciente das precariedades existentes, a Santa Sé pôde, pela primeira vez, intervir diretamente na Igreja brasileira. Foram tomadas medidas como “criação de dioceses, nomeação de bispos, comunicações diretas, reformas nos seminários, além da realização de sínodos regionais e nacionais e um Concílio Plenário da América Latina em 1899”³³⁰.

Além dessas medidas, outra iniciativa fundamental para o fortalecimento das estruturas eclesiais foi o incentivo da Santa Sé às ordens religiosas, para que enviassem para o Brasil freiras e padres, possibilitando a reabertura de conventos e mosteiros até então fechados.

Ainda segundo Bruneau, apesar dos esforços do Vaticano em reforçar as estruturas precariamente deixadas pela administração Imperial, Roma estava alienada das necessidades específicas do Brasil. Os mecanismos e atividades propostas ligavam-se à

³²⁶ Pastoral Coletiva de 1890. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.19.

³²⁷ *Ibidem*, p.5.

³²⁸ RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.5; BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p.65.

³²⁹ BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p.71.

³³⁰ *Ibidem*, p.69.

Igreja universal, que pensava suas ações a partir da conjuntura europeia, ocorrendo assim o que o autor chamou de “desnacionalização da Igreja”³³¹.

Como exemplo, Bruneau menciona as orientações papais que combatiam as filosofias modernizantes como socialismo e comunismo, que não se aplicavam ao Brasil, onde esses movimentos não significavam ameaças. Ou seja, para o autor, o bispo brasileiro se preocupou em demasia com questões irrelevantes e ignorou aquelas inerentes ao cenário nacional, afastando ainda mais o povo da influência da católica³³².

Diferentemente dessa interpretação, Almeida ressalta iniciativas do laicato e das próprias autoridades eclesásticas, destinadas à defesa de ideias católicas e à “recristianização” do Estado brasileiro³³³,

A separação entre Igreja e Estado, determinada após a mudança do regime, provocou diversas reações das autoridades e de fiéis católicos. Enquanto o governo provisório anunciava as medidas como “civilizatórias e democráticas”, os guardiões da “tradição”³³⁴, ligados ao laicato e ao clero ultramontano, acusavam-no de ditadura republicana.

Seguindo essa linha de argumentação, em artigo para o jornal católico *O Brasil*, Carlos de Laet, fiel fervoroso da Igreja, confrontava diretamente os atos seculares, colocando-se no centro do embate estabelecido com o novo governo.

O Brasil foi um jornal diário de pequena circulação, lançado no dia 27 de março de 1890, no Rio de Janeiro. Abertamente crítico à república e mantendo-se atento aos primeiros passos “desengonçados” do governo provisório, a folha denunciava os erros e excessos do novo regime, sempre apontando para os republicanos como inimigos da religião.

Sua estrutura administrativa era composta por nomes como Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho ou Conde de Aljezur que, segundo³³⁵, era amigo pessoal de D. Pedro II; Ignácio da Cunha Galvão, que atuou como conselheiro do imperador e foi oficial

³³¹ BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p.70.

³³² Ibidem, p.70.

³³³ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016, p. 332.

³³⁴ Termo utilizado por Chediak para se referir aos monarquistas. CHEDIK, Antonio J.. *Carlos de Laet, o polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942, p. 9.

³³⁵ MACHADO, Rubens da Mota. *A instituição do Morgado de Marapicú: A administração do Conde Aljezur*. XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, p.1-10, jul 2015, p1. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_10e9e5cc44a5432bd48c8185e2b50ea0.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

da Imperial Ordem da Rosa³³⁶; Lopo Diniz Cordeiro, secretário da Associação Protetora da Criança Desamparada; Raymundo da Purificação dos Santos Lemos³³⁷, cônego que exercia a tarefa de chefiar a redação da folha, e Carlos de Laet³³⁸.

A partir do uso da lógica política e religiosa como motor de condução da existência do jornal, *O Brazil* enfrentava abertamente os atos do governo republicano e desafiava a truculência dos decretos repressores de Deodoro através de suas matérias. As consequências desse enfrentamento levaram o jornal a encerrar suas edições no dia 18 de dezembro de 1891³³⁹.

Em repúdio à instituição do casamento civil, era denunciada em *O Brazil*:

O casamento civil, pela rapidez com que foi decretado, como se a todo transe devessem os poderes públicos dar armas de sua irregularidade, oferece em muitas disposições origem para acesos conflitos com tremenda perturbação das consciências. No bojo desse monstro está contida a poligamia, e não já qual longínquo conseqüentário, mas como próxima conseqüência³⁴⁰.

O jornalista supunha, por exemplo, o caso em que um homem “libidinoso” contraísse matrimônio civil, o que para a Igreja seria simples concubinato, e depois, não aprazando-se mais da esposa, a abandonasse e tentasse contrair novos laços matrimoniais perante um padre católico. Para Laet, o contrato civil não seria impedimento, pois a autoridade eclesiástica não o reconhecia. Logo, poderia se efetuar o casamento religioso e, portanto, ocorreria a bigamia³⁴¹.

Tal situação geraria questões, para Laet, cuja solução precisava ser equacionada: “o que faria a autoridade civil? Punir o padre, impondo-lhe a admissão de outro impedimento, além dos declarados pela igreja? Será uma tirania e uma intromissão do elemento civil na esfera religiosa, coisa absolutamente contrária, segundo se diz, aos intuitos do governo³⁴²”.

Deixar o homem com duas esposas, uma reconhecida pelo Estado e outra única legítima aos olhos de Deus e de sua igreja? Mas então dar-se-á o absurdo de ser a concubina a herdeira do marido, e excluída a esposa legítima de todos os

³³⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827-1903, vol. 3, p.263.

³³⁷ Informação extraída de *O Brazil*, 28 de março de 1891, p.1.

³³⁸ LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Afonso Celso Figueiredo Jr. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1918. ABL, Arquivo.

³³⁹ *O Brazil*, 18 de novembro de 1891, p.1.

³⁴⁰ LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890, p.1.

³⁴¹ LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890, p.1.

³⁴² LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890, p.1.

proventos e dignidades sociais [...]. Que conturbação nas ideias de honra e de família!³⁴³.

A autoridade civil, desse modo, não seria capaz de gerir os casamentos da forma como a Igreja havia feito por séculos. Assim, enquanto esta era como uma “mãe amorosa”, o Estado, como um padrasto, não teria “sentimentalismos”³⁴⁴ para com os seus cidadãos. Além disso, seria imoral não permitir que os cristãos, que figuravam a maior parte da população, continuassem realizando seus casamentos apenas perante a Igreja, como de costume.

A argumentação de Laet considerava que as medidas adotadas pelo Estado trariam sérias consequências para as famílias brasileiras. Embora o governo se apregoasse como defensor dos princípios de liberdade de consciência, atuava contra os mesmos. Como as decisões voltadas à laicização só seriam combatidas através da fé popular, orientava os leitores católicos para que se unissem e combatessem as ideias com que se tentava “envenenar o caráter nacional”³⁴⁵.

Com a República, como vimos, a educação pública ficou sob a responsabilidade do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado pelo decreto 346, de 19 de abril de 1890, e organizado pelo decreto 337 A, de 5 de maio de 1890, ocupado por Benjamin Constant. A pasta receberia duras críticas por unir um corpo de serviços públicos tão diversos, o que gerou dúvidas se seu estabelecimento se dera por arranjos ou expedientes de conveniência política³⁴⁶.

Dando seguimento ao projeto laicizante, apesar das controvérsias, a reforma de Benjamin Constant, do mesmo ano, pautou-se por uma inspiração de caráter positivista e cientificista para a educação brasileira, prevendo garantir para o ensino público o estatuto de leigo³⁴⁷. Além disso, segundo Carvalho, “a educação, sobretudo a popular, passava a

³⁴³ O Código Civil só entraria em vigor anos mais tarde, em 1916, no governo de Venceslau Brás. A respeito, ver PROJETO MEMÓRIA. A questão social 1916-1923. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo4/index.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2017; LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890, p.1.

³⁴⁴ LAET, Carlos de. Estado Padrasto. *O Brazil*, 22 de junho de 1890, p.2.

³⁴⁵ LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890, p.1.

³⁴⁶ AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. Benjamin Constant entre o poder do sabre e o saber da pena: um intelectual e sua ação institucional no governo provisório republicano. ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772005_32e4b298c5005b5ccb5d383974a61255.pdf>. Acesso em 08 de março de 2020.

³⁴⁷ Decreto nº 981, 8 de novembro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,Decreto%20n%C2%BA%20981%2C%20de%208%20de%20Novembro%20de%201890,e%20Secundaria%20do%20Districto%20Federal.&text=1%C2%BA%20E%20completamente%20livre%20aos,e%20estatística%20definidas%20nesta%20lei.>>. Acesso em 08 de julho de 2020.

ser considerada pelos líderes republicanos como fator fundamental para que o novo regime político fosse consagrado”³⁴⁸, pelo entendimento de que os problemas nacionais somente seriam solucionados com sua extensão a todos os cidadãos³⁴⁹.

Nesse contexto, Laet foi uma das vozes que saiu em defesa do ensino religioso nas escolas públicas, principalmente naquelas destinadas a crianças órfãs, que estavam sobre a tutela do Estado.

Nunca se deve, por ordem do estado, continuar privando de educação religiosa e moral os desgraçados surdos, mudos, os meninos desvalidos da Vila Isabel e outros institutos onde o estado como educador se substitui a família, tomando-lhe as crianças para restitui-las a sociedade já homens feitos, mas ateus e desmoralizados³⁵⁰.

Nesse sentido, lembrava o exemplo dos Estados Unidos, país conhecido pela multiplicidade de cultos e que, conforme argumentava, reconhecera a importância da ministração do conteúdo religioso nas escolas, o que poderia ser seguido pela República brasileira. Sugere desse modo que, tendo sido o ensino religioso suprimido das escolas primárias, cabia aos católicos “perseguidos” organizar as instruções ministradas pelos sacerdotes do credo, levando às mesmas a palavra divina.

Como educador, mesmo se não pudesse mencionar “o nome do Supremo Poderoso”, não se eximiria e ninguém o impediria ou aos católicos de se “ajoelharem ante a causa divina”, enfrentando, além disso, “a má vontade de muitos homens inimigos da crença; a indiferença de muitos incapazes de qualquer sacrifício e sempre dispostos a aplaudir o triunfador de quem lhes venham cargos e honras³⁵¹”. Nesse ponto, referia-se aos adesistas ao sistema republicano e àqueles que, dizendo-se católicos, haviam traído a causa religiosa, segundo ele, em troca de cargos.

Ainda sobre o ensino leigo, sugeria que o resultado das mudanças não se faria esperar, devendo em breve ver-se as cadeias “regurgitarem de criminosos e

³⁴⁸ CARVALHO, Carlos Henrique. Estado, sociedade e Igreja católica: a instrução pública na República Velha (1902-1930). ANAIS DO VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – HISTEDBR. Campinas, 2006, s/n. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/C/Carlos%20Henrique%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2020.

³⁴⁹ CARVALHO, Carlos Henrique. Estado, sociedade e Igreja católica: a instrução pública na República Velha (1902-1930). ANAIS DO VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – HISTEDBR. Campinas, 2006, s/n. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/C/Carlos%20Henrique%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2020.

³⁵⁰ LAET, Carlos de. Ensino religioso. *O Brazil*, 8 de abril de 1890, p.3.

³⁵¹ LAET, Carlos de. Ensino religioso. *O Brazil*, 8 de abril de 1890, p.3.

malfeitores”³⁵², sendo essa uma consequência das decisões dos líderes do país. Afirmava, também, que embora a nação se iludisse com os otimistas, esses logo anunciariam seu erro³⁵³.

A reação possível para os católicos era a união e a organização de associações leigas, plano que ele próprio colocaria em prática, em 1899, juntamente com correligionários, com a criação do Círculo Católico da Mocidade (CCM): “Formem-se, nesse propósito[...] associações análogas as existentes em outros países. A proscrição do evangelho como doutrina incomoda aos dominadores, respondamos propagando-o nas camadas populares³⁵⁴”.

Como vimos, no período que se seguiu à mudança do regime a Igreja Católica buscou reforçar seu poder espiritual, ao mesmo tempo em que pretendia exercer maior influência política. Para alcançar tais objetivos, foi necessária uma reestruturação, condicionada pela interferência do Vaticano. Nesse contexto, somando-se a outras lideranças católicas, Carlos de Laet buscou, através da imprensa, orientar os fiéis frente às mudanças, recomendando sua união, diante da fé, e a rejeição da doutrina liberal.

A seguir, veremos como Laet colocou em prática as próprias orientações, a partir da fundação do Círculo Católico e do Círculo Católico da Mocidade e de suas manifestações sobre o problema da imprensa.

3.2 O discurso “A Imprensa” e as formas de “recristianização”

Em 8 de maio de 1902, na cidade do Rio de Janeiro, Carlos de Laet pronunciou o discurso intitulado “A Imprensa” no Círculo Católico da Mocidade (CCM), diante de um “seleto público”, segundo o *Jornal do Brasil*³⁵⁵, tendo comparecido ao evento autoridades eclesiais e “distintos senhores e senhoras”.

O Círculo Católico da Mocidade era uma ramificação do Círculo Católico, agremiação leiga criada em maio de 1885³⁵⁶, ainda durante o governo imperial. Os fins da associação consistiam, segundo o *Jornal do Brasil*:

³⁵² LAET, Carlos de. Educação religiosa. *O Brasil*, 4 de abril de 1890, p.4.

³⁵³ LAET, Carlos de. Educação religiosa. *O Brasil*, 4 de abril de 1890, p.4.

³⁵⁴ LAET, Carlos de. Ensino religioso. *O Brasil*, 8 de abril de 1890, p.3.

³⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 9 de maio de 1902, p. 1.

³⁵⁶ *O Paiz*, 2 de maio de 1855, p.1.

(...) na reunião de todos os que professam os verdadeiros princípios da religião católica e proporcionar-lhes não só o cultivo e propaganda dos mesmos princípios, pela imprensa, pela tribuna e pela leitura de bons livros e jornais, como também as diversões do espírito compatíveis com tais princípios, como: jogar bilhar, xadrez, etc.³⁵⁷

A agremiação tinha como presidente José Agostinho dos Reis e, como vice, Fernando Mendes de Almeida³⁵⁸ e promovia diversos eventos, como concertos e palestras. No ano de sua fundação, lançou um certame para premiar os cinco melhores trabalhos voltados para literatura, música, escultura, pintura e arquitetura³⁵⁹. Além dessas atividades, publicava um boletim mensal³⁶⁰, que passou a circular em junho de 1885 e, em agosto do mesmo ano, iniciou a publicação do jornal *Mensageiro do Coração de Jesus*, sendo redator principal Antonio Manoel dos Reis. O jornal tinha como programa “defender os sãos princípios da religião, da pátria e da família”³⁶¹.

Voltado ao cultivo dos valores da religião, o Círculo Católico reuniu homens de letras afinados à causa da Igreja em um momento em que esta parecia gravemente ameaçada pelas mudanças trazidas pela República. Laet discursava com frequência na agremiação, buscando nessas ocasiões reforçar o compromisso dos membros de sua audiência com a fé católica, insistindo que não se deixassem seduzir por outras denominações que vinham crescendo no país. Localizado na rua dos Ourives, nº 3, no centro da cidade, o Círculo alterou sua sede para a rua Rodrigues Silva, nº 7 em 1921.

³⁵⁷ *O Apostolo*, 06 de maio de 1885, p.2

³⁵⁸ *O Apostolo*, 06 de maio de 1885, p.2

³⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1885, p.2

³⁶⁰ *O Apostolo*, 17 de junho de 1885, p.3.

³⁶¹ *O Apostolo*, 19 de agosto de 1885, p.3.

Figura 6- Conferência realizada por Carlos de Laet no Círculo Católico (1914)



O Malho, 28 de novembro de 1914, p.27. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano191&pesq=>>. Acesso em 17 de março de 2020.

Dentre os membros do Círculo Católico estavam nomes como Júlio Maria, Felício dos Santos, Escragnolle Dória, Joaquim Inácio Tosta, além de Afonso Celso, Joaquim Nabuco³⁶² e Eduardo Prado³⁶³ que, como mencionado, formavam parte da rede de sociabilidades de Carlos de Laet.

Notando-se a falta de elementos mais jovens na agremiação e tendo em vista a preocupação em “precar a mocidade dos passatempos perigosos e avivar no coração dos jovens o sentimento da fé”³⁶⁴, inaugurou-se, no dia 10 de dezembro de 1899, o Círculo Católico da Mocidade. Entre as atividades da nova associação estavam previstas “12 conferências literárias e científicas anualmente, além de aulas de música e canto”³⁶⁵.

O Círculo da Mocidade ficou sob a presidência de Américo da Veiga³⁶⁶ apenas por quatro meses, sendo em sequência presidido por Edmundo Lynch³⁶⁷ e, posteriormente, no início de 1901, por Carlos de Laet³⁶⁸. Este, por sua vez, escolheu como diretor Jonathas Serrano³⁶⁹, que na época possuía apenas 16 anos, aluno do Colégio Pedro

³⁶² Joaquim Nabuco era católico de berço, porém em sua juventude se tornara cético. Mais tarde, já em sua fase madura, aos 43 anos, se converteu novamente ao catolicismo. VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.67.

³⁶³ SILVA, Giovane José da. *O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, p.17

³⁶⁴ *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1899, p.1.

³⁶⁵ *O Apostolo*, dezembro 2 de 1889, p.2.

³⁶⁶ *O Apostolo*, 21 de abril de 1900, p.2.

³⁶⁷ *O Apostolo*, 28 de abril de 1900, p.2.

³⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1901, p.1.

³⁶⁹ Jônatas Archanjo da Silveira Serrano nasceu no Rio de Janeiro em 8 de maio 1885. Graduiu-se em Direito em 1909, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi professor de História da Civilização no externato do Colégio Pedro II e da mesma disciplina na antiga Escola Normal (hoje Instituto de Educação), da qual foi diretor entre 1927 e 1928. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 25 de

II. Serrano dirigia um pequeno jornal estudantil de influência católica, denominado *O Tagarela*, com circulação na instituição³⁷⁰.

3.2.1 Audiência, repercussão e elocução

Na análise da conferência “A Imprensa” uma questão que se deve ter em consideração é a audiência visada pelo autor, pois esta determina seu estilo e a escolha dos argumentos. Como vimos, segundo o *Jornal do Brasil* Laet discursava para um público seleta, com a presença de autoridades e pessoas “distintas” que conhecia bastante bem, sendo este um aspecto fundamental para a definição da estratégia argumentativa Da conferência, da qual dependeria, por sua vez, sua eficácia³⁷¹.

Outro aspecto é que o discurso foi pronunciado por Laet. Portanto, foi organizado segundo uma retórica dedicada à elocução, ou seja, à maneira de dizer. O modo como pronunciou as palavras, as ênfases e paradas para respiração, o gestual e a postura também são elementos que contribuem para uma melhor persuasão do público, tendo algumas de suas marcas registradas na transcrição. Há que considerar, assim, os artifícios retóricos que remetem à oralidade, a exemplo de interações com a plateia e o registro de suas intervenções.

É na elocução que se encontram os instrumentos de persuasão, sendo mais relevante “como se diz” do que “o que se diz”³⁷². Segundo Carvalho, a retórica não busca apenas convencer, ela pretende persuadir, mover à sua vontade, o que exige uma grande

maio de 1919, presidiu o Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira e redigiu seu boletim. Foi também membro do Conselho Arquidiocesano da Ação Católica e da Comissão Nacional de Censura Cinematográfica, como representante do Ministério da Educação. Dentre suas publicações as que ganham maior destaque foram livros didáticos, por terem renovado a literatura especializada e servido a várias gerações, figurando entre eles *Epítome de História Universal* (1913), *História do Brasil* (1931), *Epítome de História do Brasil* (1931), *História da Civilização*, em 5 vols (1933/37), além de *Metodologia da História na Aula Primária* (1917) e *Como se Ensina História* (1935). Faleceu em 17 de outubro de 1944. IHGB. Perfil,

Jônatas Arcanjo da Silveira Serrano. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JASSerrano.html>>. Acesso em 10 de março de 2020.

³⁷⁰ SILVA, Giovane José da. *O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano* (1908-1944). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, p.38.

³⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p.135-138, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X200000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2020.

³⁷² Ibidem, p.135-138.

variedade de argumentos de natureza não necessariamente lógica. Entretanto, existe uma relação muito estreita entre os argumentos e a pessoa do orador, sendo fundamental, como elemento de convicção, que este possua alguma autoridade e prestígio³⁷³.

O resumo da conferência proferida por Carlos de Laet foi publicado no *Jornal do Brasil* no dia 9 de maio de 1902, seguindo-se a transcrição da versão integral em 21 do mesmo mês³⁷⁴.

O jornal, também afinado ao grupo católico, anunciara a realização da palestra e noticiou o evento como “grandioso”, narrando a recepção “entusiasmada” do público e a “manifestação de apreço” recebida pelo orador, aplaudido com grande vigor em sua entrada no salão da conferência e, novamente, ao término do discurso. Informava que o evento fora realizado para um público seletivo, como já referido, admitindo-se o ingresso apenas por convite. Ainda de acordo com a notícia, compareceram ao Círculo personalidades ilustres como o arcebispo do Rio de Janeiro, cardeal Arcoverde, e o ajudante de ordens do delegado Muniz Barreto, além de membros do clero e de congregações religiosas, homens de letras, advogados, “senhoras e senhoritas de nossa sociedade mais culta” e demais ouvintes.

³⁷³ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, p.135-138, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X200000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2020.

³⁷⁴ Mais tarde, o texto da conferência foi incluído no livro *Obras Seletas de Carlos de Laet* (1984), editado pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pelo Senado, como já referido.

Figura 7- “A Imprensa”



A imprensa. *Jornal do Brasil*, 9 de maio de 1902, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&PagFis=8576&Pesq="circulo cat% c3% b3lico da mocidade"](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&PagFis=8576&Pesq=)>. Acesso em 10 de março de 2020.

Ao analisarmos a notícia, cabe “desconfiar” de seu conteúdo, não sendo possível afirmar com exatidão se a folha cometeu alguns exageros. Entretanto, é notável que o intuito do redator foi atribuir grande importância à conferência, mencionando as personalidades presentes e a reação do público.

3.2.2 O discurso

O objetivo central da conferência, segundo Laet, era premunir seus “compatriotas” – sobretudo, a audiência católica – contra o que chamou de “tirania da imprensa”³⁷⁵. Para ele, os cidadãos se achavam à mercê de uma “misteriosa divindade da imprensa”, que atentava contra sua honra, o que, em suas palavras, valia mais do que a própria vida. Desse modo, como católico e com um apelo à moral, preocupava-se com a “liberdade de injúria” na qual se transformara a “liberdade de imprensa”.

³⁷⁵ LAET, Carlos de. *A Imprensa*. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p. 24.

Tratava-se, portanto, por meio de uma crítica à imprensa, do objetivo de denunciar os males da própria república liberal, promovendo a sua adequação e o seu aperfeiçoamento segundo a moral cristã. O discurso, como um todo, é uma queixa contra a República, que acusa de tirania, e contra o liberalismo que fora consagrado com a mudança do regime e a laicização.

A edição em livro da conferência deu destaque, no sumário, aos seguintes elementos:

Elogios e vitupérios: o termo médio. – A tirania da imprensa. – Predomínio de poucos sobre muitos. – O quarto poder do Estado. – A imprensa invasora do lar doméstico. – *Non sine causa gladium portat*. – Pelourinho sem sentença. – Tirania da incompetência. – A imprensa política e a neutra: publicações a pedido. – Oligarquia, oclocracia. – O duelo e os Tribunais. – O anonimato constitucionalmente proibido. – O verdadeiro remédio. – *Commovebuntur simulacra*³⁷⁶.

O problema da tirania da imprensa, isto é, da forma pela qual se exercia no país o princípio da liberdade de imprensa era tratado por Laet segundo uma abordagem moral, que tocava diretamente às famílias. Dada a ineficácia da aplicação da regra da interdição do anonimato, consagrada na Constituição republicana, e da ineficácia da ação dos tribunais, o objetivo de protegê-las passava por uma verdadeira regeneração, a ser alcançada por meio de um esforço moral e de “recristianização”.

No Brasil a imprensa se arroga o direito de invadi-lo [o lar] e de injuriar as mães, as esposas, as filhas dos adversários. Qualquer um tenha tido a infelicidade de incorrer na desafeição de um tirano da imprensa, pode ser ferido no mais íntimo do coração, chasqueado, vilipendiado, esbofeteado pela mão invisível e incoercível do jornalismo [...] A isto que vós tolerais é que se chama liberdade de imprensa, e não há quem contra ela erga um protesto, e pelo contrário, todos a consideram guarda vigilante dos direitos do povo ³⁷⁷.

Quanto ao termo “tirania”, observa-se que Laet opera como que uma inversão na atribuição de sentido contido na retórica da modernização, que remontava às contestações da campanha republicana e abolicionista, pois esta seria associada não mais aos monarcas (tiranos ou absolutistas) depostos pelas revoluções, mas à própria experiência liberal e democrática.

³⁷⁷ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p. 29.

Senhores, uma das grandes singularidades dos tempos atuais, é que os povos vivem a combater fantasmas de tiranias, e indiferentes às tiranias verdadeiras. As revoluções derribam monarcas, que às vezes são magnânimos pastores de povos. Antigamente cortavam-lhes as cabeças, mas hoje nem sequer essa honra lhes fazem: contentam-se com despedi-los, fazem-nos embarcar a desoras, porque sabem que já poucos são os reis cômicos da sua missão providencial e do seu dever de resistência.³⁷⁸

No discurso, a ideia de tirania fazia referência também à ascensão das doutrinas comunista e socialista, que o papa Pio IX havia condenado entre os principais “erros” do século³⁷⁹. Assim, Laet ressaltava que se muito se apregoava sobre a tirania do capital e a adversidade representada pelo capitalismo e pelos empresários, o povo não percebia a “verdadeira” tirania que se originava da imprensa, que se configurava como poder de poucos sobre muitos.

O que Laet denominava tirania da imprensa ligava-se, ainda, ao decaimento moral e religioso das sociedades modernas, decorrente da “liberdade abusiva de tudo pensar, de tudo dizer e de tudo imprimir”³⁸⁰, denunciada pelo papa Pio IX. Sendo assim, era também uma tirania exercida por meio da injúria.

Segundo Paula, a noção abstrata de liberdade, surgida a partir da Revolução Francesa, nas elaborações do período que estamos examinando passava a identificar-se ao mundo privado, o que resultava na indistinção entre o primado da liberdade política e o princípio de organização da vida social³⁸¹. Em Laet, a perspectiva defendida pelo liberalismo era entendida como germe da destruição que só seria combatido através da fé cristã. Assim, de acordo com a doutrina católica, livre era o homem que não se guiava somente pela razão humana, a verdadeira liberdade fundava-se na fé conduzida pela tradição religiosa.

Uma perspectiva semelhante poderia ser notada em outro intelectual católico, Jackson de Figueiredo comungava com Laet na crítica à ideologia liberal. Figueiredo defendia que a liberdade como agente organizador era uma “quimera”, pois, como

³⁷⁸ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.26.

³⁷⁹ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.352; 329.

³⁸⁰ Pio IX apud ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.332.

³⁸¹ PAULA, Christiane Jalles de. *Jackson de Figueiredo e o antiliberalismo no Brasil*. ANAIS DO VIII ENCONTRO DA ABCP, Gramado, RS, agosto de 2012, p.11-17. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/jackson-figueiredo-e-antiliberalismo-brasil-dos-anos-1920.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2020.

princípio da vida social, esta significava a dependência do homem a Deus, não sendo possível a ruptura desse laço. Por suas lentes, o primado da liberdade devia estar submetido à ordem do catolicismo. Afinal, se a religião católica era o fio condutor das ações humanas, a política também deveria estar voltada para Deus³⁸².

Ainda em sua conferência no Círculo da Mocidade, Laet argumentava que a tirania da imprensa se manifestava também no poder de influir sobre a política de um país, pois constituía-se como “quarto poder”.

Aludia, como exemplo, ao episódio do atentado promovido em 5 de novembro 1897 pelo jacobino Marcellino Bispo contra o presidente Prudente de Moraes, que levava à morte o ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt³⁸³. Segundo Laet:

[a imprensa] pode tornar odioso o chefe de uma nação e concitar contra ele o desprezo, o ódio público e até mesmo a garrucha do assassino, como entre nós se evidenciou no atentado do Arsenal. Quem não se lembra dos incitamentos que armaram o braço de Marcelino Bispo? E, por isto, quando me vieram contar que o assassino fora um soldado, imediatamente eu retorqui: – Estais enganado, foi um jornalista! [...]A imprensa interpõe-se entre o povo e o parlamento. O povo não lê o que seus representantes dizem, lê o que os jornais querem que eles tenham dito³⁸⁴.

Em outra analogia forte, Laet ligava a imprensa, por seu poder de difamação, ao pelourinho dos tempos da escravidão:

Quando se abateu o último pelourinho, os povos bateram palmas; mas foi uma grande tolice, porque ao mesmo tempo se armava a imprensa. E a imprensa, senhores, tal como entre nós se entende, é pior do que o pelourinho antigo, porque neste só se expunham os réus legalmente condenados, e a imprensa é o pelourinho sem sentença³⁸⁵.

A argumentação desenvolvida por Laet, nesse aspecto específico, enquadrava-se na perspectiva liberal, segundo a qual, como sabemos, caberia ao Estado garantir a

³⁸² PAULA, Christiane Jalles de. Jackson de Figueiredo e o antiliberalismo no Brasil. ANAIS DO VIII ENCONTRO DA ABCP, Gramado, RS, agosto de 2012, p.11-17. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/jackson-figueiredo-e-antiliberalismo-brasil-dos-anos-1920.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2020.

³⁸³ GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p.284-302, jul.-dez. 2008, p. 295. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000200009>. Acesso em 17 de março de 2020.

³⁸⁴ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.27.

³⁸⁵ Ibidem, p. 29.

segurança das pessoas e da propriedade, vigorando ainda a premissa do equilíbrio de pesos e contrapesos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário³⁸⁶.

No século XIX, porém, somara-se a esse entendimento a ideia de que a imprensa poderia exercer o papel de um quarto poder. Tal atribuição estaria fundamentada na ideia de que esta era um recurso indispensável com que poderiam contar os cidadãos para se protegerem dos abusos do Estado, sendo esse aparato o pilar de uma comunicação democrática³⁸⁷. Além disso, a imprensa era a ferramenta dos cidadãos para exigirem seus direitos e para expressarem sua voz e preocupações³⁸⁸.

Para Laet, no entanto, a imprensa se identificaria mais com a ideia de um “Poder Moderador”, pois exerceria o papel arbitrário nas disputas entre os poderes constituídos, decidindo em favor do “bem comum”, mesmo que esse “bem comum” fosse por ela definido³⁸⁹.

A consideração da imprensa como “quarto poder”, externo ao que fora consagrado na Constituição, também esteve presente nas elaborações de Lima Barreto, autor contemporâneo de Laet, em especial em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909). Lima também demonstrava uma perspectiva crítica a respeito da imprensa, capaz de manipular os fatos e servir aos interesses políticos, conferindo poder e prestígio aos personagens a ela associados.

Assim, para Lima Barreto, os jornalistas mentiam e manipulavam a “opinião” em função das benesses que lhes eram oferecidas, não tendo qualquer compromisso com o objetivo de contribuir para elevação do nível cultural e social do país³⁹⁰. Segundo Magnoni, no livro do escritor a redação do jornal é mostrada como um “espaço de despersonalização, descaracterização, aniquilação do eu, da subjetividade e das

³⁸⁶ FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 41-69, jul.- dez. 2011, p.52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003>. Acesso em 16 de março de 2020.

³⁸⁷ ALBUQUERQUE, Afonso. Um “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político. *Revista Contracampo*, Niterói, n. 12, p.23-57, jan. 2000, p.32. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299>>. Acesso em 12 de março de 2020.

³⁸⁸ TRAQUINA, Nelson. “Quem vigia o ‘Quarto Poder’”? ANAIS DO X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPOS, 2000. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1431.pdf>. Acesso em 13 de março de 2020.

³⁸⁹ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 386, p.27.

³⁹⁰ MOGNONI, Maria S. *Imprensa como instância de poder: uma leitura das Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. 2010. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p.67.

diferenças em função do autoritarismo irrefutável³⁹¹, e não de autonomia e criação. Incentivaria a reprodução, não só dos mesmos estilos de artigos, mas dos mesmos tipos de jornalistas³⁹².

A “tirania da imprensa” ainda encontrava apoio na legislação do país, que protegia editores e jornalistas em detrimento dos cidadãos ofendidos, a quem eram negados os mesmos direitos. Assim, apesar de ter sofrido com a censura imposta pelo governo provisório, como vimos anteriormente, Laet terminava por defender o cerceamento da liberdade de imprensa. Dessa forma, questionava onde estavam os limites, a responsabilidade e o “corretivo” da imprensa, que garantissem a proteção das famílias da injúria e da difamação. Criticava desse modo o Código Penal, pois entendia que faltava-lhe prever essa proteção, dando voz aos cidadãos que não encontravam espaço nos jornais.

Entre os crimes contra a honra e a boa fama alheias, o nosso Código Penal enumera – a calúnia e a injúria. Esta é a imputação de vícios ou defeitos que possam expor uma pessoa ao ódio ou ao desprezo público; é a imputação de fatos ofensivos da reputação, do decoro e da honra; é a palavra e até mesmo o gesto ou sinal reputado insultante na opinião pública. Mas nos processos de injúria há a chamada compensação, do art. 322. “As injúrias compensam-se” (diz ele): em consequência não poderão querelar por injúria os que reciprocamente se injuriarem. Eis aí a porta aberta para os insultadores de imprensa. Basta que o agredido, por um movimento natural de repulsa, se volva contra o agressor e profira uma palavra de indignação, para que a *compensação* seja invocada e o insultador escape incólume³⁹³.

Laet aconselhava a audiência a nunca chamar à responsabilidade quem a injuriasse, pois, segundo ele, as leis brasileiras não haviam sido criadas para defender a vítima e sim os insultadores. Já quanto ao crime de calúnia, isto é, a falsa imputação feita a alguém, sugeria que fosse levado aos tribunais, pois, sendo provada a “exceção da verdade”, o juiz não ousaria “denegrir o inocente para inocentar o caluniador”³⁹⁴.

Usando da retórica pautada por uma estratégia de diálogo com sua audiência, Laet afirmava temer pelo público e não por si próprio, pois, sendo injuriado ou caluniado, como homem de imprensa teria as colunas dos jornais para desafrontar-se. Mesmo que estas lhe faltassem, poderia, ele mesmo, improvisar uma tribuna. Entretanto, questionava

³⁹¹ MOGNONI, Maria S. *Imprensa como instância de poder: uma leitura das Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. 2010. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, p.69.

³⁹² Ibidem, p.69.

³⁹³ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.39.

³⁹⁴ Ibidem, p.40.

qual seria o remédio contra a tirania da imprensa para os que eram indefesos e estavam a ela expostos todos os dias. Como resposta ao próprio questionamento, argumentava:

Além da ação dos tribunais, aliás morosa e quase nula no caso de injúria, como deixei provado, há um paliativo, e é o da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. No seu artigo 72, § 12, *in fine*, diz ela: ‘Não é permitido o anonimato’. Não é permitido; nada mais terminante: porém tomai uma folha diária qualquer, e, da primeira à última linha, lereis artigos anônimos. A Constituição não é executada³⁹⁵.”

Criticava, portanto, nesse ponto, a forma como se procedia ao cumprimento do princípio da interdição do anonimato. Sua predileção recaía pela Constituição monárquica de 1824, pois nela melhormente asseguravam-se as liberdades populares. Clamava para que a Constituição fosse cumprida: “urge acabar o anonimato!”³⁹⁶

É importante observar que Laet atribuía a responsabilidade da tirania da imprensa a um segmento determinado do meio jornalístico, os repórteres. Para ele, a esses não caberia o espaço de “dirigir a opinião pública”, faltando-lhe grau de instrução para tanto – não sendo exigido formação para alguém ser habilitado como repórter, diferentemente do que ocorria em outras profissões – o que assinalava certo sentido elitista de sua proposição.

Nas redações, como repórteres, muitas vezes sem categoria definida, figuram moços madraços ou pouco inteligentes, que não lograram terminar os seus cursos superiores, e que mesmo nem sempre concluíram os preparatórios; rapazes que, não tendo habilitações para médicos, advogados, professores ou engenheiros, nem coragem para a labutação do comércio e o mourejar das indústrias, acham mais cômodo fazer-se críticos e hiper-críticos, literários, científicos, teatrais. E é diante dessa gente, senhores, que tremem os velhos homens da ciência, os verdadeiros letrados, os artistas conscienciosos e sabedores³⁹⁷.

Referindo-se a exemplos de episódios em que teriam ocorrido tais “abusos”, Laet lembrava de um aluno que, reprovado em sua disciplina, no mesmo dia discutia as mais elevadas questões, formando mesmo sua reputação³⁹⁸. Em outra ocasião, um artista virtuoso que conhecera, violinista, havia demonstrado receio do julgamento do repórter: “O que me mete medo, é aquele repórter que ali está, e que, sendo meu desafeto, vai

³⁹⁵ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.40.

³⁹⁶ *Ibidem*, p.40.

³⁹⁷ *Ibidem*, p.31.

³⁹⁸ *Ibidem*, p.32.

amanhã forçosamente meter-me as botas”³⁹⁹. Assim, “o artista emérito e laureado tremia de medo do rapazelho quase imberbe e que não sabia uma nota de música”⁴⁰⁰.

A opinião pública, dessa forma, constituía-se, em seu entendimento, da ação desses homens “sem preparo”, e não tanto dos donos dos jornais.

Sabeis como se faz um jornal? Um homem que deseja ganhar dinheiro, recruta certo número de colaboradores, para bater moeda⁴⁰¹ com a popularidade e o talento deles. Mas esses são os colaboradores de aparato, com responsabilidades próprias, e que de ordinário apenas servem para atrair sobre a folha as simpatias dos leitores inteligentes e sisudos. Além disso há, porém, um pessoal completo de cavalheiros desempregados e... inempregáveis. Pois bem, nesse pessoal anônimo é que está o nervo do jornal; são eles os que tudo exploram e tudo julgam; São eles a quinta essência da opinião pública⁴⁰².

O discurso de Laet é carregado de elementos retóricos, que caracterizam seu elitismo e também podem ser percebidos como expressão de poder. Esse aspecto pode ser ligado ao fato de que, segundo Carvalho, a retórica era uma importante ferramenta utilizada pelos intelectuais do século XIX, que se explicava a partir da tradição escolástica portuguesa, sobretudo da Universidade de Coimbra, instituição formadora das elites brasileiras⁴⁰³.

Ainda segundo o autor, no início do século XIX qualquer pessoa com educação acima da alfabetização elementar no Brasil teria alguma formação em retórica. A retórica compunha uma das cadeiras do Colégio Pedro II, tendo sido cursada por Laet, assim como por seus contemporâneos⁴⁰⁴.

Podemos identificar a presença de elementos da retórica da elocução através do uso de perguntas e respostas. A exemplo temos o texto supramencionado: “Sabeis como se faz um jornal? Um homem que deseja ganhar dinheiro, recruta certo número de colaboradores para bater moeda com a popularidade e o talento deles”⁴⁰⁵.

O uso de expressões estrangeiras e da repetição de frases e palavras para reforçar um argumento também era uma ferramenta retórica utilizada por Laet: “Tiranias da

³⁹⁹ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.32.

⁴⁰⁰ Ibidem, p.32.

⁴⁰¹ “Cunhar moeda”: em sentido figurado, fazer dinheiro.

⁴⁰² LAET, op. cit., nota 399, p.31.

⁴⁰³ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, dez. 2000, p.130. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X200000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2020.

⁴⁰⁴ Ibidem, p.133.

⁴⁰⁵ LAET, op. cit., nota 399, p.31.

imprensa! Sim, tirania da imprensa... Agora está lançada a palavra, *le mot est lancé*... *Nescit vox missa reverti*, não volta atrás o que já se disse”⁴⁰⁶.

Outro elemento retórico é a citação de autores reconhecidos, já que dentro da tradição brasileira um argumento de autoridade era um requisito indispensável. Como exemplo, no discurso de Laet temos uma menção ao julgamento de Silvio Romero sobre sua própria obra. Assim, em 1880, o crítico sergipano o teria incluído, com Machado de Assis e o Visconde de Taunay, entre os “três rematados idiotas” da roda literária fluminense. Já em livro mais recente, celebrando o quarto centenário da descoberta do Brasil, Romero teria conferido a Laet um posto de honra entre os “dezesseis príncipes de prosa nacional”: “lá está na página 125, eu decorei a página, são dezesseis os príncipes, nem mais nem menos, e eu sou um deles”⁴⁰⁷.

Ao citar Romero, notável em sua época, Laet fazia questão de ressaltar sua própria importância, como maneira de autopromoção e, assim, de legitimação. Exemplo semelhante ocorre com a menção a José do Patrocínio, que, segundo Laet, embora o tivesse retratado em seu jornal de forma negativa, em um encontro na rua “com todo seu bom coração, afiança que me quer muito e somos excelentes amigos”⁴⁰⁸.

Como visto acima, ainda que fossem apresentadas algumas propostas para frear a tirania da imprensa, como se garantir o fim do anonimato, estes métodos seriam apenas paliativos, sendo necessária uma verdadeira reforma dos costumes, a ser promovida pela religião.

O discurso vai sendo encaminhado para o final, novamente com uma crítica ao liberalismo. Já que os princípios legais e de liberdade de imprensa por si não protegiam os cidadãos, somente uma moral necessariamente religiosa e católica o faria. Seria preciso que, pela moral cristã, se incutisse no espírito dos jornalistas o preceito de respeitar tanto a vida quanto a reputação dos outros. Através do amor de Deus se compenetraria nos homens da imprensa a ideia de que “não menos abominável é o sicário vulgar do que o assassino da honra alheia”⁴⁰⁹.

Essa ação moralizadora, apesar de lenta, seria eficaz e infalível. Enquanto ela não se fizesse sentir, Laet, como cristão e homem do povo, antes de ser jornalista, cumpriria com o seu dever de premunir os seus compatriotas contra a tirania que a todos ameaçava.

⁴⁰⁶ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.26.

⁴⁰⁷ Ibidem, p.25.

⁴⁰⁸ Ibidem, p.25.

⁴⁰⁹ Ibidem, p.42.

E recomendava: “afastai do vosso lar doméstico os jornais indecorosos⁴¹⁰”. Encerra seu discurso declarando: “Essas verdades, senhores, eu vo-las acabo de atirar; e possam elas derribar os falsos ídolos da imprensa!”⁴¹¹

3.2.3 A moralização da imprensa

Para uma compreensão mais exata do texto de Laet, é necessário primeiramente observar a conjuntura por trás dele. A partir de um olhar mais atento poderemos responder aos questionamentos que giram em torno do texto, que são os seguintes: sob que condições e influências Laet o escreveu? Com qual objetivo? E se outras pessoas, além de Laet, estavam preocupadas com a ação da imprensa? Essas e outras indagações são contempladas no decorrer de nossa análise.

Ameaçada pela onda de ideias modernizantes que se difundia pelos continentes, a Igreja e as lideranças leigas e eclesiásticas tentaram afirmar a identidade católica de seus seguidores, utilizando como ferramenta a imprensa. O intuito da instituição era a manutenção de seu poderio perante a sociedade, afirmando assim sua posição de “mãe guardiã da sociedade cristã”⁴¹². É sob esse contexto de ter seu projeto de poder ameaçado que a Igreja passa a buscar formas de reação.

De acordo com Almeida, o papa Pio IX teria dedicado grande atenção ao tema da imprensa durante seus anos de atividade e, mesmo com o final do seu pontificado, a questão não caiu no esquecimento. Pelo contrário, a temática continuou sendo abordada por Leão XIII no já mencionado *Syllabus*, que combatia a liberdade de expressão. O assunto foi tratado com grande importância, tendo sido dedicados a ele cerca de quarenta documentos⁴¹³.

Entretanto, enquanto Pio IX ficara apenas no discurso condenatório, Leão XIII fora responsável por uma reação mais efetiva, amparada na intervenção direta da

⁴¹⁰ LAET, Carlos de. A Imprensa. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3, p.43.

⁴¹¹ Ibidem, p.43.

⁴¹² KLAUCK, S. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, jul. 2011, p.135. Disponível: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>> Acesso em 16 de março de 2020.

⁴¹³ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.352.

sociedade através do “controle, condenação e contra-ataque da imprensa”, que, para a Igreja, passa a ser chamada de imprensa “mã”⁴¹⁴.

Leão XIII, convocava os leigos para que fosse organizada e publicada uma imprensa dita “boa”, capaz de combater o anticlericalismo da imprensa maliciosa⁴¹⁵. Ou seja, estimulados pelo papa, cabia aos leigos a organização e o sustento de uma imprensa católica em seus respectivos países. Segundo Silveira, o endurecimento do discurso dos papas a respeito da “liberdade de tudo imprimir e pensar” marcou uma espécie de cruzada contra o que consideravam como corrupção dos costumes⁴¹⁶.

Em 20 de junho de 1888, o Papa Leão XIII escreve a carta encíclica *Libertas Praestantissimum*, que alertava sobre as liberdades e o liberalismo. Nela, o pontífice afirmava que as opiniões falsas eram a doença mortal da compreensão humana e deviam ser reprimidas pelo poder público como qualquer outro crime inferido com violência contra os fracos. Desta maneira, sua propagação seria evitada⁴¹⁷. O documento assinalava ainda:

Los errores de los intelectuales depravados ejercen sobre las masas una verdadera tiranía y deben ser reprimidos por la ley con la misma energía que otro cualquier delito inferido con violencia a los débiles. Esta represión es aún más necesaria, porque la inmensa mayoría de los ciudadanos no puede en modo alguno, o a lo sumo con mucha dificultad, prevenirse contra los artificios del estilo y las sutilezas de la dialéctica, sobre todo cuando éstas y aquéllos son utilizados para halagar las pasiones. Si se concede a todos una licencia ilimitada en el hablar y en el escribir, nada quedará ya sagrado e inviolable. Ni siquiera serán exceptuadas esas primeras verdades, esos principios naturales que constituyen el más noble patrimonio común de toda la humanidad. Se oscurece así poco a poco la verdad con las tinieblas y, como muchas veces sucede, se hace dueña del campo una numerosa plaga de perniciosos errores. Todo lo que la licencia gana lo pierde la libertad.⁴¹⁸

⁴¹⁴ KLAUCK, S. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, jul. 2011, p.142. Disponível: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>> Acesso em 16 de março de 2020.

⁴¹⁵ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.352.

⁴¹⁶ SILVEIRA, Diego Omar. Peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a romanização dos costumes e a identidade católica no Brasil. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA E MÍDIA, Ouro Preto, jun. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/a-peleja-pela-201cboa-imprensa201d-reflexoes-sobre-os-jornais-da-igreja-a-romanizacao-dos-costumes-e-a-identidade-catolica-no-brasil>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

⁴¹⁷ LEÃO XIII. Carta Encíclica *Libertas Praestantissimum*. 20 de junho de 1888. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals.index.4.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

⁴¹⁸ LEÃO XIII. Carta Encíclica *Libertas Praestantissimum*. 20 de junho de 1888. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals.index.4.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

Como podemos observar, o discurso “A imprensa” se aproxima bastante da encíclica de Leão XIII. Apesar de Laet eximir os intelectuais da responsabilidade pela manipulação da opinião pública, assim como na encíclica papal, caracterizava a imprensa como tirana e indicava uma solução para o problema. A condenação da liberdade de expressão é outro fator que demonstra a aproximação do pensamento do intelectual brasileiro com o texto do Vaticano.

Segundo Silveira, em carta dirigida ao episcopado brasileiro em 1899, o Papa Leão XIII chamava atenção mais uma vez para o problema da “má imprensa”. O texto denunciava:

O mundo pensa conforme a imprensa. Espada de dois gumes, a imprensa salva ou mata. A má imprensa, a imprensa sensacionalista, a imprensa venal deforma os espíritos, corrompe os corações, metaliza as almas. Seus efeitos são altamente perniciosos na sociedade moderna: irreverência para com as autoridades, críticas mordazes e descaridas, espírito de insubmissão, ânsia de nivelamento de súditos com superiores, negação de hierarquia, amor desenfreado aos prazeres, egoísmo, ambição, desvalorização dos bens espirituais e eternos, esquecimento de Deus e adoração da matéria. Não há exagero ou pessimismo em tais observações. Estão bem patentes os fatos, e contra fatos não há argumentos⁴¹⁹.

Segundo Klauck, a postura da Igreja foi basicamente agir entre as comunidades cristãs a partir de seu reordenamento frente ao movimento modernizador da época. Ou seja, para o autor a Igreja Católica deu uma nova ordem para a cristandade visando proteger os valores, a tradição e a assegurar os fiéis⁴²⁰.

Em 1900, o bispado brasileiro publicou nova Pastoral, contendo um balanço do que fora a Igreja durante a monarquia e o que era na república. Considerava que a instituição havia ficado mais livre do que no tempo da “falsa proteção”, porém as injustiças contra ela ainda eram violentas. Além disso, a Pastoral, assim como os textos das encíclicas, chamava atenção para as ações da imprensa ímpia na casa das “honradas

⁴¹⁹ SILVEIRA, Diego Omar. Peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil, s/p. IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA E MÍDIA, Ouro Preto-MG, 30 de maio a 1 de junho. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/a-peleja-pela-201cboaimprensa201d-reflexoes-sobre-os-jornais-da-igreja-a-romanizacao-dos-costumes-e-a-identidade-catolica-no-brasil>>. Acesso em 03 de março de 2020.

⁴²⁰ KLAUCK, S. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, jul. 2011, p.135. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>>. Acesso em 16 de março de 2020.

famílias”. E apressava os brasileiros para que se voltassem para Cristo, pois sem a conversão individual e coletiva os males do país não cessariam⁴²¹.

A análise do discurso “A imprensa” demonstra que o pensamento de Laet estava alinhado com as instruções do papa e do bispado brasileiro. O jornalista militava em torno do combate à imprensa “tirana” que, segundo ele, veiculava opiniões deseducadas, envenenava a opinião pública e entrava nos lares brasileiros para destruir a honra da família.

Carlos de Laet anunciava a “recristianização” como remédio para o fim da tirania, através da dita “boa imprensa”. A “recristianização” se apresentava não como recurso espiritual, mas como solução prática, pois, aos olhos do autor, a Igreja ocupava um papel insubstituível, sem o qual as famílias e a pátria estariam sujeitas à destruição.

Laet não estava sozinho nessa missão. Seguindo essa mesma orientação, surgiu no Brasil uma imprensa católica que se levantou para lutar com as “mesmas armas utilizadas pelo inimigo”. Portanto, coube aos jornalistas católicos a tarefa de assegurar a implementação de uma imprensa verdadeiramente boa, segundo os preceitos do Vaticano e que, para além de informar, viria combater as ideias modernizantes, “recristianizando” o país. Tarefa essa que se mostrava ainda mais necessária frente ao avanço das ideias liberais que ameaçavam o poderio da Igreja na recente República.

Com esse mesmo propósito, o frei alemão Pedro Sinzg, que havia chegado ao Brasil em 1893, deu início em 1902 à atuação contra a imprensa não católica com a fundação, em Lages, Santa Catarina, do periódico *Cruzeiro do Sul*. Através da folha, tentou organizar o eleitorado católico, atitude que incomodou os líderes regionais maçons. Em vista disso, o jornal teve suas atividades encerradas e o franciscano foi transferido para a cidade de Petrópolis⁴²².

Logo que chegou à cidade serrana, Sinzig assumiu a direção da Tipografia da Escola Gratuita São José e da revista *Vozes de Petrópolis*, na qual Laet participaria com várias colaborações. A diocese petropolitana permitia ao Frei maior articulação e espaço de atuação.

Apesar de não tê-la fundado, Sinzig foi o grande propagador da *Vozes de Petrópolis*. A jornada do frei para implementação de uma imprensa católica se ampliou

⁴²¹ Pastoral Coletiva de 1900. In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p. 65.

⁴²² SANTOS, Maria Margarete. Frei Pedro Sinzig: o apóstolo da Boa Imprensa. ANAIS DO I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal Fluminense, 2004, p.2.

com a criação do Centro da Boa Imprensa⁴²³, em 1909. O Centro tinha como objetivo orientar e dar sustentação para a imprensa católica no Brasil tendo sido responsável pela publicação e divulgação de vasto material. Entretanto, a instituição perdeu vigor com o exílio de Sinzig, após a publicação de artigos em defesa da Alemanha na Primeira Guerra⁴²⁴.

Outro impresso que ganhou destaque na imprensa católica foi *O Apóstolo*, publicado no Rio de Janeiro entre os anos de 1866 a 1901, definindo-se como um periódico “religioso, moral e doutrinário dedicado aos interesses da religião e da sociedade⁴²⁵”.

Os textos editados no *Apóstolo* não traziam assinatura, inexistindo na publicação informações sobre expediente e editores. Entretanto, pelo alinhamento com a doutrina ultramontana, pressupõe-se que fosse editado por padres⁴²⁶.

A folha recebia subsídios do bispo diocesano do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, além de contar com vendas e anúncios. Segundo Neves, *O Apóstolo* foi o principal porta-voz do pensamento ultramontano no Brasil no período, mantendo um tom de enftentamento e repúdio a qualquer medida no sentido da secularização e combatendo os opositores da religião⁴²⁷.

Como podemos notar, a questão da imprensa foi objeto da preocupação de diversos intelectuais católicos. Tendo em conta as recomendações do Vaticano e as cartas pastorais, surgiu no Brasil uma imprensa católica voltada a combater os “erros” modernos, envolvendo lideranças leigas, como podemos notar através de Laet.

3.3 O partido católico: outras formas de “recristianização”

Nas primeiras décadas de governo republicano os esforços dos grupos católicos em torno de uma organização partidária podem ser classificados em dois principais

⁴²³ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.342. Acesso em: <17 de março de 2020.

⁴²⁴ SANTOS, Maria Margarete. Frei Pedro Sinzig: o apóstolo da Boa Imprensa. ANAIS DO I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal Fluminense, 2004, p.8.

⁴²⁵ NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 – 1891)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014, p.96.

⁴²⁶ *Ibidem*, p.96.

⁴²⁷ *Ibidem*, p.96.

momentos. O primeiro deles foi observado nos anos iniciais da república. Na tentativa de garantir os interesses políticos dos católicos, tais quais a manutenção dos privilégios da Igreja frente à Constituição de 1891, os grupos religiosos se ordenam em partidos⁴²⁸.

Nesse momento surgem nos estados diversos partidos intitulados católicos. Essa falta de unidade e a incapacidade de coordenação regional e nacional – que também está associada ao federalismo e à falta de partidos nacionais na primeira república⁴²⁹ –, por parte dos pastores católicos, fora herdada do governo imperial. Durante o império era proibido aos bispos que saíssem de suas paróquias e redondezas sem as devidas licenças do Ministério que supervisionava o culto. Essa lei rendeu como fruto certo provincianismo no campo da ação política e uma falta de perspicácia para lidar com as fraudes dos “velhos caciques políticos e dos bacharéis anticlericais”⁴³⁰.

Os resultados desse esforço foram irrisórios. Entretanto, essa experiência despertou os líderes católicos para a necessidade de uma coordenação continuada, de mais planejamento político e de organização e conscientização dos leigos. Foram criados, portanto, com esse intuito, Congressos Católicos e as Federações de Associações Católicas⁴³¹.

Em 1913, novamente os católicos tentam uma organização de partidos, como foi o caso do Partido Regenerador em Minas Gerais (1908), pelo líder católico Joaquim Furtado de Menezes⁴³². Outro grupo que buscou a criação de um partido católico leigo,

⁴²⁸ SETEMY, Adrianna. Partido Católico [verbetes]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20CAT%C3%93LICO.pdf>>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

⁴²⁹ Segundo Veneu, “a consagração do princípio federativo pelo novo regime faz com que o Partido Republicano por exemplo, que nunca chegou a se constituir como uma organização unificada a nível nacional, se desagregasse de vez fragmentando-se nos partidos estaduais Para o autor, “em contraste com o sistema imperial, a Primeira República parece avessa aos partidos nacionalmente organizados. Assim entende Afonso Arinos, para quem ‘A mentalidade republicana era federal em primeiro lugar; em segundo, antipartidária, no sentido nacional. Aliás, esta última atitude decorria, até certo ponto, da primeira’”. VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, 1987, p. 45-72. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MarcosGuedesVeneu_Enferrujando_sonho.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2020.

⁴³⁰ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 25.

⁴³¹ SETEMY, Adrianna. Partido Católico [verbetes]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20CAT%C3%93LICO.pdf>>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

⁴³² LUSTOSA, op. cit., nota 430, p. 32.

porém na Capital Federal, reuniu Carlos de Laet, Antônio Felício dos Santos, Plácido de Mello e Theodoro Machado⁴³³.

Formou-se então o Partido Católico e o Centro Católico Brasileiro (CCB), cujas ações se confundiam, não sendo possível por vezes fazer uma diferenciação entre as mesmas. A princípio, o grupo pretendia ser o organizador e diretor de um grande partido nacional de caráter não confessional. A ideia dos criadores era conferir ao catolicismo uma orientação política, correspondente à unidade que existia na vida espiritual. Ou seja, o objetivo central do grupo, nas palavras de Laet, era:

A formação de um eleitorado constituído de homens que, professando o catolicismo, exerçam o direito de voto de maneira a garantir, nos cargos efetivos, na representação nacional, e, portanto, na direção política do país a manutenção de princípios, normas e praxes consoantes aos ensinamentos da igreja⁴³⁴.

Enquanto isso, o CCB organizava os católicos para retirada do documento eleitoral e os aconselhava quanto aos candidatos em quem deveriam votar. Além disso, fiscalizava o processo eleitoral e pressionava o governo para que a lei que regia as eleições na capital federal fosse cumprida. A organização dividia-se nas seguintes comissões: Jurídica, Medicina e Higiene, Instrução⁴³⁵, Melhoramentos materiais, Economia e Executiva, sendo presidida por Theodoro Machado⁴³⁶.

Entretanto, logo de início o engajamento em torno do Partido Católico encontrou como obstáculo o veto do cardeal Arcoverde e de seu auxiliar no momento, D. Sebastião Leme. Para este último, a realização de tal projeto demandaria uma consulta à hierarquia da Igreja.

No dia 16 de janeiro de 1913, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte notícia:

Estamos autorizados a declarar que o Episcopado brasileiro atualmente não julga conveniente e oportuna a organização de um partido católico, reprovando, entretanto e recomendando a formação de ligas eleitorais. Conservando nos católicos a liberdade de se filiarem a qualquer partido político, os Srs Bispos querem que, instruídos por meio das ligas, votem segundo os ditames da consciência católica⁴³⁷.

⁴³³ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016, p. 351.

⁴³⁴ *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴³⁵ Laet esteve à frente da Comissão de Instrução. *Jornal do Brasil*, 27 de setembro de 1910, p.4.

⁴³⁶ *Jornal do Brasil*, 27 de setembro de 1910, p.4.

⁴³⁷ *Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1913, p.6.

Mesmo diante da negativa, o grupo seguiu com o intento da organização partidária. Também no *Jornal do Brasil*, Laet argumentava, a favor da iniciativa, sobre a existência de partidos em todo país livre, reconhecendo que uma tal agremiação nada mais era do que um grupo de cidadãos com ideias comuns, também sobre a gestão da Pátria⁴³⁸. Entretanto, declarava que os católicos não faziam questão do nome “partido”, denominando-se a corporação que guiava os católicos Centro Católico do Brasil⁴³⁹. Em justificativa da existência do grupo e tentando diferenciá-lo dos demais, explicava:

O Centro Católico (desde que refugado está a denominação de partido), não trata de pequeninos interesses. Não se enfeuda a caudilhos. Não promove revoluções nem mesmo se propõe reformas radicais: Ele sustenta, dentro das leis vigentes, uma hermenêutica equitativa, justa, razoável e, portanto, favorável à religião da maioria dos brasileiros. Nestas condições o que o Centro desfralda, não é uma bandeira de partido. É o antiquíssimo lábaro já erguido pelo grande Constantino. É a cruz⁴⁴⁰.

Conforme assinalado por Moog em seu estudo sobre a política dos católicos, Laet somava-se aos que criticavam o sistema eleitoral republicano. Assim, para o educador e jornalista, embora a república fosse uma forma de governo baseada essencialmente no voto, no Brasil não havia sequer eleitorado, ressaltando, nesse sentido, que na “imensa metrópole” do Rio de Janeiro contavam-se apenas 20 mil eleitores, muitos dos quais não possuíam seus títulos, que teriam ido parar “em mãos de cabalistas e forjadores de atas falsas”⁴⁴¹.

Acrescentava que, “como as vitórias políticas, em nosso país, ordinariamente são intrigas, conchavos, humilhações e baixeiras, elas já se acham asseguradas antes do dia das eleições. O pleito é uma ficção, uma ridícula fantasmagoria”. Assim, ainda que os católicos não conseguissem cessar de tais abusos, já teriam feito muito pela democracia⁴⁴². Além disso, mesmo perdendo as eleições, não seriam infamados, sendo natural que fossem vencidos no primeiro encontro. Não desanimariam na primeira investida, persistindo nos pleitos, pois “os católicos, a maior parte da nação” estavam “cansados de viver de favores. Queremos o nosso lugar ao sol, na democracia brasileira”⁴⁴³.

⁴³⁸ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴³⁹ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴⁴⁰ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴⁴¹ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴⁴² LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

⁴⁴³ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16.

Empenhando-se na organização política dos católicos, através do CCB, Laet estava ciente de que o corrompido sistema eleitoral brasileiro diminuía as chances de vitória eleitoral, visando a participação do grupo católico moralizar as eleições no país.

O partido católico tampouco colocaria em questão os dispositivos da Constituição de 1891 contrários às doutrinas da Igreja, como a separação do Estado. Indagava, no entanto, o motivo de os católicos não poderem se organizar em formato partidário⁴⁴⁴.

Isso de contestar-se aos católicos brasileiros o direito de se congregarem para constituir um todo homogêneo e coeso na defesa de seus direitos é uma estultícia de marca maior! Aliam-se, para tudo e também para fins eleitorais, os católicos de outros países notadamente da Alemanha e da Bélgica, por que não se uniriam os do Brasil onde mais do que em qualquer parte eles se sentem minorados, comprimidos e ameaçados? A maioria da política nacional é, evidentemente, Católica; e, todavia, a política nacional se dirige de forma que, se maiores males não padece o catolicismo, bem se pode dizer que isso deve antes à compaixão dos governos que a segurança das leis⁴⁴⁵.

O CCB tinha como referência o Partido Católico da Bélgica, que governava o país desde 1884, cuja atuação era objeto de cobertura, em longas matérias, no *Jornal do Brasil*. A mesma folha explicava aos seus leitores que o partido belga havia travado duras batalhas eleitorais contra os partidos liberais e socialistas coligados, parabenizando-o e ao governo daquele país pela “eloquente lição” ao governo brasileiro⁴⁴⁶. Outros partidos católicos europeus também eram frequentemente apresentados pela folha, como exemplos daquele tipo de organização⁴⁴⁷.

Em de novembro de 1914, o Partido Católico anunciou a decisão de lançar candidatos às eleições do ano seguinte para a Câmara dos Deputados. Conforme noticiava o *Jornal do Brasil*:

Sob a presidência do Sr. Dr. Carlos de Laet, realizou-se anteontem, as 14 horas, no Círculo Católico, a rua dos Ourives n.3 a quarta reunião do Partido Católico. Nesta reunião, que esteve muito concorrida, foram tomadas várias deliberações dos trabalhos eleitorais das diversas comissões paroquiais, tendo ficado resolvido que o partido católico pleitearia as próximas eleições no 1º e 2º distrito, apresentando candidatos, cujos nomes serão oportunamente indicados ao eleitorado.

⁴⁴⁴ LAET, Carlos de. O Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1914, p.16

⁴⁴⁵ RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.99.

⁴⁴⁶ *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1912, p.9.

⁴⁴⁷ Vide exemplos no *Jornal do Brasil* em 20 de julho de 1911, p.4; 13 de julho de 1912, p.4; 11 de novembro de 1914, p.5.

Apesar do que nos informa Almeida⁴⁴⁸ com relação ao veto do arcebispo Arcoverde, analisando as páginas do *Jornal do Brasil* no período de 1909 até 1929 localizamos informações que indicam que se concretizou o objetivo de organização do Partido Católico no Distrito Federal.

Regulamentado pela Constituição Federal de 1891 e posteriormente reformado pela Lei Rosa e Silva⁴⁴⁹, o regime vigente determinavam que a eleição de deputados e senadores seria feita mediante a sufrágio direto dos eleitores alistados. Os estados da União eram divididos em distritos eleitorais de cinco deputados, cada um, sendo o Distrito Federal equiparado aos demais entes federativos.

A lei determinava, também, a possibilidade do voto acumulativo:

Tendo estabelecido os distritos de cinco deputados (“Quando o número de deputados não for perfeitamente divisível por cinco, para a formação dos distritos, juntar-se-á a fração, quando de um, ao distrito da capital do estado, e sendo de dois, ao primeiro e ao segundo distritos, cada um dos quais elegerá seis deputados” – segundo o § 2º de seu art. 58), dispôs: “Cada eleitor votará em três nomes nos estados cuja representação constar apenas de quatro deputados; em quatro nomes nos distritos de cinco; em cinco nomes; nos de seis nos distritos de sete deputados”⁴⁵⁰

Não eram eleitores as pessoas nas seguintes condições: menores de 21 anos, estrangeiros não naturalizados, mendigos, presidiários, praças do exército, religiosos de ordens monásticas e analfabetos⁴⁵¹. As mulheres estavam tão distantes do sufrágio que nem eram citadas na lei.⁴⁵² De acordo com o decreto nº 5.160, que legislava sobre o alistamento eleitoral, uma junta de revisão do alistamento devia se reunir de dois em dois anos, a fim de eliminar e incluir novos eleitores. Composta por dois juízes efetivos do Tribunal Civil e Criminal, além de seus suplentes, ficava responsável por assinar os novos títulos e, ao término de cada sessão, lavrar a ata contendo todas as resoluções. Por fim, as atas eram lançadas em livros próprios, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo presidente da Junta e por outro juiz do Tribunal Civil e Criminal⁴⁵³.

⁴⁴⁸ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun., 2016, p. 353.

⁴⁴⁹ Lei Rosa e Silva, Tribunal Superior Eleitoral, 15 de novembro de 1904. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-rosa-e-silva>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

⁴⁵⁰ Lei Rosa e Silva, Tribunal Superior Eleitoral, 15 de novembro de 1904. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-rosa-e-silva>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

⁴⁵¹ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

⁴⁵² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 19 de maio de 2020.

⁴⁵³ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5160-8-marco-1904-509068-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

Terminados os trabalhos da revisão de alistamento, era lançada uma relação nominal dos novos alistados, que era publicada no *Diário Oficial*, passando finalmente a valer os novos títulos deferidos⁴⁵⁴.

No dia 14 de dezembro de 1914, o *Jornal do Brasil* anunciou os nomes escolhidos para concorrer ao pleito do Distrito Federal pelo Partido Católico, Plácido Modesto Martins de Mello, candidato ao 1º distrito, e Theodoro de Barros Machado da Silva, ao 2º distrito. A matéria informava ainda que os candidatos só concorreriam caso fosse confirmada a seguridade das urnas pela autoridade presidencial⁴⁵⁵.

Desta maneira, formou-se uma comissão do Partido Católico para pedir tais garantias ao presidente Wenceslau Braz.

Uma comissão do Partido Católico do Brasil [...] procurou anteontem o Sr. Dr. Wenceslau Braz, presidente da República, a fim de pedir a S. Ex. garantisse a essa agremiação política a liberdade das urnas, em seu governo, principalmente nesta Capital, onde o Chefe de Estado pode influir mais diretamente para a efetividade das leis eleitorais. Por mais defeituosas que sejam, o Presidente da República pode, se quiser, torná-las menos más, exigindo a seriedade do processo, desde a organização das mesas até o escrutínio, desde a apuração até o reconhecimento de poderes. [...] O Dr. Wenceslau Braz, falando à comissão, assegurou aos católicos a mais ampla liberdade de voto em eleições que deseja livres e verdadeiras, assegurando que ninguém será demitido ou sofrerá qualquer vexame por motivo de voto ou filiação partidária. Sr.Ex. com estas declarações tão formais acaba de prestar um inestimável serviço ao país, visto que a base da nossa democracia está na verdade eleitoral que, já agora, podem todos esperar ser uma realidade⁴⁵⁶.

O Partido Católico via Wenceslau Braz como um importante aliado na defesa dos valores tradicionais. De maneira geral, considerava-se que o estado de Minas Gerais era o que recebia maior influência da Igreja, tendo até mesmo o nome de Deus invocado no início de sua Constituição Estadual⁴⁵⁷.

Segundo o *Jornal do Brasil*, o movimento político dos católicos era aplaudido pelo presidente da República. A folha condenava a falsificação dos títulos dos eleitores, “vergonhosamente desdobrados em indivíduos sem escrúpulos”, que constituía a “burla mais temível à verdade das urnas no Distrito Federal”. Apoiava nesse sentido que a comissão formada pelo Partido Católico se encarregasse também de solicitar ao

⁴⁵⁴ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5160-8-marco-1904-509068-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 19 de maio de 2020.

⁴⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1914, p.5.

⁴⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1914, p.6.

⁴⁵⁷ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 28.

Congresso Nacional a decretação da nulidade dos diplomas eleitorais e sua substituição por uma nova emissão, para todos que tivessem interesse⁴⁵⁸.

Carlos de Laet atuou ativamente no processo eleitoral de 1915, através do Círculo Católico e do Centro Católico, com vistas a ampliar a participação desse eleitorado, elegendo seus candidatos, como veremos a seguir.

Como podemos perceber, também, o processo eleitoral além de fraudulento, era imensamente excludente. O pleito de 1915 ficou ainda mais prejudicado visto que ocorrera um incêndio na sede da Imprensa Nacional, consumindo as publicações das listas de nomes dos eleitores, dificultando saber-se ao certo quem poderia exercer o direito de voto na capital⁴⁵⁹.

Apesar da determinação para que a comissão de alistamento se reunisse a dois meses do dia da eleição, prevista para 30 de janeiro, em dezembro isso não havia ainda ocorrido. O descumprimento da norma causava agitação no grupo católico que, como forma de denúncia, publicava diversos artigos nos jornais⁴⁶⁰.

Tentando garantir a solução do problema, o CCB reuniu-se novamente com Wenceslau Braz em 17 de dezembro de 1914. Na ocasião, os católicos questionaram a validade do processo eleitoral, em razão do descumprimento da lei.

Como mencionado, o CCB teve sua fase mais ativa nas eleições de 1915, quando, além de arregimentar os eleitores católicos para o alistamento, buscou fiscalizar o processo eleitoral. Nesse contexto, enfrentava as dificuldades inerentes à identificação dos eleitores que estavam autenticamente alistados, garantindo que fossem lidos e apurados os votos apresentados nas mesas eleitorais. Esforçava-se ainda para que fossem nomeados os mesários que julgava “capazes” e “honestos”. No dia 17 de dezembro de 1914, o *Jornal do Brasil* registrava:

O centro católico está disposto a empregar a maior perseverança e os mais tenazes esforços para conseguir moralizar as eleições pois tudo terá a lucrar a coletividade brasileira com a verdade eleitoral. É pois com ansiedade que o Partido Católico aguarda edital da convocação da Junta Organizadora das mesas eleitores desta Capital para o pleito de 30 de janeiro.

Enquanto a comissão de alistamento não se reunia, o Partido Católico organizava comícios em várias partes da cidade para divulgar a campanha de seus candidatos. Em 28

⁴⁵⁸ *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1914.

⁴⁵⁹ *Jornal do Brasil*, 17 de dezembro de 1914.

⁴⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1914, p.9.

de dezembro, a exatos 32 dias da votação, o *Jornal do Brasil* mais uma vez anunciava as atividades do Partido. A matéria anunciava:

Realizou-se ontem, na praça da Harmonia, Saúde, o comício organizado pelo St. Majo Barros e mais membros da comissão da paróquia de Santo Cristo dos Milagres, em propaganda do Partido Católico, fundado há pouco nessa capital. Discursaram Theodoro Machado e Plácido de Mello.

Na ocasião, o discurso de Plácido de Mello fora conduzido por um tom pedagógico. Segundo o jornal, o candidato havia falado largamente sobre o programa espiritual desenvolvido pelo partido. Em se tratando dos assuntos temporais, destacou a questão do equilíbrio orçamentário do Distrito e, por fim, encerrou sua comunicação cantando um hino à Bélgica “próspera na paz, magnânima na guerra, governada há 30 anos pelo partido católico”⁴⁶¹.

No dia 11 de janeiro de 1915, finalmente reuniu-se a comissão eleitoral, iniciando os trabalhos de verificação da validade dos títulos, registrando-se, entretanto, a menos de 20 dias do pleito, alguns obstáculos. Os membros que haviam sido sorteados para compor a comissão não compareceram, alguns apresentaram atestado médico e foram liberados das atribuições e outros, simplesmente, faltaram e foram multados⁴⁶².

Um fato curioso é que a comissão do Partido Católico, tentando garantir a presença de seus indicados como mesários, visitou o senador Augusto Vasconcelos, presidente do diretório do Partido Republicano do Distrito Federal, a quem entregou uma lista de nomes. Em resposta à comissão, Vasconcelos informou que a decisão não dependia só dele, mas também de seus companheiros da Comissão Executiva. Porém, mediante a insistência do grupo católico, garantiu que se nenhum dos nomes da lista fosse declaradamente adversário de seu partido, se esforçaria para incluí-los⁴⁶³.

Quatro dias antes das eleições, o Partido Católico se reuniu no Círculo Católico e elaborou uma estratégia de ação para o dia do pleito. O plano consistia no seguinte: cada candidato mandaria três fiscais de sua confiança para cada umas das seções eleitorais a fim de acompanhar os trabalhos. Para convocar mais eleitores, uma comissão do Partido se reuniria com os empresários e diretores das fábricas, pedindo que fosse garantido aos operários maior liberdade para que pudessem votar em 30 de janeiro⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ Comício do Partido Católico, *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1914, p.5.

⁴⁶² Alistamento eleitoral: a revisão instalação dos trabalhos, *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1915, p.5.

⁴⁶³ Partido Católico, *Jornal do Brasil* 10 de janeiro de 1915, p.8.

⁴⁶⁴ Coisas de Política, *Jornal do Brasil* 26 de janeiro de 1915, p.6.

Previendo as pressões por parte de “inimigos políticos”, os católicos planejaram que, caso algo ocorresse, dentro de vinte e quatro horas prestariam queixa em cartório, pugnando pelos seus direitos pela anulação das atas. Para todos os efeitos, além dos fiscais de seção, ficariam também a postos mais três fiscais gerais, sem contar os próprios eleitores, que foram instruídos a ficarem atentos. Caso, ainda assim, o resultado saísse fora do planejado, o grupo se dirigiria ao Catete e pediria a Wenceslau Braz que cumprisse sua palavra, valendo-se da sua posição de chefe da nação, no sentido de tornar efetiva a “verdade eleitoral”.

Os integrantes do Partido Católico haviam se organizado e antevisto as diversas possibilidades para garantir que as eleições ocorrerem conforme o planejado. Sua estratégia foi anunciada detalhadamente na imprensa, também como forma de intimidar os adversários políticos que os tentassem impedir, munindo-se de garantias legais.

Apesar desse esforço para eleger os deputados, os católicos não obtiveram sucesso. Como justificativa para a derrota, o grupo argumentou problemas na organização do pleito por parte das autoridades. Segundo o *Jornal do Brasil*, teria ocorrido que, cada eleitor devendo votar quatro vezes, por ser acumulativo, grande parte dos cidadãos destinou os sufrágios ao mesmo candidato, o que fez com que um dos concorrentes recebesse um número exorbitante de votos⁴⁶⁵.

Outra queixa do grupo foi em relação aos que não conseguiram tirar o título eleitoral a tempo das eleições de 1915. O *Jornal do Brasil* reclamava que o Centro Católico havia enfrentado a “muralha chinesa” do alistamento eleitoral. Alegava também que, durante mais de dez anos, fora impossível obter o alistamento de novos eleitores na capital, pois as manobras dos chefes políticos impediam a reunião da comissão alistadora. O grupo católico argumentava que, apesar de existirem títulos falsificados disponíveis “aos montes” no “mercado eleitoral”, os católicos não se valeram dessa opção que contrariava sua moral⁴⁶⁶.

Segundo o redator, com muito custo se conseguira reunir, em 1915, a comissão de alistamento e, devido à intensa atividade dos membros do Centro Católico, “mil dificuldades foram vencidas”⁴⁶⁷, sendo alistados cerca de 150 eleitores. Porém, esses

⁴⁶⁵ *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 1917, p.6.

⁴⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 1917, p.6.

⁴⁶⁷ *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 1917, p.6

esforços foram em vão, já que os interesses políticos dominantes fizeram com que a junta de recurso anulasse o novo alistamento⁴⁶⁸.

Nas eleições seguintes, em 1918, o Centro Católico lançou candidatos apenas para o Conselho Municipal, associados às Comissões Paroquiais do Centro Arquidiocesano, a fim de que os eleitores pudessem completar suas cédulas “sem discordar dos valores cristãos”⁴⁶⁹.

A partir do ano de 1919 não são mais encontradas informações a respeito do Centro Católico e do Partido Católico no *Jornal do Brasil*, embora a folha continuasse anunciando os feitos dos partidos católicos europeus ao longo da década seguinte.

Segundo Lustosa, apesar dessa tentativa de organização partidária, a Igreja já havia então iniciado sua caminhada rumo a conciliação com o Estado republicano. Por mais que estivesse em desacordo com as medidas laicizantes impostas pelos decretos do governo provisório e pela Constituição de 1891, aos poucos a instituição alinhou-se ao *status quo* governamental. De fato, entre o texto legal e a vida sociopolítica do país, existiam muitas alternativas de acomodação⁴⁷⁰.

O autor destaca também que, no âmbito dos estados, havia ainda mais liberdade do que a prometida pela Carta Magna, o que resultava em um relacionamento bastante flexível entre as dioceses e os governadores.

Para além do grupo composto por Laet, o próprio D. Sebastião Leme já observava a importância de estruturar um movimento organizado que defendesse os princípios da Igreja na política. Desta maneira, outro projeto, alternativo ao do Partido Católico, chamou sua atenção. Era o caso do plano de João Baptista de Corrêa Nery, que foi a semente para a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC), de 1932. A proposta defendia que os católicos, através da LEC, seriam orientados em quem votar ou não votar durante os pleitos. Dessa forma, os candidatos contrários e inimigos da igreja não ameaçariam a instituição⁴⁷¹.

Como estratégia para conhecer a índole dos candidatos seriam aplicados questionários aos concorrentes aos cargos e suas respostas passariam por avaliações do Conselho Consultivo da Liga. Essa não lançaria candidatos próprios às eleições, a não ser

⁴⁶⁸ *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 1917, p.6.

⁴⁶⁹ *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 1917, p.6.

⁴⁷⁰ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 33-27.

⁴⁷¹ ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.353.

em casos excepcionais, estando livre para formar alianças e fazer acordos com qualquer partido ou candidato que melhor representasse os valores da Igreja⁴⁷².

Recorrendo a alianças políticas e à conciliação, a proposta de João Nery buscava uma tática diferente do enfrentamento proposto por Carlos de Laet através do CCB. O jornalista manifestou-se prontamente contra a Liga e, através da revista *Vozes de Petrópolis*, emitiu duras críticas ao que considerou como “covardia dos clérigos que se recusavam a combater seus inimigos”⁴⁷³.

Como podemos perceber, o CCB, juntamente com o Partido Católico, foi muito atuante nas eleições de 1915 e de 1918. Apesar de renunciarem a atacar as pautas secularizantes já estabelecidas na Constituição de 1891, que consideravam como opostas à doutrina do catolicismo, essas agremiações católicas entendiam ser de sua responsabilidade, atribuída pelo próprio Papa, o papel de “recristianizar” o Estado.

Natiele Oliveira ressalta ter havido muita polêmica em torno da abordagem doutrinária a respeito da laicidade, a ser adotada nas primeiras décadas da República. Referindo-se a Rui Barbosa, jurista e político criticado por Laet⁴⁷⁴, como vimos, assinala seu entendimento de que os princípios cristãos ainda deveriam ser mantidos como fundamento das leis do país⁴⁷⁵.

Entretanto, para o grupo tradicionalista de Carlos de Laet, qualquer projeto laicizante era considerado como um “decreto irreligioso da ditadura e um ataque aos católicos”⁴⁷⁶.

Enquanto homem conservador e religioso que era, Laet combateu as ideias liberais e convocou a população a rejeitar as determinações da República, que considerava abusivas para com a Igreja. Em seu discurso “A Imprensa”, proferido no Círculo Católico da Mocidade, condenou o liberalismo e a liberdade de imprimir, que classificava como “liberdade de injúria”.

Recomendava a “reconversão” do Estado como solução para os problemas do país, segundo o entendimento de que a religião católica exercia uma função social e, por

⁴⁷² ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.353.

⁴⁷³ *Ibidem*, p.355.

⁴⁷⁴ Educação Religiosa, *O Brazil*, 6 de abril de 1890, p.1.

⁴⁷⁵ OLIVEIRA, Natiele Rosa de. *Entre a pátria do céu e a pátria terrestre*: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013, p.107. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9FYGH7>>. Acesso em 17 de março de 2020.

⁴⁷⁶ *O Brazil*, 8 de abril de 1890, p.4.

esse motivo, o país só seria livre da tirania quando a política se voltasse para a religião católica.

Na tentativa de contribuir com esse projeto, juntamente com outros correligionários, fundou o Partido Católico, que disputou as eleições de 1915, contrariando o veto das autoridades eclesiásticas.

As eleições de 1915 foram acompanhadas de perto pelo jornal *Jornal do Brasil*, alinhado à vertente católica. As matérias da folha que anunciavam passo a passo das ações do Partido Católico, por tendenciosas que fossem, podem ser um importante instrumento para a análise da implantação da presença da religião e da instituição católica no sistema político brasileiro. Derrotado, o Partido Católico, segundo Laet, era ainda uma agremiação importante, por “moralizar” as eleições daquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribui para o maior conhecimento das ideias de Carlos de Laet e de suas preocupações frente à queda da última monarquia das Américas e à defesa da Igreja contra a perda de espaço promovida pela nova ordem, imposta pela República. O estudo de um personagem que defendia um projeto político derrotado pode parecer desimportante, quando comparado com a interferência direta que outros lograram representar. Entretanto, segundo Henrique Carvalho, “as atividades humanas não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades sociais, objetivando conhecer, não só o projeto vitorioso, bem como outros projetos que não conseguiram se sobressair no espaço social⁴⁷⁷”.

É certo que a investigação das ideias e das ações dos homens derrotados no estabelecimento de suas convicções políticas não reflete apenas um pensamento isolado. Juntamente com Carlos de Laet, muitos outros desejavam a volta do império e temiam o futuro que os aguardava com a vigência da República.

A afirmação dessa mentalidade pode ser percebida através de sua rede de sociabilidades que integrava outros indivíduos envolvidos no projeto de restauração monárquica. Portanto, mesmo não tendo sido um adepto das ideias modernizantes que invadiram o país e podiam ser consideradas como características dos intelectuais brasileiros da passagem do século XIX ao século XX, o estudo das produções de Laet torna-se importante pois ele representa uma parcela significativa dos brasileiros que zelavam pela manutenção das diretrizes conservadoras. Além disso, tais ideias também são importantes para nos fazer refletir a respeito de outras vertentes de pensamento que coexistiam juntamente com a republicana e a monarquista.

Tendo em mente que a complexidade da vida de Carlos de Laet não pode ser inteiramente abrangida nesta pesquisa, este trabalho foi escrito tentando selecionar os critérios considerados fundamentais para uma boa compreensão de quem foi esse

⁴⁷⁷ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre católicos e republicanos no Triângulo Mineiro - MG (1892-1931). *Revista História da Educação*, n. 19, p.58-88, 2006, p.64. Disponível em: < https://redib.org/Record/oai_articulo1765875-educa%27%20a3o-religi%20a3o-e-rep%20ablica-repercuss%20b5es-dos-debates-entre-cat%20b3licos-e-republicanos-tri%20ngulo-mineiro--mg-1892-1931>. Acesso em 26 de maio de 2020.

personagem tão múltiplo que atuou como professor, jornalista, religioso e intelectual entre os séculos XIX e XX.

A pesquisa buscou demonstrar o quanto os espaços de sociabilidade e redes forjadas nesses espaços foram fundamentais na construção desse personagem histórico. Como demonstrado, Laet circulava entre diversos círculos sociais. Entretanto, manteve-se sempre perto das pessoas que comungavam de suas ideias, como foi o caso da família de Ouro Preto.

Apesar de não ter conseguido a restituição da monarquia, foi através dessa militância nos jornais que ganhou reconhecimento no país como jornalista. Tal posição o possibilitou figurar entre os primeiros intelectuais a compor o quadro de integrantes da Academia Brasileira de Letras e a chegar a sua presidência. Portanto, a conquista de um lugar de destaque na imprensa católica e secular do país foi fundamental para que Laet ascendesse enquanto homem de letras.

Enquanto homem conservador e religioso que era, as determinações republicanas viraram motivos de reclamação e descontentamento. Através do jornal *O Brazil*, saiu em defesa da Igreja. Para Laet a reação possível dos católicos às ideias modernizantes implementadas pela república era a união dos fiéis em grupo e associações religiosas.

Obedecendo às determinações do papado, Laet orientava os leigos para que se unissem para combater “erros modernos⁴⁷⁸”. Sua ação se inscrevia no contexto da reestruturação da Igreja pela Santa Sé, após o fim do regime do padroado, buscando-se ampliar sua influência política e espiritual. Desse modo, Laet e seus correligionários combatiam e orientavam os fiéis a rejeitarem as ideias modernas e liberais através do exercício da fé.

Pondo em prática a recomendação de unir os católicos em agremiações, o Círculo Católico tornou-se um importante espaço frequentado por homens de letras voltados à causa da Igreja na República.

Tentando alcançar também os mais jovens, fundou-se o Círculo Católico da Mocidade, em 1899, dirigido por Laet a partir de 1901. Foi nessa agremiação que, em 8 de maio de 1902, Laet pronunciou o discurso "A Imprensa", noticiado com destaque pelo *Jornal do Brasil*, folha alinhada à mesma causa.

O objetivo central da conferência, segundo Laet, era "premunir seus compatriotas" contra o que chamou de “tirania da imprensa”. Para o jornalista, os cidadãos estavam à

⁴⁷⁸ ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX*. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016, p.330.

mercê de uma má imprensa, que atacava a honra das famílias, o que justificava o apelo pela moral contra a liberdade de publicar, que chamava de "liberdade de injúria".

A crítica à imprensa, entretanto, tinha a intenção de denunciar os males da república liberal. O discurso revela-se como uma denúncia contra a república e contra o liberalismo consagrado com a mudança de regime e a laicização.

Dada a ineficácia da aplicação da regra da interdição do anonimato, a tirania da imprensa invadia os lares brasileiros, sendo necessária uma verdadeira regeneração que só seria alcançada por meio do esforço moral da "recristianização", não apenas da imprensa, mas da própria república. Assim, Laet reforçava a mensagem de que o princípio da liberdade não protegia os cidadãos, tarefa que somente a moral religiosa poderia cumprir.

No discurso pronunciado por Laet é possível identificar a presença das orientações dos pontífices Pio IX e Leão XIII, que reafirmavam o poder da igreja perante a onda de ideias modernizantes, nas quais o tema da imprensa ganhara grande destaque. Assumindo uma postura reativa, Leão XIII convocou os leigos para que formassem uma imprensa "boa, capaz de combater a imprensa maliciosa". Assim, induzidos pelo papa, os fiéis deviam se organizar e promover uma imprensa católica em combate contra a "imprensa má".

A imprensa fora preocupação de diversos intelectuais católicos que, assim como Laet, consideraram as recomendações do Vaticano e se organizaram para combater os avanços da modernidade.

A partir do levantamento do *Jornal do Brasil*, constatou-se que Laet fez parte do movimento de intelectuais leigos que mobilizaram grande esforço para formar uma agremiação política, o Partido Católico que, mesmo com a negativa do cardeal Arcoverde, disputou as eleições para deputado federal em 1915.

Laet estava à frente dessa iniciativa, que se confundia com o Centro Católico, manifestando-se em defesa da ação político partidária dos católicos no *Jornal do Brasil*.

O Partido Católico, tinha como finalidade, além de eleger seus candidatos, promover um processo que chamavam de "moralização" das eleições. Apesar de não alcançar seus objetivos eleitorais, o grupo teria logrado, por meio de sua fiscalização, fazer cumprir, ao menos em parte, a lei eleitoral.

Assim, derrotado o projeto de restaurar a monarquia, Laet contribuiu com a organização política partidária católica no início da República, na defesa das causas da Igreja.

REFERÊNCIAS

1. Leis e decretos

Decreto n. 85-A, Câmara Legislativa, 23 de dezembro de 1889.
 Decreto n. 295, Câmara Legislativa, 29 de março de 1890.
 Decreto n. 119-A, Câmara Legislativa, 7 de janeiro de 1890.
 Decreto n. 981, Câmara Legislativa, 8 novembro de 1890.
 Lei n. 1269, Câmara Legislativa, 15 de novembro de 1904.

2. Periódicos

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio e Janeiro [Almanak Laemmert].
 Rio de Janeiro, 1850.
Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1855.
Almanak Laemmert, , Rio de Janeiro, 1856.
Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1860.
Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1866.
Almanak Laemmert, 1874.
Apostolo, 6 de maio de 1885.
Apostolo, 17 de junho de 1885.
Apostolo, 19 de agosto de 1885.
Apostolo, 2 dezembro de 1889.
Apostolo, 21 de abril de 1900.
Apostolo, 28 de abril de 1900.
Jornal do Brasil, 4 de maio de 1917.
Jornal do Brasil, 6 de dezembro de 1914.
Jornal do Brasil, 11 de agosto de 1912.
Jornal do Brasil, 16 de janeiro de 1913.
Jornal do Brasil, 27 de dezembro de 1910.
Jornal do Brasil, 27 de setembro de 1914.
Jornal do Brasil, 28 de novembro de 1914.
Jornal do Brasil, 17 de dezembro de 1914.
Jornal do Brasil, 9 de maio de 1902.
 Alistamento eleitoral: a revisão instalação dos trabalhos. *Jornal do Brasil*, 11 de janeiro de 1915.
 Comício do Partido Católico. *Jornal do Brasil*, 28 de dezembro de 1914.
Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1914.
 A Pedidos. *Jornal do Comércio*. 29 de junho de 1890.
Jornal do Commercio, 5 de dezembro de 1872.
 Avisos. *Jornal do Commercio*, 04 de maio de 1890.
Jornal do Commercio, 25 de janeiro de 1880.
 LAET, Carlos de. Ensino religioso. *O Brazil*, 8 de abril de 1890.
 LAET, Carlos de. Educação religiosa. *O Brazil*, 4 de abril de 1890.
 LAET, Carlos de. Os Frades Estrangeiros. *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1903.
 LAET, Carlos de. Inelutável. *O Brazil*, 8 de maio de 1890.
 LAET, Carlos de. Estado padrao. *O Brazil*, 22 de junho de 1890.
 A igreja e o Estado. *O Brazil*, 31 de julho de 1890.

Ilusão liberal, *O Brazil*, 5 de setembro de 1890.
O Brazil, 6 de abril de 1890.
O Brazil, 9 de maio de 1890.
 Liberdade de Imprensa. *O Brazil*, 18 de dezembro de 1890.
 As conferências. *O Malho*, 28 de novembro de 1914.
 Uma comemoração do 15 de Novembro. *O Malho*, 14 de novembro de 1908.
O Paiz, 12 de novembro de 1896.
O Paiz, 15 de janeiro de 1906.
O Paiz, 18 de novembro de 1890.
O Paiz, 25 de junho de 1914.
O Paiz, 25 de junho de 1914.
O Paiz, 26 de novembro de 1896.
O Paiz, 12 de novembro de 1896.
O Paiz, 17 de dezembro de 1896.
Crônica do Chic. Revista Illustrada, 19 de junho de 1886.
Pequenos Echos. Revista Illustrada, fevereiro de 1897(1894),

3. Correspondência

LAET, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.
 LAET, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: José Veríssimo. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1910. ABL, Arquivo.
 LAET, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1889. IHGB, Arquivo.
 LAET, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1890. IHGB, Arquivo.
 LAET, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Francisco Alves. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1910. ABL, Arquivo.
 LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Ouro Preto. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1890. IHGB, Arquivo.
 LAET, Carlos de [Correspondência]. Destinatário: Afonso Celso Figueiredo Jr. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1918. ABL, Arquivo.

4. Internet

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->
<http://www.academia.org.br>
<https://ihgb.org.br>
<http://www.cp2.g12.br/>
<http://www2.camara.leg.br>
<http://www.projetomemoria.art.br>
<https://www.institutojacksondefigueiredo.org>
<w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/index.4.html>

5. Publicações

CELSONO, Afonso. *O assassinato do coronel Gentil José de Castro*: subsídios para a história do regime republicano no Brasil. Paris, 1897.

LAET, Carlos de. *Em Minas*. São Paulo: Globo, 1993. p. 13.

LAET, Carlos. A imprensa, In: *A década republicana*. Ed UNB, Brasília, 1986, p.23-43.

LAET, Carlos. Discursos e Conferências. In: _____. *Obras seletas de Carlos de Laet*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Agir/Instituto Nacional do Livro, 1984. v. 3.

LAET, Carlos. *Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964.

LAET, Carlos de; BARRETO, Fausto. *Antologia Nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Afonso. Um “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político. *Revista Contracampo*, Niterói, n. 12, p.23-57, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17299>>. Acesso em 12 de março de 2020.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História* (São Paulo), n. 174, p. 327-359, jan.-jun. 2016.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 131-148, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALVES, Rosana Llopis. *Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2013/31003010001P0/TES.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2020.

AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. Benjamin Constant entre o poder do sabre e o saber da pena: um intelectual e sua ação institucional no governo provisório republicano. ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_32e4b298c5005b5ccb5d383974a61255.pdf>. Acesso em 08 de março de 2020.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Revista de História* (UFES), v.24, p.157-192, 2010.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Lima. *Contos de Lima Barreto*. Niterói: Itapuca, 2020. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000130.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2020.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.197-221.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827-1903. vol. 3. Disponível em:<<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008352&bbm/5433#page/1/mode/2up>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983. p.183-191.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.183-229.

BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CANDIDO, Antonio. *Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique. Estado, sociedade e Igreja católica: a instrução pública na República Velha (1902-1930). ANAIS DO VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – HISTEDBR. Campinas, 2006, s/n. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/C/Carlos%20Henrique%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152. dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de março de 2020.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 17-31, out. 2007.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). *Revista de História da Educação*, v. 7, n. 14, p.141-156, jul.-dez. 2003.

CHEDIAK, Antonio J. *Carlos de Laet, O polemista*. São Paulo: Anchieta, 1942.

CHEDIAK, José Antônio. Fausto Carlos Barreto [verbete]. *Dicionário Biobibliográfico da Academia Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, p.98-100, 2012.

CORRÊA Maria Letícia. *As ideias econômicas na primeira República* Serzedelo Corrêa, Vieira Souto e Nilo Peçanha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

CORRÊA, Maria Letícia, Intelectuais [verbete]. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/mais-rj/anpuh-rio-em-foco/item/4107-intelectuais>>. Acesso em 02 de março de 2020.

EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p119-134, 2000.

ENGEL, Magali Gouveia. GUERELLUS, Natália de Santanna e SOUZA, Flávia Fernandes de. (org.). *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. *Revista Escritos*, ano 5, n. 5, 2011.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 1). p.45-88.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 41-69, jul.- dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200003>. Acesso em 16 de março de 2020.

GASPARELLO, Arlette; VILLELA, H.O.S. Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX. ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – A Educação Escolar em Perspectiva Histórica/III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: PUCPR/SBHE, 2004.

GOMES, Adriana. O processo de secularização do Brasil no limiar da República e a criminalização do espiritismo. *Sacrilegens*. Juiz de Fora, v.10, p.83-93, jan-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/01/10-1-7.pdf>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020;

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p.284-302, jul.-dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000200009>. Acesso em 17 de março de 2020.

GOMES, Angela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. p.11-16.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre católicos e republicanos no Triângulo Mineiro - MG (1892-1931). *Revista História da Educação*, n. 19, p.58-88, 2006. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_articulo1765875-educa%3%a7%3%a3o-religi%3%a3o-e-rep%3%ablica-repercuss%3%b5es-dos-debates-entre-cat%3%b3licos-e-republicanos-tri%3%a2ngulo-mineiro--mg-1892-1931>. Acesso em 26 de maio de 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRANJA, Lúcia. Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. *Repositório Unesp*, v. 3, p. 41-49, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122780>>. Acesso em 04 de março de 2020.

GRANJA, Lucia. Um editor no espaço público: Baptites-Louis Garnier e a consolidação da coleção em literatura brasileira. *Rev. Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n.3, p. 1205-1216, 2016. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/594/1126>>. Acesso em 05 de março de 2020.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-230, dez. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2057>>. Acesso em 29 de março de 2020.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.1-18, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JESUS, A. P.; SOUZA, C.; SANTOS, L.; SANTOS, N.; GUERREIRO, P. O jornal como espaço para debates de ideias através da polêmica literária no final do século XIX. *Anagrama*, v. 4, n. 3, p. 1-7, fev. 2011.

KLAUCK, S. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 29, p-132-148, jul. 2011. Disponível: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>> Acesso em 16 de março de 2020.

LACERDA, Rodrigo. *110 anos da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 2007.

LAGE, P. Cristina. Ultramontanismo [verbetes]. HISTEDBR. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.ht>. Acesso em 06 de abril de 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã [verbetes]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em 05 de março de 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. Gazeta de Notícias [verbetes]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>>. Acesso em 05 de março de 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. O País [verbetes]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>>. Acesso em 05 de março de 2020.

LENA JUNIOR, Hélio de. Gregório Bezerra: o ser camponês e o tornar-se comunista. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p.201-210.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Av*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142008000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de março de 2020.

LEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.83-102.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 1983. p. 167-182.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000051.pdf>>. Acesso em 04 de março de 2020.

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado na construção da concórdia. *Estudo Ibero-Americanos*. v. XIX, n.2, dez, 1993.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2007.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOGNONI, Maria S. *Imprensa como instância de poder: uma leitura das Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. 2010. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MOMESSO, Beatriz. Os livros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império. In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz, RIBEIRO, Gladys Sabina, e GONÇALVES, Monique de Siqueira. *O oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. p.177-203.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. *Gragoatá*, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/Banco%20de%20dados/Modernismo/MOde rnismo.pdf>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Flávio Rodrigues. *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890 – 1891)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 172-189 jul. dez. 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, v. 18, n. 35, p. 429-446, mai.-ago. 2017. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em 30 de julho de 2019.

OLIVEIRA, Natiele Rosa de. *Entre a pátria do céu e a pátria terrestre: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

Disponível em: < <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9FYGH7>>. Acesso em 17 de março de 2020.

PAULA, Christiane Jalles de. *Jackson de Figueiredo e o antiliberalismo no Brasil*. ANAIS DO VIII ENCONTRO DA ABCP, Gramado, RS, agosto de 2012, p.11-17. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/jackson-figueiredo-e-antiliberalismo-brasil-dos-anos-1920.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2020.

PEREIRA, Milena da Silveira. *Palco das letras: um passeio pela Rua do Ouvidor do século XIX*. ANAIS DO XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, Rio de Janeiro, julho, 2010, p. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276728080_ARQUIVO_TEXTOANPUHRJ2010.pdf>. Acesso em 04 de março de 2020.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução*. Ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.

PRADO, Maria Emília da Costa. Apresentação. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia. *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p.7-10.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1917)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. Estado, empresas e sociedades beneméritas: alguns espaços privilegiados das práticas políticas em meados do século XIX. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. 4, n. 12, p. 81-122, jan. 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30268/15866>>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

SANTOS, Maria Margarete. Frei Pedro Sinzig: o apóstolo da Boa Imprensa. ANAIS DO I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal Fluminense, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SETEMY, Adrianna. Partido Católico [verbetes]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20CAT%20C3%93LICO.pdf>>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Giovane José da. *O Batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano (1908-1944)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do *homo academicus*: o caso da Academia Brasileira de Letras. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXXIV, n.2, p. 188-203, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4511/3424>>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

SILVEIRA, Diego Omar. Peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a romanização dos costumes e a identidade católica no Brasil. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA E MÍDIA, Ouro Preto, jun. 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/a-peleja-pela-201cboa-imprensa201d-reflexoes-sobre-os-jornais-da-igreja-a-romanizacao-dos-costumes-e-a-identidade-catolica-no-brasil>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos do século XIX. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n. 2. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108002>>. Acesso em 30 de julho de 2019.

SIQUEIRA, Carla. *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas-1890/1922*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p.231-259.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Eneida Maria de. O homem da porta da Garnier. *Boletim Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, v. 12, n.14, p. 9-17, jul/dez. 1992. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/issue/view/280/showToc>>. Acesso em 05 de março de 2020.

TRAQUINA, Nelson. “Quem vigia o ‘Quarto Poder’”? ANAIS DO X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 2000. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1431.pdf>. Acesso em 13 de março de 2020.

VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, 1987, p. 45-72. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_MarcosGuedesVeneu_Enferrujando_sonho.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2020.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Anexo A: Fundadores e Patronos da Academia Brasileira de Letras

FUNDADOR	PATRONO
Luíz Murat	Adelino Fontoura
Coelho Neto	Álvares de Azevedo
Filinto de Almeida	Artur de Oliveira
Aluísio de Azevedo	Basílio da Gama
Raimundo Correia	Bernardo Guimarães
Teixeira de Melo	Casimiro de Abreu
Valentim Magalhães	Castro Alves
Alberto de Oliveira	Cláudio Manoel da Costa
Carlos Magalhães de Azeredo	Gonçalves de Magalhães
Rui Barbosa	Evaristo da Veiga
Lúcio de Mendonça	Fagundes Varela
Urbano Duarte	França Júnior
Visconde de Taunay	Francisco Otaviano
Clóvis Beviláqua	Franklin Távora
Olavo Bilac	Gonçalves Dias
Araripe Júnior	Gregório de Matos
Silvio Romero	Hipólito da Costa
José Veríssimo	João Francisco Lisboa
Alcindo Guanabara	Joaquim Caetano
Salvador de Mendonça	Joaquim Manuel de Macedo
José do Patrocínio	Joaquim Serra
Medeiros e Alburque	José Bonifácio
Machado de Assis	José de Alencar
Garcia Redondo	Júlio Ribeiro
Barão de Loreto	Junqueira Freire
Guimarães Passos	Laurindo Rabelo
Joaquim Nabuco	Antônio Peregrino Maciel
Inglês de Souza	Monteiro
Artur Azevedo	Manuel Antônio de Almeida
Pedro Rabelo	Martins Pena

Luís Guimarães Júnior

Carlos de Laet

Domício da Gama

J.M. Pereira da Silva

Rodrigo Octávio

Afonso Celso

Silva Ramos

Graça Aranha

Oliveira Lima

Eduardo Prado

Pardal Mallet

Pedro Luís Pereira de Sousa

Manuel de Araújo Porto Alegre

Raul Pompéia

Sousa Caldas

Tavares Bastos

Teófilo Dias

Tomás Antônio Gonzaga

Tobias Barreto

Francisco Adolfo de Varnhagen

Visconde do Rio Branco

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/outros/loredano/loredano1.htm>>. Acesso em 30 de julho de 2019.